



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IGREJA, PODER E IMPRENSA: O IDEÁRIO ANTICOMUNISTA NO SEMANÁRIO
SERGIPANO A *CRUZADA* (1937-1970)

Amanda Marques dos Santos

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

AMANDA MARQUES DOS SANTOS

IGREJA, PODER E IMPRENSA: O IDEÁRIO ANTICOMUNISTA NO
SEMÁNARIO SERGIPANO A *CRUZADA* (1937-1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em História, na Área de concentração Cultura e Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais de Poder.

Orientadora: Prof^a Dr^a Célia Costa Cardoso

São Cristóvão
Sergipe – Brasil

2019

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Amanda Marques dos
S237i Igreja, poder e imprensa: o ideário anticomunista no seminário
sergipano A Cruzada(1937-1970) / Amanda Marques dos Santos ;
orientadora Célia Costa Cardoso. – São Cristóvão, SE, 2019.
144 f. : il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de
Sergipe, 2019.

1. História. 2. Igreja e imprensa. 3. Imprensa católica - Sergipe.
4. A Cruzada (Jornal). I. Cardoso, Célia Costa, orient. II. Título.

CDU 94:2-67:070(813.7)

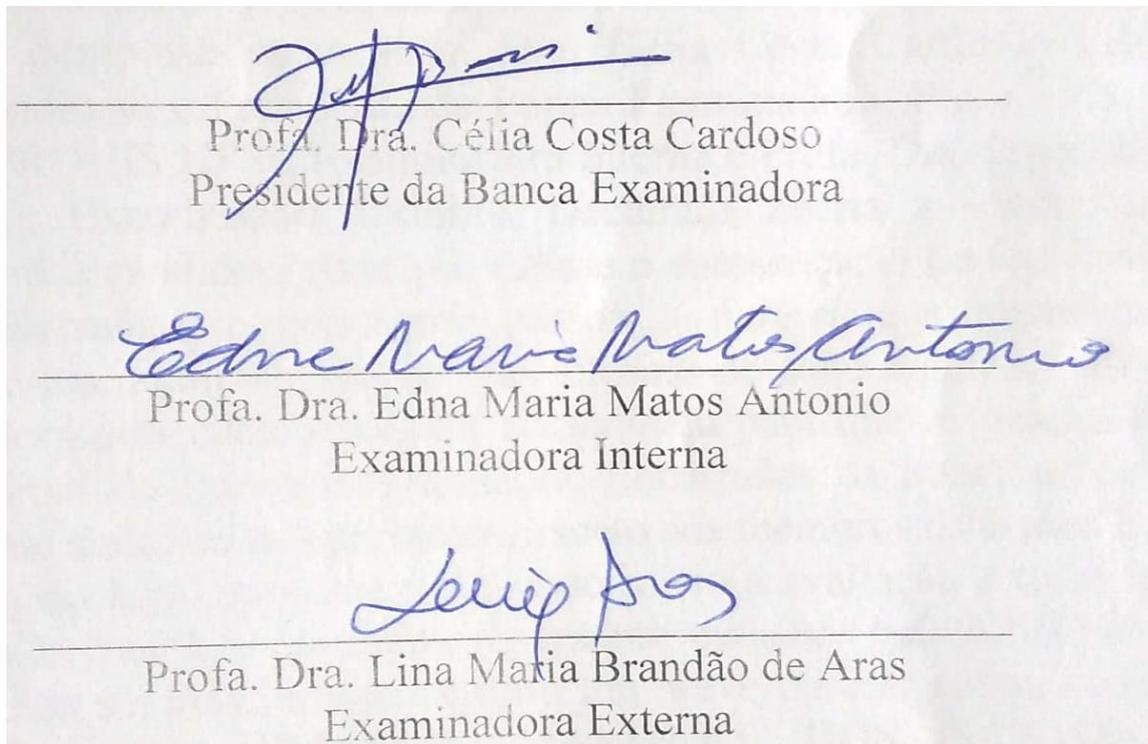
AMANDA MARQUES DOS SANTOS

IGREJA, PODER E IMPRENSA: O IDEÁRIO ANTICOMUNISTA NO
SEMANÁRIO SERGIPANO A *CRUZADA* (1937-1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do
grau de Mestre em História, na Área de concentração Cultura e
Sociedade, na Linha de Pesquisa Relações Sociais de Poder.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Célia Costa Cardoso

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019



AGRADECIMENTOS

Não poderia terminar essa jornada sem agradecer a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização dessa pesquisa. Contribuíram imensamente para a concretização deste trabalho minha família, meus professores, amigos e todos os que fazem parte dos arquivos visitados. Foram, sem dúvida, dois anos de muita dedicação, aprendizado e estudo que encerro muito feliz.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio da minha família, minha base. Dividimos todos os momentos da vida. Sandra – minha – pelo amor incondicional e apoio dado durante toda minha trajetória acadêmica, mesmo as vezes não compreendendo os motivos das angústias esteve sempre ao meu lado. Todo agradecimento feito não corresponde àquilo que ela realmente merece. Ao meu pai – Givaldo – pelo apoio e incentivo de sempre. Aos meus irmãos, Aline, Eline e Júnior, por caminharmos juntos durante toda a vida. O apoio, as conversas, as contribuições e os debates, para além da vida acadêmica, contribuíram imensamente para minha formação enquanto pessoa e pesquisadora. Amo vocês, mesmo quando, nas brincadeiras cotidianas, afirmavam que eu não estava fazendo nada, uma vez que me dediquei exclusivamente as atividades da pesquisa durante esses dois anos. Um agradecimento especial e com carinho vai para minha avó Josefa Marques de Melo (in memoriam), sei que a senhora acompanha a gente de pertinho, e todos os ensinamentos passados para minha mãe fizeram parte da nossa criação, mesmo sem a sua presença física.

Agradeço todo o amor e carinho que recebi de Augusto, meu amor, durante toda essa trajetória, pois não teria conseguido superar todas as dificuldades sem o seu companheirismo. Obrigada por me aturar – aturar mesmo (risos) – nessa longa jornada. Soube compreender todas as minhas ausências me dando forças e incentivo para continuar na caminhada. Começamos juntos a caminhada da graduação na Universidade Federal de Sergipe e concluir mais uma etapa ao seu lado é muito gratificante. Espero que você se sinta tão amado como eu me sinto.

Agradeço a professora Dr^a Célia Costa Cardoso por todos esses anos de ensinamentos e amizade, sendo excelente profissional com quem muito aprendi desde o primeiro ano da graduação em História. Estendo este agradecimento à professora Dr^a Lina Brandão, à professora Dr^a Edna Maria Matos e ao professor Dr^o Marcos Silva por aceitarem de forma tão gentil participar da banca de qualificação e da defesa, auxiliando no melhoramento do trabalho, com as sugestões e críticas a partir da leitura atenciosa.

Obrigada aos professores do Programa de Pós-graduação em História (Prohis) da Universidade Federal de Sergipe, que auxiliaram no desenvolvimento dessa pesquisa de

diversas maneiras possíveis, seja no esclarecimento de caminhos a seguir ou, mesmo, no apoio dado aos alunos fora das salas de aula.

Agradeço também aos colegas da turma 2017 do mestrado que, apesar das trajetórias individuais de cada pesquisa, contribuíram de diversas formas para o caminhar dessa pesquisa, seja a partir das discussões nas disciplinas, nos eventos ou nos corredores da Universidade Federal de Sergipe.

Devo agradecer também aos funcionários dos arquivos que foram consultados nesses anos de pesquisa do mestrado. Passei muitas manhãs e tardes nos arquivos em um trabalho cansativo, mas, ao mesmo tempo, apaixonante. O prazer de encontrar fontes que auxiliam na construção do trabalho é único. Misto de satisfação e curiosidade. Os arquivos consultados foram: Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Arquivo Estadual da Comissão da Verdade (CEV) e o Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju.

Agradeço a CAPES, por ter me concedido a bolsa de mestrado de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Enfim, agradeço a Deus por possibilitar a realização desta gratificante etapa, pelo sustento que possibilitou concluir essa jornada.

RESUMO

Esta pesquisa investiga o ideário anticomunista do clero sergipano a partir do jornal *A Cruzada*, analisando, para tanto, as matérias de cunho político-ideológico-religioso. Deste modo, busca-se realizar um estudo comparativo entre a Ditadura Vargas (1937-1945) e a Ditadura civil-militar (1964-1985) através dos discursos jornalísticos produzidos por representantes do clero conservador e/ou de intelectuais cristãos que colaboraram na produção deste semanário, que marcou a história do estado de Sergipe de 1918 a 1970. Defende-se, para tanto, a existência de uma heterogeneidade no pensamento conservador sobre o anticomunismo apresentado no jornal *A Cruzada*. O referido periódico é visto como uma “rede de sociabilidades” que articula os debates ideológicos e os jogos de afinidades desses intelectuais. Considera-se que o ideário anticomunista foi a chave discursiva e ideológica para a deflagração destes dois golpes de Estado, que contou com formas distintas de atuação dos militares das forças armadas, e pode ser visto como uma oposição à ideologia e aos objetivos comunistas. A análise do discurso foi uma importante metodologia de pesquisa, que se alinha a uma perspectiva que a compreende como um modo de entender o texto a partir dos campos simbólico e social dos sujeitos. Deste modo, o jornal *A Cruzada* foi escolhido por ser visto como uma ferramenta de propagação do discurso religioso e ideológico de viés anticomunista, que vigorou nos períodos correspondentes ao Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar, sendo que nesta última foi identificado uma posição mais progressista a respeito deste tema, influenciada pela formação social dos intelectuais envolvidos em sua produção.

Palavras-chave: Sergipe; Igreja Católica; Ditaduras; *A Cruzada*; Anticomunismo.

ABSTRACT

This research investigates the anticommunist ideology of the Sergipe clergy from the newspaper *A Cruzada*, analyzing, for this, the matters of a political-ideological-religious nature. In this way, a comparative study is carried out between the Vargas Dictatorship (1937-1945) and the Civil-Military Dictatorship (1964-1985) through journalistic discourses produced by representatives of the conservative clergy and/or Christian intellectuals who collaborated in the production of this weekly, which marked the history of the state of Sergipe from 1918 to 1970. It is defended, therefore, the existence of a heterogeneity in conservative thinking about anti-communism presented in the newspaper *A Cruzada*. The journal is seen as a "network of sociabilities" that articulates the ideological debates and games of affinity of these intellectuals. It is considered that the anticommunist ideology was the discursive and ideological key for the deflagration of these two coups d'etat, that counted on distinct forms of military action of the armed forces, and can be seen as an opposition to ideology and the communist objectives. The discourse analysis was an important research methodology, which aligns itself to a perspective that understands it as a way of understanding the text from the subjects' symbolic and social fields. In this way, the newspaper *A Cruzada* was chosen because it is seen as a tool of propagation of the religious and ideological discourse of anticommunist bias, that was in force in the periods corresponding to Estado Novo and the Civil-Military Dictatorship. progressive on this theme, influenced by the social formation of the intellectuals involved in its production.

Keywords: Sergipe; Catholic church; Dictatorships; *A Cruzada*; Anticommunism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 01 – Primeira edição do jornal <i>A Cruzada</i>	39
Figura 02 – Primeiro número do jornal <i>A Cruzada</i> após o Estado Novo	40
Figura 03 – Mapa de Sergipe.....	44
Figura 04 – Frase destaque do jornal.....	50
Figura 05 – Mudança da frase destaque do jornal.....	50
Figura 06 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> do dia 24 de janeiro de 1968.....	59
Figura 07 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> do dia 16 de novembro de 1968.....	77
Figura 08 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> do dia 7 de março de 1970.....	93
Figura 09 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> do dia 7 de setembro de 1968.....	95
Figura 10 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> do dia 30 de janeiro de 1938.....	111
Figura 11 – Matéria do jornal <i>A Cruzada</i> dos dias 14 e 15 de agosto de 1965.....	119
Figura 12 – Documento da Comissão Estadual da Verdade.....	135
Figura 13 – Documento da Comissão Estadual da Verdade.....	136
Figura 14 – Documento da Comissão Estadual da Verdade.....	137
Figura 15 – Documento da Comissão Estadual da Verdade.....	139

TABELAS

Tabela 01 – Quantificação das edições analisadas.....	28
Tabela 02 – Quantificação dos eixos temáticos nas matérias jornalistas de cunho político – ideológico.....	29

QUADROS

Quadro 01 – Principais seções e colunas do jornal <i>A Cruzada</i>	43
Quadro 02 – Relação dos diretores e redatores do jornal <i>A Cruzada</i>	49
Quadro 03 – Quadro comparativo do discurso identificado no jornal <i>A Cruzada</i>	98

LISTA DE SIGLAS

AI – Ato Institucional

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

AP – Ação Popular

BC – Batalhão de Caçadores

CBJP – Comissão Brasileira Justiça e Paz

CEV – Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DSI – Doutrina Social da Igreja

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LEC – Liga Eleitoral Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

ONU – Organização das Nações Unidas

PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PROHIS – Programa de Pós-Graduação em História

SNI – Serviço Nacional de Informação

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UDN – União Democrática Nacional

UFS – Universidade Federal de Sergipe

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 IGREJA CATÓLICA E O JORNAL A CRUZADA NO ESTADO DE SERGIPE.....	32
1.1 Igreja católica e a questão social no período republicano.....	32
1.2 <i>A Cruzada</i> (1918–1970): história, discurso jornalístico e ideologia.....	38
1.3 Formação social dos intelectuais cristãos.....	48
1.4 O anticomunismo no jornal <i>A Cruzada</i>	56
1.4.1 “O perigo comunista” e a construção do discurso da diferença entre católicos e comunistas.....	56
1.4.2 Guinada progressista do jornal <i>A Cruzada</i>	61
2 NACIONALISMO E ANTICOMUNISMO NO DISCURSO RELIGIOSO DO JORNAL A CRUZADA.....	66
2.1 Nação e nacionalismo no Brasil no século XX.....	66
2.2 Nacionalismo, autoritarismo e anticomunismo (1937-45 e 1964-70): princípios básicos do pensamento cristão do jornal <i>A Cruzada</i>	72
2.3 Matrizes do pensamento nacionalista entre os intelectuais sergipanos.....	83
2.3.1 Nacionalismo e a esperança do Integralismo	88
2.3.2 1964: Nacionalismo, Militarismo e Autoritarismo.....	91
3 A CRUZADA E A “IDEOLOGIA DO TERROR”: SEGURANÇA NACIONAL, ANTICOMUNISMO E CONFLITOS ARMADOS.....	97
3.1 Ditaduras brasileiras e a Ideologia da Segurança Nacional.....	98
3.2 O discurso da guerra na imprensa católica sergipana: aproximações e contradições.....	105
3.2.1 Guerra e/ou conflitos armados durante o Estado Novo (1937-1945)	106
3.2.2 Guerra e/ou conflitos armados na percepção dos intelectuais vinculados aos ideais progressistas (1965-1970)	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	127

A- Fontes.....	127
B- Bibliografia.....	128
ANEXOS.....	134

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visou analisar a importância da imprensa católica no estado de Sergipe, mais especificamente o semanário *A Cruzada* (1918-1970), para realizar um estudo comparativo dos discursos¹ de cunho político-ideológico-religioso elaborados por uma parcela do clero conservador e/ou de intelectuais cristãos, em dois períodos distintos: Ditadura varguista (1937-1945) e Ditadura civil-militar (1964-1985).

Levou-se em consideração que o anticomunismo foi a chave ideológica e discursiva para a deflagração destes dois golpes de Estado. De tal modo que, nesta análise, buscou-se compreender as rupturas e continuidades a respeito da difusão do ideário anticomunista presente em um jornal de circulação local nestas duas ditaduras brasileiras, com notícias de que também foi distribuído na cidade de Salvador-BA².

Este jornal foi escolhido, como destacam Sales (2005), Moraes (2009) e Sá e Linhares (2009), por ser visto como uma ferramenta utilizada pela ala conservadora da Igreja Católica, em meados do século XX, para propagar os seus ideais cristãos entre a população sergipana. Nesse sentido, pretendeu-se analisar a forma como o clero conservador sergipano se comportou nesses dois momentos distintos acerca de um tema muito presente na sociedade: o comunismo.

A problemática que este trabalho buscou investigar foi a forma como uma parcela do clero conservador sergipano se comportou nesses dois momentos históricos distintos, partindo, para tanto, de uma perspectiva comparada. Assim, defendeu-se como principal hipótese a existência de uma heterogeneidade no pensamento conservador sobre o anticomunismo apresentado no jornal *A Cruzada*. De tal forma que se buscou identificar no grupo de intelectuais os embates teóricos e matrizes de ideias, haja vista Dom José Vicente Távora, um dos principais nomes da resistência católica à ditadura de 1964 em Sergipe, comungou do pensamento do clero progressista relativo à questão social, e exerceu grande influência na produção do jornal.

Várias matérias foram marcadas por uma preocupação com o tema da guerra, ora criticando-a ora defendendo-a, falando em alguns momentos da forma como esta poderia ser utilizada no combate ao comunismo. Fato que suscitou, durante a pesquisa, a necessidade de discutir como os intelectuais desta imprensa cristã foram influenciados pelo ideário da

¹ Sabe-se que para a análise de um determinado discurso alguns aspectos devem ser levados em consideração, pois, como destaca Fiorin (1988, p.11), existe tanto uma “manipulação” consciente como uma determinação inconsciente. Assim, o próprio enunciador é influenciado pelas ideias de seu tempo e do meio social em que está inserido, mesmo que não seja algo tencionado.

² Em uma matéria da edição de 28 e 29 de agosto de 1965, nota-se que o jornal *A Cruzada* passará a circular em Salvador graças aos esforços de Antônio Sobrinho. Todavia, não foi possível identificar por quanto tempo ele circulou na capital baiana. “A Cruzada” em Salvador. *A Cruzada*, Aracaju, 28 e 29 ago. 1965.

Segurança Nacional no período das duas ditaduras brasileiras. Getúlio Vargas publicou a primeira Lei de Segurança Nacional, em 1935³, que foi incorporada pela Escola Superior de Guerra (ESG), na década de 1950, ao *corpus* teórico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

A preocupação com a Segurança Nacional pode ser vista neste contexto, principalmente, como um combate ao “inimigo interno” ou, em outras palavras, ao “comunista”. A partir de 1935, Getúlio Vargas já se preocupava com este assunto e, ainda na década de 1950, a busca por tal inimigo marcou também os militares, nesse segundo momento enquanto Doutrina de Segurança Nacional. Tais ideias foram predominantes na Escola Superior de Guerra (ESG), influenciada, principalmente, pelo pensamento militar norte-americano. Cardoso (2017, p.275) afirma que a Doutrina de Segurança Nacional esteve presente no pensamento e nas ações de militares e civis no período da ditadura civil-militar, articulada, inclusive, com a bipolaridade surgida na Guerra Fria, que marcou o conflito entre o comunismo e o capitalismo.

Este trabalho também permitiu realizar uma reflexão acerca de uma parcela da intelectualidade sergipana, compreendendo em que medida esse grupo de indivíduos católicos, que escreviam no jornal *A Cruzada*, realizaram uma crítica ao comunismo. Esses intelectuais eram, em sua maioria, padres e professores, tais como Dom Luciano Cabral Duarte, Maria Thetis Nunes e Cônego João Moreira Lima, vistos como intelectuais, pois participavam ativamente da produção e mediação da cultura na sociedade sergipana (SIRINELLI, 1998). A esse respeito, Gramsci (2011) afirma que os intelectuais devem ser vistos sempre vinculados ao grupo social que está inserido, não sendo, dessa forma, um grupo autônomo. É importante mencionar que o estudo da intelectualidade foi feito a partir da investigação do pensamento apresentado no periódico *A Cruzada*, visto antes de tudo como um instrumento da Igreja Católica para propagar a sua visão de mundo (MORAES, 2009, p.40). A partir desta análise, discutiu-se as diferenças, rupturas e permanências existentes nos períodos em estudo.

O século XX marcou o mundo com a ascensão do comunismo, que se tornou força política hegemônica no Leste Europeu após a II Guerra Mundial, em um processo histórico iniciado com a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia, em 1917. Com esse movimento, o que era visto apenas como uma promessa e possibilidade teórica foi então concretizado. Esta Revolução, como destaca Motta (2000, p.5), despertou sentimentos intensos e opostos, pois havia tanto defensores, que a viam como uma revolução libertadora, quanto opositores, que acreditavam que este movimento era a total destruição da sociedade.

³ Segundo consta no *site* do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV) esta lei teve como principal objetivo transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rígido.

Tais perspectivas político-ideológicas chegaram ao Brasil e se difundiram em todo o século XX. Houve apoiadores desses ideais, entretanto, prevaleceu também um forte movimento de oposição ao perigo comunista. Seu progressivo crescimento acarretou no surgimento do anticomunismo, que começou a ser desenvolvido ainda na década de 1920, tendo, todavia, uma expansão considerável a partir de 1935 com o Movimento Comunista, quando seus opositores crescem consideravelmente se comparado ao período anterior. Inclusive, esse acontecimento tem uma importância fundamental para a construção do “imaginário anticomunista”, como bem defende Motta (2000, p.18).

O anticomunismo⁴, representativo de determinados grupos sociais e políticos marcados pela diversidade de orientação e posicionamentos, comportou perspectivas e projetos ideológicos distintos. Um destes grupos foi constituído por religiosos da Igreja Católica, como destaca Carla Rodeghero (2003, p.466), uma importante instituição que apresentou um posicionamento de combate ao comunismo e em favor dos princípios cristãos, tentando, portanto, se afastar de tal sistema econômico e político.

Luciano Bonet (1998) afirma que o anticomunismo pode ser entendido como uma oposição a ideologia e aos objetos comunistas. Mas este autor destaca que esta é uma definição genérica, devendo levar em consideração que o anticomunismo é “um fenômeno complexo, ideológico e político ao mesmo tempo, explicável, além disso, à luz do momento histórico, das condições de cada um dos países” (BONET, 1998, p.34). Além dessas considerações, o anticomunismo pode ser visto como um “conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista.” (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Inserida no movimento anticomunista brasileiro, a imprensa foi, em grande medida, o veículo de comunicação apropriado para a difusão da propaganda contrária ao comunismo. Segundo Motta (2000, p.14), os donos destes meios em diversos estados, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, exerceram, a partir dos jornais, uma forte oposição ao comunismo.

Em consonância com o posicionamento político-ideológico da grande imprensa de circulação nacional, destacou-se o semanário católico sergipano *A Cruzada*, que exerceu de

⁴ A respeito desse conceito é importante lembrar da forma como ele se encaixa em uma História em negativa, como propõe José Eduardo Franco. Esse autor publicou o Dicionário dos antis: história da cultura portuguesa em negativo e faz uma reflexão acerca dessa cultura em negativo, buscando compreender os conceitos ao “averso”. FRANCO, José Eduardo. *Dicionário dos Antis: História da Cultura Portuguesa em negativo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2017.

1918 até 1970 um papel importante na propagação dos ideais cristãos e sociais da Igreja Católica. Todavia, é importante salientar que o periódico é apenas uma vertente da imprensa católica nacional, e, inclusive, local. Afinal, em Sergipe, como ocorre em diversos outros estados, além do jornal *A Cruzada*, tem-se a Rádio Cultura⁵ como importante rádio organizada pela Igreja Católica. Mais que isso, tanto em Sergipe como no Brasil, a imprensa não se limita a uma vertente de tendência conservadora, havendo jornais, revistas e rádios de centro e de esquerda que tratavam do comunismo.

Nesse contexto, é que se buscou problematizar a ligação dos discursos anticomunistas de parte do clero sergipano com as orientações teológicas advindas do chefe da Igreja Católica e o compromisso destes religiosos com a hierarquia e a disciplina. Investigou-se, ainda, uma parcela deste clero a partir da relação entre os discursos proferidos, a formação social e intelectual e o sentimento de pertencimento à Igreja enquanto instituição. Portanto, outra hipótese desta pesquisa foi demonstrar a correspondência que existia entre os interesses dos dirigentes da Igreja romana e a ação cristã dos religiosos e/ou intelectuais católicos do semanário *A Cruzada*.

Para tanto, delimitou-se um recorte temporal, que inicia em 1937-45, ano, respectivamente, de deflagração e queda do Estado Novo. Considerou-se também um segundo marco temporal, que corresponde ao período de 1964-70. Este é iniciado com o ano do início da Ditadura e encerra-se em 1970 quando o jornal interrompe de forma definitiva a sua circulação. Inicialmente, havia o interesse em analisar o intervalo entre os anos 1946-1963 de forma tangencial, entretanto, diante da imensa quantidade de fontes encontradas, esse período acabou não entrando na análise desenvolvida, visando com isso tornar a pesquisa pretendida viável. Os dois marcos mencionados se relacionam com o período considerado como central para se pensar as “ondas” anticomunistas no Brasil (MOTTA, 2000). Dessa forma, o recorte adotado perpassa tanto pelo contexto histórico – que são as duas ditaduras – como pela história interna do jornal *A Cruzada*, uma vez que foi necessário adequar a pesquisa a sua trajetória específica.

Diante da necessidade de problematizar o discurso existente no jornal e a fim de buscar identificar as suas rupturas e continuidades, fez-se necessário estabelecer relações entre a postura conservadora⁶ da Igreja Católica daquele momento, diante da ameaça do comunismo, e o clero progressista, que resistiu aos poderes discricionários varguista e militar.

⁵ A Rádio Cultura foi fundada em 1959 por Dom José Vicente Távora, e existe até o presente momento. Na ocasião de sua fundação, Távora era o Bispo de Aracaju, sendo o seu principal nome até 1970, ano de sua morte.

⁶ Para Tiziano Bonazzi, no campo da ciência política, conservadorismo remete às “ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamentos, apresentando como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 1998, p.242).

Diversos autores apresentam o brasileiro como essencialmente conservador, nesse sentido, no Brasil, não é raro “que a cosmovisão social de um indivíduo encontre no conservadorismo a sua baliza de definição” (QUADROS, 2015, p.11). Em sua tese de doutoramento, Marcos Paulo dos Reis Quadros (2015) defende que é possível falar em um “conservadorismo à brasileira”, afinal de contas este surgiu como um estranho ao corpo doutrinário de seus pensadores clássicos. Isso porque, neste país houve uma superação da distinção entre a moral e a política nas práticas conservadoras ou, em outras palavras, nos demais países é comum encontrar indivíduos que sejam conservadores na política e progressistas nos costumes, por exemplo.

Ao tratar das raízes do conservadorismo moderno, Quadros (2015) coloca Edmund Burke como o principal nome. Quadros (2015) afirmou que Burke defendeu a manutenção da ordem e dos sistemas políticos tradicionais, dando ênfase para a estabilidade que eles possuem de acordo com os hábitos sociais e o tempo (QUADROS, 2015, p.24). Levando em consideração que o conservadorismo deve ser visto como algo plural, este autor também investigou outras linhagens do pensamento conservador, tais como: o reacionarismo tradicionalista – onde a espiritualidade ocupa um papel central, de modo que, no caso brasileiro, são citados nomes como Jackson de Figueiredo e Plínio Corrêa de Oliveira –, o ceticismo político – com ênfase aos costumes sociais já testados pelo tempo –, as inclinações liberais e o neoconservadorismo – inicialmente formado por liberais descontentes com o assistencialismo do Estado, apoiados posteriormente por religiosos de inclinação conservadora.

De um modo geral, e apoiando-se nas afirmações de Edmund Burke, este autor salienta que os grupos conservadores buscam censurar rupturas que provoquem mudanças profundas na sociedade, indicando que a população brasileira dá uma certa ênfase às instituições. Nesse sentido,

o conservadorismo à brasileira não pode ser mecanicamente enquadrado em nenhuma das correntes formais do conservadorismo, mas incorpora elementos de várias delas simultaneamente. É um pouco burkeano, porque valoriza a tradição social e os costumes. É um pouco reacionário, porque condiciona a moral à religiosidade e tem ojeriza a aspectos da "modernização". É um pouco evoliano, porque deseja um Estado forte e preza as hierarquias. É um pouco cético, porque desconfia de instituições políticas em vigor. É um pouco *neocons*, porque se mostra intransigente com os criminosos e com comportamentos desviantes. (QUADROS, 2015, p.113)

É justamente por estes aspectos que este autor vai de encontro as reflexões de Paulo Mercadante, para quem o conservadorismo brasileiro pode ser visto como uma “ideologia da mediação”, com características “conciliatórias”, pois, segundo Quadros (2015, p.113-114), no Brasil é evidente que há certa intransigência diante de condutas consideradas desviantes.

É difícil falar em uma uniformidade do pensamento dos intelectuais responsáveis pelo jornal *A Cruzada*, pois, como será tratado adiante, foi possível notar que na década de 1960 o jornal modificou em algumas matérias a sua postura. Reflexões importantes a esse respeito são desenvolvidas por Severino Vicente da Silva (2003), em sua tese de doutoramento que posteriormente se transformou em livro.⁷

No periódico analisado, Dom Luciano Duarte, tido como intelectual conservador, em algumas matérias apresenta traços progressistas. Tal aproximação do jornal, considerado pela historiografia como conservador, com o progressismo fica evidenciado, inclusive, com a aproximação de seu discurso aos ensinamentos propostos pelo Concílio Vaticano II.

Ocorreu, dessa forma, uma mescla entre as ideias progressistas e conservadoras durante o período que corresponde a ditadura civil-militar no jornal *A Cruzada*, uma vez que ao mesmo tempo que deu apoio a tal regime, defendeu as ideias próximas do Concílio Vaticano II. Ao falar destas duas concepções, Silva (2003) fala de “progressistas” e “tradicionais” e afirma que “contrapõem-se no que diz respeito aos usos e costumes disciplinares [...], litúrgicos [...], políticos” (SILVA, 2003, p.175).

Foi possível, portanto, evidenciar que durante os períodos estudados, o jornal possui momentos e matérias mais reformistas e momentos e matérias mais conservadoras. Visou-se compreender, em meio às diferentes posições, a postura anticomunista adotada por este periódico produzido por uma ala da Igreja Católica em Sergipe. Interessou ainda notar como o “outro”, o comunista, foi retratado durante as duas ditaduras, afinal de contas enquanto no período estado-novista era impossível ser comunista e cristão ao mesmo tempo, posteriormente essa postura é levemente modificada no discurso do periódico.

Devido à relação da construção da pesquisa com minha trajetória acadêmica, vale especificar os caminhos percorridos para a escolha e o amadurecimento deste trabalho. O contato inicial com a pesquisa histórica ocorreu ainda nos primeiros semestres do curso de graduação em História, da Universidade Federal de Sergipe, quando participei de um projeto de Iniciação Científica (PIBIC) coordenado pela professora Dra. Célia Costa Cardoso, intitulado: *Governo Castelo Branco: política e resistência (1964-1967)*. Esse primeiro contato

⁷ O referido autor defende que mesmo a Arquidiocese de Olinda e Recife, vista como progressista, apresentava traços também conservadores. Para tanto, faz uma análise da trajetória desta Arquidiocese e de seus bispos, como uma forma de identificar a postura destes frente à Arquidiocese. Salienta ainda a forma como os católicos – fiéis ou membros da hierarquia – estão sempre ligados a uma obediência a Igreja Católica Romana, justamente por isto não pretendem separar-se desta. Fato este evidenciado até mesmo na postura de Dom Hélder Câmara após aposentar-se de seu cargo. “Quem não calou diante dos poderosos do mundo para denunciar as injustiças, quem não calou diante dos ditadores denunciando a prática de torturas, calou-se diante da palavra que vem da autoridade religiosa” (SILVA, 2003, p.203).

com acervos documentais foi fundamental para minha formação, e foi a partir dele que dei continuidade ao desenvolvimento de outras pesquisas. Além dessa experiência de Iniciação Científica, tive também outras duas, nas áreas de Ciências Sociais e Educação, orientados respectivamente pelos professores doutores Fernanda Petrarca e Joaquim Tavares.

Durante o afastamento da professora para o pós-doutoramento produzi meu trabalho de conclusão de curso (TCC), sendo orientada pelo professor Dr. Augusto Silva, com o seguinte título: *Igreja Católica e o Comunismo: Publicações no jornal A Cruzada*. Este trabalho teve como principal objetivo identificar o posicionamento de parte da Igreja Católica diante da ameaça do comunismo, analisando publicações de um único intelectual sergipano, Dom Luciano José Cabral Duarte, tendo como recorte o ano de 1965. No entanto, com o retorno da professora, voltei a participar das reuniões do grupo de pesquisa *Poder, Cultura e Relações sociais na História* (CNPq-UFS), sob a orientação da Professora Dra. Célia Costa Cardoso.

A partir daí foi possível estudar, de forma mais aprofundada, o pensamento anticomunista em Sergipe, principalmente devido à ausência de trabalhos sobre este tema na historiografia sergipana. Na pesquisa bibliográfica, encontramos alguns trabalhos que tratam do comunismo e do anticomunismo no âmbito nacional. Entretanto, um estudo que se refira a um recorte mais local não foi identificado na investigação realizada. Além deste aspecto, surgiu o interesse em estudar um periódico, que foi produzido pela Igreja Católica, de relevância no século XX que possuía notadamente um discurso anticomunista. Destacamos ainda que na pesquisa bibliográfica foram encontrados alguns trabalhos sobre este jornal na área da Educação, no entanto, na área da História poucos trabalhos foram encontrados, principalmente um que utilize o jornal como fonte e objeto da pesquisa.

Este trabalho se encaixa na linha de pesquisa “Relações Sociais e Poder”, havendo assim uma relação entre poder e História, isso porque “olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível” (FALCON, 1997, p.97). E, tal como Falcon (1997) destacou, o poder não deve ser entendido como sinônimo exclusivo de política, mas deve ser pensado como relação social de “natureza plural”, no qual deve-se compreender as diversas faces do poder.

A ideia de política desenvolvida neste trabalho foi marcada por uma noção mais ampla de política, fortemente influenciada pela terceira geração dos *Annales* ou, ainda, uma história política renovada (Falcon, 2011). Difere, por sua vez, daquilo que Max Weber afirmou ao dizer que “entenderemos por política apenas a direção de agrupamento político hoje denominado ‘Estado’ ou a influência que exerce em tal sentido” (WEBER, 2004, p.55).

O Estado Novo e a Ditadura civil-militar de 1964 não foram regimes similares, no entanto, existem algumas aproximações entre os golpes de 1937 e 1964, tais como: a censura e

a repressão política estiveram presentes nos dois momentos, seja na imprensa, na música ou no campo político-institucional; o povo ficou afastado do centro do poder, tanto no Estado Novo como na Ditadura Civil-militar, principalmente a partir das eleições indiretas; houve ainda, por traz desses dois movimentos, um forte discurso nacionalista, aspecto este que será salientado mais adiante.

Os dois golpes de Estado⁸ analisados nesta pesquisa tiveram ainda a ameaça comunista como um importante argumento político, como bem destacou Motta (2000, p.7), seja com o Plano Cohen, que revelava um suposto golpe comunista em curso, ou o pavor das reformas de base propostas por João Goulart. Dessa forma, é importante destacar que, na década de 1930, o discurso contrário ao comunismo foi fortemente influenciado pelo movimento comunista ocorrido em 1935, seguido por forte repressão. Já na década de 1960, o anticomunismo teve a Guerra Fria como seu plano de fundo, com a polarização do mundo entre comunismo versus capitalismo.

O Estado Novo foi instaurado no dia 10 de novembro de 1937 e existiu até o dia 29 de outubro de 1945, tendo Getúlio Vargas como líder político do movimento. Alguns autores acreditam que tal movimento pode ser visto como uma continuação da Revolução de 30, um regime composto por militares, em sua maioria participantes do tenentismo da década anterior, e civis. Nesse sentido, Dulce Pandolfi (2010) salientou que apesar de ter existido continuidades entre a Revolução de 30 e o golpe de 37 houve também rupturas. Justamente por isso que a referida autora afirma que diferente do discurso de Vargas e de seus aliados, o Estado Novo não foi um desdobramento natural da Revolução de 30, sendo “um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuosa década de 30” (PANDOLFI, 2010, p.35).

Tal como apresenta Lourdes Sola (1990), o Estado Novo possuiu um caráter autoritário. Vargas buscou justificar o golpe a partir da necessidade e da inevitabilidade de um regime autoritário, essa postura se fazia necessária diante da existência de choques de tendências inconciliáveis. Apesar de Vargas se aproximar da ideologia nazifascista da década de 1930, é importante salientar, como nos lembram Lílian Schwarcz e Heloísa Starling (2015, p.375), que o Estado Novo não é a reprodução de um regime fascista, mas um regime autoritário, modernizante e pragmático.

⁸ Apesar da definição de golpe de Estado ter mudado com o tempo, na contemporaneidade é possível entender o golpe de Estado como “mudanças no Governo feitas na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político” (BARBÉ, 1998, p. 545).

O Estado Novo teve também um caráter centralizador, no entanto, essa característica não é exclusiva deste período. Dessa forma, como bem destaca Pandolfi (2010), desde a Revolução de 30, a centralização, seja no âmbito político, social ou econômico, fazia parte dos interesses do governo, como uma oposição a tudo que a República Velha representava.

Para compreender ainda os quinze anos que Getúlio Vargas esteve no poder, é possível levar em consideração uma divisão estabelecida por Ibarê Dantas (2013) ao falar da Revolução de 1930 em Sergipe. Ele considera que o período 1930-1935 pode ser marcado por algumas “tendências inovadoras”; já os anos 1935-1937 são marcados por uma “reação conservadora” e de 1937-1945 é o momento em que o “controle” está definitivamente “estabelecido”.

A Ditadura civil-militar ocorreu de 1964 até 1985 e durante vinte e um anos teve cinco presidentes militares, respectivamente: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Esse evento, tal como o Estado Novo, trouxe para o país um período de repressão e torturas. Entretanto, apesar deste aspecto, esta ditadura não se instalou com base apenas na coerção e na repressão. Houve, principalmente no seu período inicial, o apoio de uma parcela considerável da população brasileira, influenciados, na maioria dos casos, pela ideia da necessidade de salvar o Brasil da ameaça do comunismo, ligados sempre a uma ideia de Revolução⁹, que iria restaurar a ordem e a paz no país.

Segundo Lucila Delgado (2004, p.17), há quatro linhas interpretativas que podem ser associadas ao golpe civil-militar de 1964. Em primeiro lugar, tem as “interpretações estruturalistas” que dão ênfase para a importância dos problemas brasileiros relativos ao subdesenvolvimento e o atraso na industrialização, bem como a influência do capital estrangeiro. O golpe pode ser visto ainda como tendo um “caráter preventivo”, ou seja, tinha como principal objetivo impedir o crescimento de uma democracia populista. A “versão conspiratória” contou com o apoio de segmentos da sociedade, visando romper com o governo de Goulart e suas reformas. E, por fim, tem a versão que defende as “ideias da ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia” que vê o golpe como decorrente de uma radicalização antidemocrática tanto da esquerda como da direita.

Os militares foram apoiados por setores civis, que acreditaram na propaganda norte-americana da necessidade de libertar o país do perigo comunista. Neste sentido, Lucileide Cardoso (2011, p. 119) afirma “que houve preparação de longo prazo para o golpe, fomentada

⁹ Pode-se entender a Revolução como sendo uma tentativa, acompanhada da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e as substituir com o objetivo de realizar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica (PASQUINO, 1998, p. 1121).

principalmente nos meios civis, e que a vitória da ‘contrarrevolução’ só foi possível com a participação da classe média, principal agente revolucionária”. De qualquer forma, fica nítido que não foi um movimento articulado exclusivamente pela cúpula militar, tendo existido uma forte participação de setores da sociedade civil brasileira, inclusive de instituições, como a igreja e a imprensa. Essas ideias são enquadradas naquilo que Delgado (2004, p.22) chama de uma “versão conspiratória”, ou seja, a ruptura da ordem política ocorreu a partir de uma ação conspiratória de alguns segmentos sociais e organizações, como: forças armadas anticomunistas, setores conservadores da Igreja Católica, latifundiários, empresariado nacional, capital internacional e alguns partidos políticos.

Nesse sentido, a influência dos Estados Unidos ficou evidenciada pela análise de Bandeira (1997). Para este autor, não existe dúvidas que os Estados Unidos tiveram um papel fundamental no estabelecimento e sustentação de ditaduras em vários países da América Latina (BANDEIRA, 1997, p.84). Em 1962, Kennedy, então presidente do EUA, já se mostrava inquieto com a situação brasileira, entretanto, efetivamente, desde, pelo menos, 1963 que

os Estados Unidos começaram a estudar vários planos de emergência denominados Brother Sam, a fim de intervir militarmente contra o governo Goulart, diante da possibilidade de que ele, como consequência da pressão econômica, se dirigisse para a esquerda (BANDEIRA, 1997, p.94).

É interessante notar como o golpe de 1964 está ainda relacionado, como sugere Caio Toledo (2004), com a tentativa de impedir as reformas sociais propostas por João Goulart, bem como a tentativa de barrar a recente democracia política do país, que foi instaurada com a derrubada do Estado Novo. Dessa forma, as tentativas da retirada de Jango do poder ocorreram desde o início da década de 1960, e é justamente nesse sentido que ele afirma que “o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado” (TOLEDO, 2004, p.68). Levando tais aspectos em consideração, Delgado (2004, p.21) destaca que Toledo se enquadra na linha interpretativa que defende que a instauração do regime militar foi um golpe na democracia popular.

A Igreja Católica no Brasil, desde o período colonial até a década de 1970, esteve sob o poder do Estado. Assim, tal como Alves (1979) defende, para compreender a Igreja moderna é fundamental entender as suas relações com o poder temporal, ou seja, o Estado. Com a separação entre a Igreja e o Estado com a Proclamação da República, há uma reimplantação da Igreja sob a autoridade do Vaticano, no entanto, isso só foi possível com a ajuda do poder político. Para justificar a aproximação da Igreja Católica e do Estado no período republicano, o referido autor afirma que no pós-proclamação “a Igreja dispunha de pouca influência no povo

e, sobretudo, na elite intelectual, tocada pelo agnosticismo, pelo secularismo, pelo positivismo” (ALVES, 1979, p.36). Esta situação, vista pelo autor como paradoxal, já que se tratava de um país majoritariamente católico, foi fundamental para a aproximação entre a Igreja e o Estado brasileiro, buscando dinamizar o ensino religioso, a participação no poder civil e a instrumentalização de recursos para difundir a religião. Este fato ajuda a explicar o relativo apoio que existiu da Igreja católica ao Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar.

A compreensão deste contexto histórico auxilia no entendimento da atitude da Igreja Católica frente ao comunismo, pois este foi visto pela sociedade nos dois momentos analisados como algo destruidor. Foi assim que o jornal *A Cruzada* se tornou um instrumento para a luta da Igreja Católica contra a propagação do comunismo em Sergipe, já que este foi entendido como contrário a Deus e à religião.

O método da pesquisa fundamentou-se na história comparada que vem ocupando um espaço cada vez maior no âmbito das pesquisas históricas, o que permite novas possibilidades de investigação. Nesta, o pesquisador analisa dois ou mais fenômenos que tenham certa conformidade, explicando-os a partir das semelhanças e diferenças. Portanto, quando se fala em um método comparativo, sabe-se que é preciso ir além do uso mais próximo da intuição e alcançar um nível de análise e observação mais profundo.

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças (BARROS, 2007b, p.7).

Usou-se, então, a noção de “histórias conectadas” tal como foi definida por Maria Ligia Prado (2005, p.26), que parte do pressuposto que é preciso ampliar o olhar de modo que seja possível estabelecer conexões entre as realidades estudadas, sendo múltiplas e sempre ligadas entre si. O primeiro a se referir a essa expressão foi Serge Gruzinski, ao fazer uma crítica a abordagem comparada, pois esta estabeleceria uma relação de determinante e subordinado. Ele acreditava que tal abordagem levaria necessariamente a uma visão eurocêntrica e para superar tais perspectivas propôs as “histórias conectadas”.

Todavia, Prado (2005, p.30) defende que a história comparada nem sempre está relacionada a uma visão eurocêntrica e a um modelo dicotômico. A história comparada não exclui a “história conectada” e podem ser utilizadas de modo complementar. Nesta perspectiva, “há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão [...]”. Estou certa de que a produção historiográfica brasileira se enriqueceria se olhasse com mais atenção para as

possibilidades da comparação e das conexões” (PRADO, 2005, p. 30). A partir da “história conectada” foi feita uma análise buscando estabelecer conexões entre os dois momentos históricos estudados, que, apesar das diferenças evidentes, possuem relações entre si.

Tal como as orientações de Marc Bloch (1998), nesta pesquisa procurou-se evidenciar também as diferenças e não apenas as semelhanças nos discursos presentes em *A Cruzada*. O referido autor afirma, tal como Barros (2007a, p.5; 2007b, p.15), que a história comparativa é essencialmente marcada pela busca das diferenças. Isto é, a “história comparada tem o dever de distinguir a ‘originalidade’ das diferentes sociedades” (BLOCH, 1998, p.132). Desse modo, compreende-se que ela deve ir além da justaposição, do eurocentrismo e da mera classificação, bem como não deve centrar suas análises nas generalizações (PRADO, 2005, p.23).

É importante notar que, tal como Marcelo Pereira Lima e Leandro Duarte Rust (2008, p.4) afirmam, para se realizar um estudo comparativo é preciso situar os objetos de estudo em uma mesma e universal escala de predicções, em um mesmo “conjunto”, “grupo” ou “unidade”, para que assim seja possível identificar uma conformidade “relacional”. Ao afirmar que não é possível “comparar o incomparável”, eles abandonaram a ideia difundida no século XVIII de que, mesmo em relação a objetos mais discrepantes, seria possível realizar uma comparação no sentido aqui proposto.

O conceito de intelectual foi instrumental para esta pesquisa, e para tanto será feito uso das contribuições de Antônio Gramsci (2011), no sentido de compreendê-lo como categoria social que está sempre ligado ao grupo que faz parte, bem como das contribuições de Sirinelli (2003), para quem o intelectual é aquele que, na sociedade, é responsável pela construção e mediação da cultura.

A historiografia pós-*Annales* trouxe para a pesquisa histórica a ampliação da ideia de documento, nesse sentido, o conceito de fonte histórica foi modificado. Além do que já era tradicionalmente aceito, a exemplo de documentos oficiais, leis e decretos passou-se a recorrer também, por exemplo, a jornais, imagens, cartas e depoimentos. Tal movimento ficou conhecido como “Revolução documental”.

Apesar disto, apenas a partir da terceira geração dos *Annales*, ou seja, na década de 1970, que a utilização de periódicos impressos como fonte de pesquisa deixa de ser vista com desconfiança no Brasil. Dessa forma, antes dessa data, eles “pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que [...] continham registros fragmentários do presente, realizado sobre o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2006, p.112). Portanto, até então a imprensa era vista como objeto de pesquisa, havendo, entretanto, um receio em usá-la como fonte de pesquisa.

O jornal se tornou uma ferramenta para a pesquisa histórica, todavia, é preciso levar em consideração que apresenta interesses políticos e ideológicos. É justamente por isso que exige tratamento rigoroso, o que, é importante salientar, ocorre com qualquer fonte histórica. Assim, “nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, caracterizado como mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso (LUCA, 2011, p.116). Deve-se, ao selecionar o material que será utilizado, levar sempre em consideração que estes sofrem interferências dos grupos dominantes e/ou daqueles que os produziram.

O historiador que faz uso em suas pesquisas do jornal como fonte de investigação, precisa ter em mente o local da produção, por quem foi produzido, quais os interesses envolvidos, qual grupo o jornal representava, e, até mesmo, o destaque dado a determinadas matérias e temas, compreendendo, dessa forma, o seu layout. Sem esses cuidados metodológicos, o jornal se torna um problema para o historiador, afinal o que vai predominar é uma análise sem uma postura crítica.

Esta pesquisa do jornal *A Cruzada* foi um estudo do discurso relacionado especificamente ao ideário anticomunista. Utilizou-se este jornal como principal fonte, para a partir dele identificar e analisar algumas “histórias conectadas”. Dito isto, foram identificadas, inventariadas e analisadas as publicações de cunho político-ideológico-religioso, presentes neste periódico de 1930-45 e de 1965-70 a partir da confecção de fichas de conteúdo. Diante da grande quantidade de matérias que se teve acesso nessa pesquisa, foi preciso delimitar as fontes, para tanto, foram escolhidas as referidas publicações.

As matérias que tratavam especificamente da fé, a exemplo de textos sobre a bíblia, a crença, os rituais, entre outros, não foram trabalhados. Estas últimas matérias são de fundamental importância para a compreensão do pensamento político e social da Igreja Católica, no entanto, ao realizar a análise inicial, ficou constatado que elas não forneciam o material necessário para a trabalho que se busca desenvolver.

Com este recorte temporal, foi possível ter acesso a um total de cerca de 390 edições: do período do Estado Novo teve-se acesso aos anos de 1937, 1938, 1942, 1943, 1944 e 1945; e do período do regime militar aos anos de 1965, 1966, 1967, 1968, 1969 e 1970. Na Tabela nº 1 tem-se a quantificação.

Tabela 1 – Quantificação das edições analisadas

Ano	Número de edições	Número de páginas
1937	28	4
1938	44	8
1942	31	6
1943	34	4
1944	24	4
1945	34	8
1965	23	10
1966	29	12
1967	28	12
1968	47	8
1969	43	8
1970	31	6
Total	396	2.974

Fonte: Elaborada pela autora

As fichas confeccionadas auxiliaram na seleção do conteúdo do jornal, que foi feita a partir das palavras-chave das matérias. No primeiro contato com o jornal, foi realizado um levantamento das matérias que eram de natureza religiosa e política, possibilitando identificar o ideário anticomunista em suas diversas matérias. A seleção dos textos foi sistematizada a partir da confecção de tais fichas de cada matéria selecionada, na qual consta o título, algumas informações gerais, um breve resumo, bem como algumas palavras-chave¹⁰.

Ao final deste levantamento, foram selecionadas as palavras-chave que mais apareceram e foi justamente a partir delas que este trabalho foi dividido, por meio de eixos temáticos ou categorias de análise. Nesse sentido, de forma direta e às vezes indireta, essas matérias tratam destes eixos temáticos. Na tabela nº 2 destacou-se a quantificação das matérias que foram selecionadas na análise inicial do jornal estudado.

¹⁰ Em anexo, têm-se algumas das fichas confeccionadas.

Tabela 2 – Quantificação dos eixos temáticos nas matérias jornalistas de cunho político-ideológico

Ano	Comunismo/ Anticomunismo	Nacionalismo/ Patriotismo	Guerras e/ou conflitos
1937	103	49	36
1938	40	27	39
1942	27	29	59
1943	19	23	39
1944	12	19	19
1945	87	29	26
1965	23	9	10
1966	14	7	12
1967	24	7	16
1968	22	12	11
1969	6	18	7
1970	2	17	1
Total	379	246	275

Fonte: Elaborada pela autora

Construiu-se ainda um quadro dos intelectuais envolvidos na produção do periódico, buscando traçar suas trajetórias individuais e a forma como estas contribuíram para a escrita no jornal. Como foram homens/mulheres de renome na sociedade sergipana da época, buscou-se construir este quadro a partir de informações presentes em documentos vinculados à Igreja Católica sergipana, presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo e no jornal *A Cruzada*.

Considerou-se que o objetivo principal destas publicações foi o de persuasão, isto é, fazer com que o público-leitor acreditasse no discurso exposto, em consonância com o seu caráter doutrinário. Para tanto, é importante mencionar aquilo que Fiorin (2008) afirma ao dizer que

A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado. Por isso, o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite. Por isso, ele é sempre persuasão (FIORIN, 2008, p.75).

Um dos procedimentos adotados por esta pesquisa em relação às fontes foi o de valorizar a contextualização dos conteúdos existentes nesta folha cristã, entendendo por quem e para quem foram publicados. Para Tânia de Luca (2001, p.116), não se deve fazer um uso instrumental e ingênuo de qualquer periódico, afinal, ao selecionar o material que será utilizado, o pesquisador levará sempre em consideração que estes sofrem interferências dos grupos dominantes e/ou daqueles que os produziram.

Assim, este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro – “Igreja Católica e o jornal *A Cruzada* no Estado de Sergipe” – discutiu-se a trajetória histórica deste jornal, falando da sua relação com a Igreja Católica em Sergipe. O objetivo principal foi fornecer um panorama geral da forma como se encontra a Igreja no século XX, bem como discutir o papel do referido periódico para o clero católico de Sergipe na difusão do ideário anticomunista. Utilizou-se fontes do Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, do Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, bem como o próprio jornal *A Cruzada*.

O segundo capítulo – “Nacionalismo e anticomunismo no discurso religioso do jornal *A Cruzada*” – tratou do ideário anticomunista associado à questão nacional, e a forma como o nacionalismo foi utilizado para justificar uma postura contrária ao comunismo. Nesse sentido, buscou-se investigar a forma como o nacionalismo autoritário foi defendido pelo clero sergipano durante o Estado Novo e a Ditadura civil-militar de 1964.

É interessante destacar que o tema do nacionalismo esteve fortemente presente nos discursos do jornal, estando interligado à defesa do integralismo e à defesa de governos autoritários. Esta ideia sobressaiu da análise do discurso do semanário, sendo recorrente nos discursos jornalísticos produzidos em cerca de 50 matérias, de 1937-45 / 1965-70. Pode-se, ainda, afirmar que o discurso encontrado no jornal condena os comunistas e os afastam dos ideais de Nação, deixando-os existir como grupo político distante dos interesses nacionais. Usou-se aqui documentos do arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, do arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo e o jornal *A Cruzada*.

No último capítulo – “*A Cruzada* e a “Ideologia do Terror”: Segurança nacional, anticomunismo e conflitos armados” –, a análise partiu da forma como o tema da guerra foi compreendido e, conseqüentemente, a forma como a guerra está relacionada ao combate ao comunismo. O objetivo foi buscar entender os interesses da Igreja por traz desse discurso da guerra, já que em determinados momentos a guerra é defendida e em outros momentos ela é condenada.

Portanto, este trabalho visou estudar do pensamento contrário ao comunismo de uma parcela do clero sergipano, utilizando, para tanto, eixos temáticos extraídos do jornal. O objetivo, assim, foi compreender este tema a partir dos discursos encontrados, pensando sempre no grupo de intelectuais envolvidos em sua produção como heterogêneo.

1 IGREJA CATÓLICA E O JORNAL A CRUZADA NO ESTADO DE SERGIPE

1.1 Igreja Católica e a questão social no período republicano

A Igreja Católica sempre esteve muito próxima da política, seja de grupos conservadores ou mesmo de grupos progressistas. Neste sentido, as práticas acabam desafiando ou reforçando os sistemas de dominação. Assim, “igreja nenhuma jamais se situa acima da política. As práticas e o discurso religioso necessariamente reforçam ou minam os valores predominantes e, em última instância, o sistema de dominação” (MAINWARING, 2004, p.26).

Ao refletir sobre a Igreja no século XX, deve-se fazer referências ao pensamento político e social desta, pensando na Doutrina Social da Igreja (DSI), que influenciou de forma considerável o pensamento de sua hierarquia, principalmente a partir da encíclica “Rerum Novarum: sobre a condição dos operários”. Esta Doutrina pode ser vista como um conjunto de ensinamentos que explicitam a preocupação com o social, materializando-se em numerosas encíclicas e pronunciamentos papais. Tal encíclica foi publicada por Leão XIII em 1891, buscando uma solução baseada na “justiça” e na “equidade” para os problemas dos operários.

Neste documento, a Igreja se posicionou frente ao comunismo/socialismo, falando da necessidade de auxiliar os homens das classes inferiores e diminuir o seu sofrimento. Ao se referir ao século XVIII, afirma que “os trabalhadores, isolados e sem defesa, têm-se visto, com o decorrer do tempo, entregues à mercê de senhores desumanos e à cobiça duma concorrência desenfreada” (LEÃO XII, 1972, p.1-2). Defendem, ainda, que os socialistas aproveitaram dessa situação para instigar no pobre o ódio contra aqueles que possuem bens. Para resolver essa situação, deve-se restaurar os costumes cristãos, pois atrairia os indivíduos para Deus, princípio e fonte do bem. Além disso, devia-se contar com o apoio do Estado, pois este iria proteger a propriedade e auxiliar o trabalhador.

Marcio Moreira Alves (1979, p.17) defende que as estruturas da Igreja Católica no Brasil que predominaram no século XX nasceram em 1891, com a Constituição Republicana, que separou a Igreja do Estado. Todavia, ele sustenta que para compreender o papel da Igreja na República é necessário levar em consideração toda a sua herança. Dessa forma, chama atenção para a forma como a Igreja viveu no Brasil um longo período de dependência do Estado desde o período colonial, ou seja, no Império, “a igreja estava sob tutela do Estado. Numerosos decretos e leis, alguns mesquinhos e vexatórios, foram promulgados para determinar a intervenção do Estado nos negócios religiosos” (ALVES, 1979, p.27).

De acordo com o que foi proposto por Mainwaring (2004), existe durante o século XX quatro modelos de Igreja no Brasil, sendo eles: a Igreja da neocristandade, a modernizadora, a reformista e a popular¹¹. Entretanto, o surgimento de um modelo não exclui necessariamente o preexistente, podendo até dois destes coexistirem em um mesmo grupo religioso. Entre os anos de 1916 a 1955, uma Igreja da neocristandade foi predominante no Brasil, tentando se fazer presente na sociedade, principalmente após a separação entre o Estado e a Igreja concretizada com a Constituição de 1891. Deve-se lembrar, dessa forma, que a Proclamação da República foi uma obra de militares influenciados pelas ideias positivistas (ALVES, 1979, p.32).

Nos primeiros anos após a separação, a Igreja se preocupou com questões internas, como afirma Mainwaring (2004), no entanto, após 1916, com o recém nomeado arcebispo de Recife Dom Sebastião Leme, tem-se uma nova postura explicitada a partir de uma carta pastoral, onde convoca os católicos a recristianização do Brasil. Ao falar dos problemas do país, afirmava ser preciso uma presença mais marcante da Igreja na sociedade. Esse modelo da neocristandade teve seu apogeu principalmente entre os anos de 1930 e 1945, quando Getúlio Vargas esteve na presidência do país.

Nesse momento a Igreja permaneceu conservadora, insistindo na necessidade de um catolicismo mais vigoroso, no qual encontra-se, entre suas ações, uma forte relação com o setor educacional, uma ênfase na moralidade católica da sociedade e uma postura anticomunista e antiprotestante. Enquadrando-se, portanto, no primeiro momento analisado, ou seja, que corresponde ao Estado Novo. Além de ter uma forte relação com o governo de Vargas havia também, por parte da Igreja, o discurso de combate ao comunismo no Brasil.

Durante boa parte do século XIX, os religiosos brasileiros estiveram muito distantes da postura de Roma, e é justamente nesse contexto que o Vaticano se esforçou para conseguir um controle maior sobre as Igrejas nacionais, em uma busca por instituir um catolicismo mais oficial. De acordo com Péricles Moraes de Andrade Junior (2010), esta postura também foi encontrada em Sergipe. Este autor escreveu sobre a organização administrativa da Igreja Católica em Sergipe durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, tendo como principal objetivo apresentar a forma como as transformações do clero ocorreram em Sergipe. Tais mudanças visavam à substituição do catolicismo popular por um catolicismo hierárquico

¹¹ No modelo da neocristandade, a Igreja permaneceu politicamente conservadora; os modernizadores continuam sendo vistos como conservadores, mas acreditavam que a Igreja precisa mudar para cumprir sua missão no mundo moderno com maior eficácia; a Igreja reformista se preocupa com a justiça social, negando, todavia, uma mudança política radical. Por Igreja popular entende-se aquela que tem uma visão política progressista da missão da Igreja se desenvolvendo principalmente na década de 1970.

e sacramental ou, em outras palavras, buscava-se uma orientação “romanizadora”, em desenvolvimento desde o século XIX no Brasil e inserida no discurso da neocrisandade.

Foi possível identificar ainda no século XIX, um pensamento reformador no clero sergipano, com a criação, em 1827, do Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Isso ocorreu, pois grande parcela dos jovens candidatos¹² a sacerdócio passaram a estudar nesse seminário, o que facilitou, inclusive, a vida religiosa desses indivíduos. Portanto, estes candidatos vivenciaram as mudanças implementadas por Dom Romualdo Seixas, Arcebispo responsável pelo seminário que buscava desenvolver uma prática religiosa calcada na ordem, na disciplina e no respeito, diferindo das práticas religiosas existentes nos períodos Colonial e Imperial.

Andrade Junior (2010) defende ainda que a criação da Diocese de Aracaju, em 1910, estava ligada a essa tentativa de uma aproximação com o catolicismo romano, tentando se afastar dos elementos populares do catolicismo local, possibilitando um controle maior no campo religioso. Importa ressaltar que a formação da Diocese está muito próxima do contexto de criação do jornal *A Cruzada*, sendo este criado pelo primeiro Arcebispo de Aracaju, D. José Thomaz Gomes da Silva. Seria uma forma de auxiliar na propagação das ideias defendidas por este clero em processo de “romanização”.

Dessa forma,

evidenciam a presença do *pensamento reformista* na trajetória da Igreja Católica em Sergipe no século XIX. Imbuídos de uma visão ortodoxa, este clero não reconheceu os símbolos pertinentes ao *Catolicismo Popular*. A não aceitação desse capital simbólico se deu a partir da condenação das condições físicas dos espaços sagrados (templos e cemitérios), dos tipos de sepultamentos praticados, da relação dos fieis com os santos, do desrespeito aos dias santificados, das indecências dos párocos e da propagação das ideias liberais (ANDRADE JUNIOR, 2010, p. 99).

Tomando em consideração o importante papel da imprensa na propagação do aparato ideológico e eclesiástico, a Igreja Católica usou sua imprensa como importante instrumento de dominação. Em Sergipe, Andrade Junior (2010) afirma que esta imprensa começou a circular em 1912, com a criação do boletim *A Diocese em Aracaju*¹³, mas, visando uma ampliação em

¹²Péricles Morais de Andrade Junior (2010, p.53-55) destaca alguns nomes para mostrar a presença dos sergipanos no seminário baiano, como: Antonio da Costa Andrade, Antonio Manoel Leite, Domingos de Mello Rezende, Francisco Freire de Mello, João Batista de Carvalho Daltro, João Francisco de Carvalho, José Alberto de Santa Anna e José Luiz de Azevedo.

¹³ Este jornal foi criado no dia 10 de janeiro de 1912, tendo como diretor o monsenhor Manuel Raimundo de Melo: “haverás por bem constituir em nosso incipiente bispado o boletim eclesiástico, com o título ‘A Diocese de Aracaju’”. Ele possuía uma tiragem mensal e em média 16 folhas, além do formato de uma revista. De um modo geral, apresentava atos da Santa Sé e do governo diocesano, documentos do bispado, artigos e matérias do interesse da Igreja, bem como notícias da diocese e das igrejas. Tais informações foram retiradas do Livro do Tombo da Cúria Metropolitana de Aracaju, afinal não se conseguiu encontrar exemplares deste boletim nos arquivos locais. Arquivo da Cúria Metropolitana, localizado na Praça Olímpio Campos, 228, Centro, Aracaju-SE.

seu campo de atuação, a Igreja criou, em 1918, o jornal *A Cruzada*, que inicialmente possuía uma publicação semanal e era composta de quatro páginas.

Diante disto, Sá e Linhares (2009) afirmam que

ao contrário da maioria dos periódicos no estado, o jornal “A Cruzada” também tinha um sistema de distribuição garantida pela Igreja para quase todo o estado. Esta importância garante a abrangência do discurso católico publicado no jornal e da influência deste discurso na sociedade sergipana (SÁ; LINHARES, 2009, p.13).

Por volta de 1955, a neocristandade é rompida com o surgimento de um movimento reformista na instituição clerical, sendo esta fase denominada como “reformista”. Nesse momento, segundo Maiwaring (2004, p. 56-57), existem três grupos dentro da Igreja: aqueles que continuavam próximos da neocristandade passaram a ser os “tradicionalistas”; tinham os “moderados conservadores” que acreditavam na necessidade de uma mudança, mas rejeitavam uma mudança radical; e, por fim, têm-se “os reformistas” que compartilhavam com os moderados conservadores a preocupação com o trabalho pastoral, mas tinham uma postura mais progressista. A partir de 1964 pode-se falar do surgimento de uma Igreja popular, influenciada, sobretudo, pelo fim da experiência democrática brasileira.

Os reformistas tiveram uma relativa hegemonia até pelo menos 1976, pois eles aceitavam a ideia da secularização, na qual haveria uma inserção da Igreja na sociedade, dessa forma, a Igreja não é mais vista como algo acima do mundo. Outra característica, é a grande preocupação com a justiça social, bem como o seu forte caráter anticomunista. Nesta perspectiva, “os reformistas acreditavam que a mudança política era necessária para criar uma sociedade mais justa, mas rejeitavam as transformações radicais” (MAIWARING, 2004, p.66).

Em 1958, o papa João XXIII assumiu e promoveu reformas significativas na Igreja Católica, como uma forma de responder às transformações existentes na própria sociedade. Entre as principais ações deste Papa, vale destacar o Concílio Vaticano II que mudou de forma significativa as bases da instituição, tornando a Igreja mais propícia ao diálogo e preocupada com questões sociais. Apesar desta postura, essas ideias não foram aceitas por toda a Igreja, havendo uma relativa resistência às mudanças, pois muitos acreditavam que tais práticas se aproximavam de ideais comunistas, o que causava o afastamento entre muitos religiosos.

O Concílio Vaticano II começou em 1962 e foi até 1965, inicialmente sob a orientação de João XXIII, mas, com a sua morte, o papa Paulo VI deu continuidade ao projeto, sendo considerado o maior evento da Igreja no século XX, devido à sua significativa importância. Esse evento tinha o objetivo principal de modernizar a Igreja e atrair os cristãos afastados da religião.

Foram diversos encontros, debates e votações no Vaticano, que tinham como principais temas: os rituais da missa, os deveres de cada padre, a liberdade religiosa e a relação da Igreja com os fiéis e os costumes da época. No final, as autoridades católicas promulgaram 16 documentos como resultados do Concílio¹⁴, que trouxeram transformações significativas para a Igreja daquele momento. A esse respeito Mainwaring (2004) afirma que o Concílio Vaticano II (1962-1965) marcou um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano.

O Concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro da Igreja, motivou por exemplo maiores responsabilidades, coresponsabilidade entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos dentro da Igreja, desenvolveu a noção de Igreja como o povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações (MAINWARING, 2004, p. 62).

Uma postura conservadora começou a se fazer presente em vários setores da sociedade, ficando intenso nos anos que antecederam o golpe de 1964, pois eles estavam preocupados, principalmente, com a desordem social e com a ameaça do surgimento do comunismo. Evidentemente, a Igreja não escapava de tais conflitos internos, já que, de um lado estava a esquerda católica, vinculada às transformações sociais; e, do outro, estava a direita católica, que surgiu a partir dos “tradicionalistas”.

Em Sergipe também foi possível notar essa divisão dentro da Igreja Católica. Como afirma Ibarê Dantas (1997), Dom José Vicente Távora¹⁵ era o Arcebispo no estado, enquanto Dom Luciano Duarte era o bispo auxiliar, cargo para o qual foi nomeado em 1966, assumindo a função de forma definitiva em 1970, quando Dom Távora faleceu. Foi com a sua morte que, tal como destaca Dantas (1997), a política autoritária se expandiu em terras sergipanas. Para este autor, D. Luciano Duarte foi o principal representante em Sergipe do apoio à “contra-revolução”¹⁶.

É justamente neste sentido que Giselda Moraes (2008) afirma que houve em Sergipe no início dos anos de 1960 um avanço de uma posição progressista, incentivada principalmente por D. José Vicente Távora, sendo este um dos principais nomes no Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁷. Esta mesma autora destaca que, nesse contexto da década de 1960, D.

¹⁴ Estes documentos encontram-se disponíveis no *site*: http://www.snpcultura.org/concilio_vaticano_ii_origem_e_documentos.html. Acesso em: 01 de junho de 2018.

¹⁵ Importante agente da resistência à ditadura civil-militar dentro da Igreja Católica em Sergipe.

¹⁶ Para este pesquisador é possível classificar o movimento de 1964 como uma contra-revolução, principalmente pelo dito caráter preventivo de uma suposta Revolução, dirigida pelas esquerdas, que foi propagado como explicação para tal acontecimento histórico.

¹⁷ O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado em 1961, pelo bispo progressista Dom José Vicente Távora. Ele surgiu a partir de um acordo com o presidente Jânio Quadros, que visava levar a educação para as regiões menos desenvolvidas do país, principalmente através de escolas radiofônicas.

Luciano Duarte foi visto como mais próximo de uma postura conservadora, fato este que viabilizou um maior contato deste com os militares que assumiram o poder em 1964. Assim, ela destaca que

a saúde frágil de D. José Vicente Távora, vítima de diabetes e problemas de coração, somando-se às contenções a que foi constrangido por causa de sua posição dentro da Igreja e de seu trabalho social no MEB, levaram o bispo auxiliar a assumir, também, o papel de interlocutor entre a Igreja e o Estado, na difícil conjuntura política que o Brasil atravessava (MORAIS, 2008, p.324).

Em Sergipe, o principal nome da resistência à ditadura civil-militar dentro da Igreja Católica foi, sem dúvida, o bispo D. José Vicente Távora, mostrando bastante preocupação com a educação de base e a formação crítica do cidadão. Sendo citado, como salienta Mainwaring (2004), como um dos bispos que foram nomeados pelo governo como “subversivos”. (MAINWARING. 2004. p. 117). Em oposição a essa postura, D. Luciano que, segundo Dantas (1997, p.146), foi um dos principais intelectuais sergipanos, então bispo auxiliar, com uma postura contrária aos movimentos de esquerda, foi um anticomunista declarado, além de um grande defensor do regime instaurado em abril de 1964.

De modo a auxiliar nos dados disponíveis, foi possível ter acesso também ao Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, criada em 2015, com o objetivo de identificar e tornar pública as violações aos Direitos Humanos ocorridas em Sergipe. A partir desta pesquisa, notou-se referências da aproximação de Dom Luciano ao regime autoritário, que ficou explícita em um documento de natureza confidencial elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) e disponibilizado no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade. No documento, é salientada a forma como este intelectual se enquadra em uma ala mais conservadora da Igreja, de modo que se relaciona, em um nível nacional, com o governo.¹⁸

Portanto, para Dantas (1997), o golpe 1964 representou, para a Igreja Católica em Sergipe, um “divisor de águas”, separando os progressistas dos conservadores. Todavia, apesar desta oposição ser bastante tratada na historiografia, é preciso relativizar essa oposição, pois, como nos lembra Mainwaring (2004, p.29), no Brasil os processos de mudanças da postura da Igreja ocorrem de maneira cautelosa, havendo um equilíbrio entre a renovação e a tradição.

Ao tentar relativizar a oposição existente entre D. Távora e D. Luciano, Moraes (2008) afirma que D. Luciano Duarte se tornou bispo auxiliar de Aracaju em 1966, como uma sugestão do então bispo D. Távora. A autora destaca, inclusive, que este último foi padrinho da sobrinha

¹⁸ Atividades de membros da Igreja Católica. SNI, AC_ACE_12242_80, 03 de março de 1980. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

de D. Luciano, o que sugere uma convivência saudável entre eles fora dos muros da Igreja. Portanto, havia posicionamentos políticos e ideológicos diferentes, mas, pelos relatos de Moraes (2008) e mesmo pelas matérias encontradas no jornal, notou-se também relativas aproximações entre eles.

Por fim, deve-se salientar que a referida autora produz uma biografia de Dom Luciano Cabral Duarte encomendada pela família deste, no entanto, este fato não deve tirar o mérito dos vários depoimentos que falam da boa relação que estes padres tinham. Nesse sentido, no decorrer do trabalho e com a análise das fontes, foi possível desconstruir o mito da oposição entre Dom Luciano e Dom Távora propagado pela historiografia, mostrando as diversas nuances da prática religiosa e de relações interpessoais entre ambos.

1.2 *A Cruzada* (1918–1970): história, discurso jornalístico e ideologia

O jornal *A Cruzada* foi fundado em 1918 por Dom José Thomaz Gomes Silva¹⁹ e existiu até o ano de 1970. Sua redação funcionava no próprio Seminário Diocesano, localizado na cidade de Aracaju, sendo sua produção responsabilidade da Arquidiocese. Possuía uma tiragem semanal, e havia três aspectos básicos que formavam os pilares deste jornal católico: cultura, instrução e fé. Tanto a tiragem como a quantidade de páginas variaram de acordo com os anos, e, apesar de não ter sido possível identificar o motivo, aponta-se como uma possibilidade os recursos financeiros disponíveis no momento de publicação.

No primeiro ano de existência, o jornal tinha como frase destaque “Órgão oficial da Diocese”. O seu primeiro número foi publicado no dia 2 de junho e foi composto por quatro folhas, sendo a última reservada para propagandas. O primeiro editor do jornal foi Monsenhor Adalberto Sobral, sendo auxiliado por diversos sacerdotes e distintos católicos como colaboradores. Tais informações foram encontradas no Livro do Tombo da Cúria de Aracaju.

¹⁹ Andrade Junior (2010) afirma que “D. José nasceu em Martins, cidade do Rio Grande do Norte, em 4 de agosto de 1837. Filho do juiz de direito Dr. Thomaz Gomes e Anna Constança da Silva, iniciou seus estudos eclesiásticos no seminário de Olinda, em 1891. Em 1894, ingressou no Seminário da Paraíba, recebendo as ordens sacerdotais nesta escola (...) nomeado Bispo de Aracaju em 1911, por Pio X, com a sagração na Catedral de Paraíba no mesmo ano. Faleceu em Aracaju, em 1948” (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.108).



Figura 1
 Primeira edição do jornal A Cruzada- 02 de junho de 1918.
 Arquivo: Cúria Diocesana de Aracaju

Como já foi mencionado anteriormente, a presente análise foi centrada nos exemplares que circularam durante o Estado Novo e a Ditadura civil-militar. É importante salientar que durante os dois golpes de Estado o jornal manteve uma aproximação com as ideias propagadas pelos regimes autoritários. O Estado Novo foi deflagrado no dia 3 de novembro de 1937 e o periódico não teve circulação nessa semana, voltando apenas no dia 14 de novembro, falando sobre o novo regime e a esperança de um Brasil melhor para todos. Como o periódico não teve

circulação no ano de 1964, ficou-se impossibilitado de compreender a postura de A Cruzada imediatamente após a instauração da ditadura de 1964.

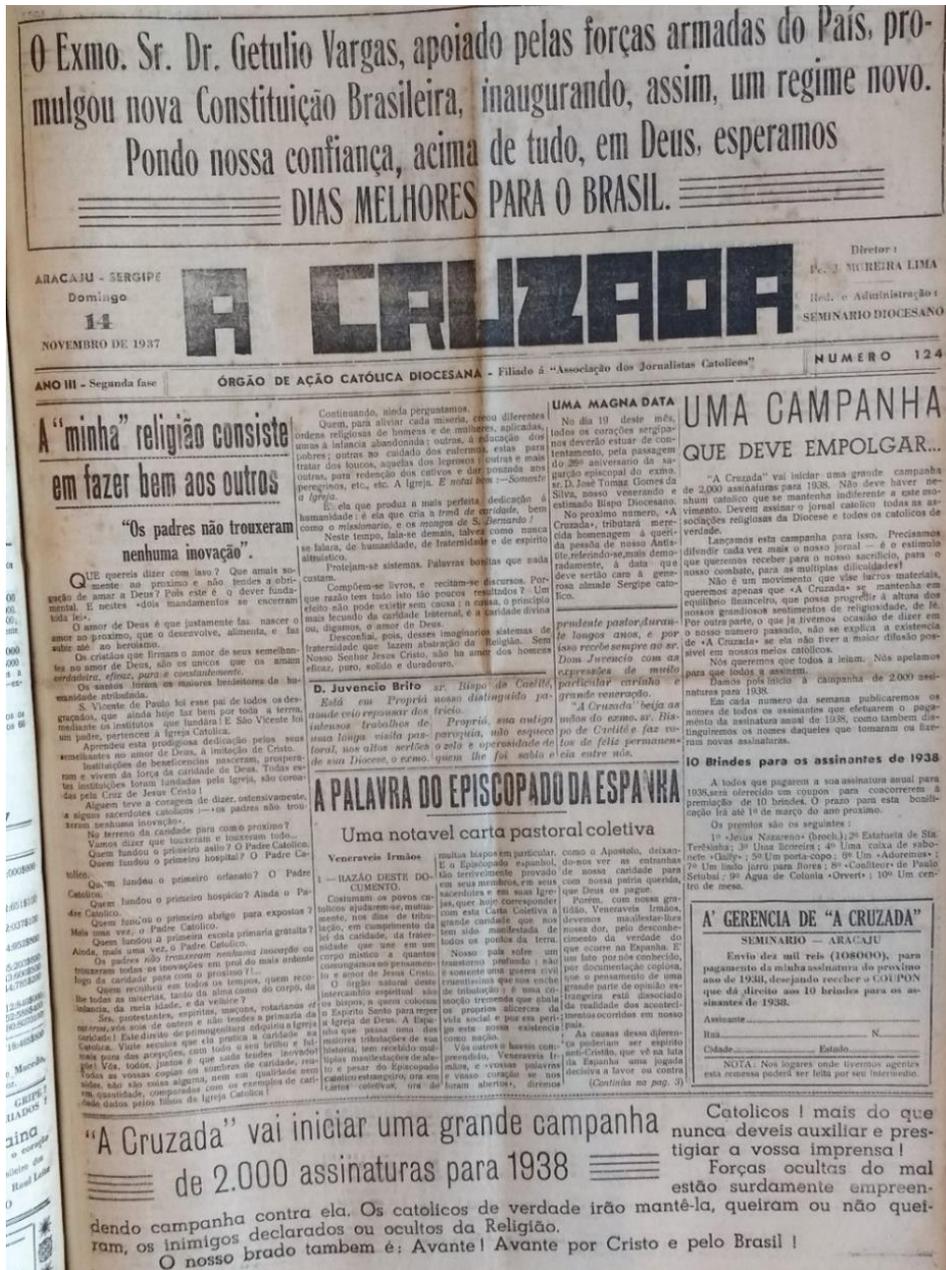


Figura 2
Primeiro número do jornal A Cruzada após o Estado Novo- 14 de novembro de 1937.
Arquivo: Biblioteca Epifânio Dórea

Ibarê Dantas (2013) e Péricles Moraes de Andrade Junior (2010) defendem que existiu por traz da fundação do jornal A Cruzada forte interesse por parte do clero em aproximar a Igreja do Estado, levando em consideração que esta separação²⁰ foi oficializada com a

²⁰ Outro exemplo desta postura da Igreja foi a criação, em 1932, da Liga Eleitoral Católica (LEC), por Dom Sebastião Leme. A partir desta liga, “ficava a cargo dos sacerdotes comunicar pessoalmente aos fiéis os nomes

Constituição Federal de 1891. Tais afirmações se aproximam daquilo que Motta (2000, p.45) destaca, ao dizer que é preciso compreender a postura anticomunista do clero brasileiro como algo que faz parte de uma engrenagem maior, ou seja, uma “reconquista espiritual do povo brasileiro”, haja vista que com a República a Igreja Católica perdeu, de certa forma, a sua posição na sociedade.

Dantas (2013) afirma, ainda, que em Sergipe o maior sinal da tentativa da Igreja em se aproximar do Estado foi a criação de *A Cruzada*, em 1918. Dessa forma, Andrade Junior (2010) destaca que a relação entre Estado e Igreja era evidente a partir do referido periódico, afinal o “o jornal foi consagrado ‘à defesa dos interesses da religião, da Pátria e do Estado’” (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.162).

O jornal tinha ainda como principal objetivo fornecer à sociedade uma “boa imprensa” que possibilitasse propagar a crença cristã, sendo este aspecto mencionado no jornal em diversos momentos. Portanto, pode ser visto como uma ferramenta utilizada pelos intelectuais católicos com o objetivo de restaurar a fé e os valores próximos aos ideais da Igreja Católica.

Tanto Sales (2005) como Sá e Linhares (2009) enfatizam que o jornal *A Cruzada* pode ser dividido em duas fases. Todavia, na análise da fonte foi possível identificar que o próprio periódico em sua página inicial estabelece essa divisão de duas fases: a primeira, de 1918 a 1926 e, a segunda, de 1935 a 1970. O jornal passou por um longo período de pausa em sua publicação, e é justamente esse momento de nove anos que marca a separação entre as duas fases. Houve também outros momentos mais curtos de pausa, a exemplo do intervalo do ano de 1964 – o jornal parou suas atividades no final de 1963 e retornou suas publicações apenas em meados do ano de 1965. Sobre a segunda fase de *A Cruzada*, o Livro do Tombo da Cúria de Aracaju traz que foi uma obra possibilitada, principalmente, pelo espírito empreendedor do padre João Moreira Lima e com a colaboração de seus redatores.

Nesse sentido, o jornal passou por dois momentos diferentes, acompanhando, de certa forma, acontecimentos mais gerais. Inicialmente, teve como principal objetivo a doutrinação dos fiéis, buscando conduzir os seus leitores a partir de princípios e valores da moral e da religião cristã. Entretanto, Sá e Linhares afirmam que na segunda fase (1935-1970) isso muda, aspecto que foi comprovado com a análise das fontes. Nesse momento,

o jornal apresenta nova proposta gráfica, caracterizada por uma proporção maior dada à publicidade. O leque do que é publicado como notícia, no jornal se amplia. O caráter doutrinário permanece, mas é nítido que o enfoque às notícias de interesse do público

dos candidatos apoiados pela Igreja” (DANTAS, 2013, p.92). A Igreja conseguiu com esta liga voltar aos quadros institucionais com as eleições de 1934.

local ganha mais representatividade, principalmente o que diz respeito à classe operária (SÁ; LINHARES 2009, p.4).

A partir de uma análise nos anos iniciais do periódico foi possível concordar com tais autores ao afirmarem que o objetivo inicial do periódico foi ampliado na segunda fase – fase trabalhada nesta pesquisa –, e, portanto, é viável supor que pretendia com isso alcançar um maior número de pessoas, para que pudesse difundir os seus valores morais e práticas ligadas à religião cristã a um número maior de sergipanos.

De modo geral, o conteúdo/temas desta imprensa católica passou por transformações no recorte temporal analisado. Em sua estrutura encontrou-se notas, notícias, assuntos religiosos, artigos de natureza diversa, editoriais, bem como propagandas, que, com o passar dos anos, foram sendo ampliadas de forma considerável. Ao fazer referência à sua estrutura, notou-se que houve uma ênfase nos temas religiosos em todos os anos analisados, mesmo quando o objetivo era, por exemplo, expressar o apoio a regimes políticos, uma vez que as justificativas dadas se relacionavam sempre ao universo cristão.

Durante o Estado Novo, têm-se matérias jornalistas sobre o comunismo, os rituais da missa, a missão da Igreja Católica, o governo Vargas, a postura das mulheres na sociedade, bem como a respeito do papel do Brasil e mesmo da Igreja. Entretanto, significativas mudanças foram identificadas com relação ao período que corresponde a Ditadura civil-militar, uma vez que o campo de atuação das matérias jornalistas foram ampliadas de modo significativo, com matérias sobre economia e finanças, a vida social de Sergipe, matérias sobre esporte e cinema e notícias dos municípios sergipanos. Entretanto, esses assuntos são sempre falados pela ótica cristã, fica evidente, portanto, o aspecto religioso do discurso político do jornal.

As considerações apontadas ficam evidentes no Quadro nº 1, onde se faz referência as principais colunas identificadas em cada ano analisado.

QUADRO 1 – Principais seções e colunas do jornal *A Cruzada*

ANO	TÍTULO
1937	Crônica Social, Pelas Paróquias, Coluna Mariana, As Sagradas Escrituras, Cinematografia, Obras das Vocações Sacerdotais, A margem dos acontecimentos e Notas e fatos, bem como propagandas variadas.
1938	Obras das Vocações Sacerdotais, Crônica Social, Notícias e Notas, A Cruzada indica, Coluna Mariana, Pelas Paróquias, Em prol do Edifício Pio XI, Comentários, Coluna Missionária, Comentário internacional, Expediente do Governo da Diocese, bem como propagandas, artigos e matérias de assuntos variados.
1942	Pequenas notas, Filmes censurados, Sociedade – substitui Crônica Social –, Obras das Vocações Sacerdotais, Expediente da Secretária do Bispado, Pelas Paróquias, Calendário litúrgico, propagandas e diversas matérias.
1943	Filmes censurados, Pelas paróquias, Expediente da Secretária do Bispado, Sociedade, Obras das Vocações Sacerdotais, Governo Diocesano, propagandas e matérias diversas.
1944	Filmes censurados, Pelas paróquias, Obras das Vocações Sacerdotais, Notícias Católicas, Página do Centro Dom Vital, Propagandas e matérias diversas.
1945	Filmes censurados, Pelas paróquias, Juventude Feminina Católica, Governo Diocesano, Comentários, Sociedade, Página do Centro Dom Vital, Obras das Vocações Sacerdotais, bem como propagandas e matérias diversas.
1965	Editorial, Página Católica, A Cruzada social, Cinema e esporte, matérias sobre questões econômicas, bem como propagandas e matérias diversas.
1966	Coluna Litúrgica, Coluna Rádio, A Cruzada social, Cinema e esporte, Coluna A vida dos municípios, Diário da Câmara Municipal de Aracaju, notícias sobre economia e propagandas.
1967	Coluna Fatos e Destaques, Biografia do seu astro, A vida dos municípios, Diário da Câmara Municipal de Aracaju, Reportagem social, Cinema e esportes, Coluna Rádio, propagandas e matérias sobre economia.
1968	Editorial, Panorama Radiofônico, Coluna Bíblica, Propagandas, Bola ao centro, Cantinho dos pais, Coluna Feminina, Coluna Litúrgica, Coluna Fato e destaques, matérias sobre arte e cinema e matérias sobre economia.
1969	Panorama Radiofônico, Coluna Atualidades artísticas, Coluna A Cruzada esportiva, Editorial, Coluna Nossa cidade, Liturgia em marcha, Notícias das Igreja no Brasil e no mundo, Coluna sobre finanças, Coluna Cultura religiosa, Licenciados em ação, Cinema e arte e propagandas diversas.
1970	Coluna Esportes, Editorial, Propagandas, Notícias do Brasil e do mundo, Panorama político, Coluna Encontro social, Licenciados em ação, Cinema e propagandas diversas.

Fonte: Elaborada pela autora

Pelo que foi demonstrado no Quadro nº 1, percebeu-se que durante o Estado Novo o jornal possui forte ligação com o discurso religioso, e foi justamente desse discurso que foi retirada a perspectiva política e anticomunista desses intelectuais. Ou seja, apesar de inicialmente ser um discurso mais vinculado aos assuntos da Igreja, a matéria acaba tratando de outros assuntos que permite identificar a postura política destes. Assim, predominaram matérias longas sobre assuntos variados com ligação com a crença cristã. Já na década de 1960, tem-se um jornal mais dividido e com temáticas mais amplas, que aborda assuntos dos mais diversos, seja a perspectiva política, religiosa ou, mesmo, cultural.

A sua distribuição era garantida pela Igreja, uma vez que buscava levar os ensinamentos cristãos para além dos muros da instituição, tendo circulado em diversas cidades do estado, a exemplo de: Maruim, Divina Pastora, Santa Rosa, Própria, Cedro, Capela, Dores, Riachuelo, Muribeca, Nossa Senhora do Socorro, Japarutuba, Laranjeiras, Lagarto, Itabaiana, Boquim, Estância, Japoatã, Vila Nova (atual Neópolis), Itaporanga, Campo do Brito, São Cristóvão e Ribeirópolis. Além dessas cidades, identificou-se referências de assinantes fora do estado de Sergipe, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. De modo mais sistemático, a partir do ano de 1965, ele passou a ser vendido na cidade de Salvador, como já foi anteriormente citado. Tais informações foram encontradas no próprio jornal *A Cruzada*.

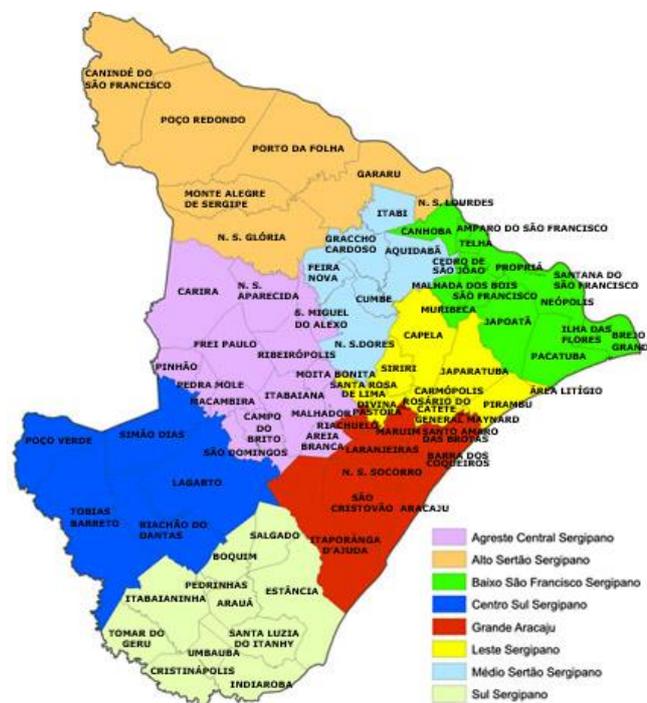


Figura 3

Mapa de Sergipe

Fonte: <http://imagensparacelularblog.blogspot.com/2013/01/mapa-de-sergipe-e-suas-cidades-colorir.html>

O jornal *A cruzada* foi produzido por um grupo de intelectuais católicos – como citado anteriormente – composto por membros da Igreja e por homens/mulheres importantes da sociedade sergipana da época, a exemplo de professores e jornalistas. Buscou-se identificar a formação intelectual destas personalidades e as formas de participação e compreensão dos princípios da Igreja Católica do momento. Além disso, procurou-se, como hipótese, apontar a importância de se fazer uma investigação da origem social dos intelectuais envolvidos na produção do jornal *A Cruzada* e a sua correspondência com a ideologia vinculada a esta imprensa católica.

Ao fazer uso da metodologia da análise do discurso dois autores são centrais: Fiorin (1988; 2008) e Eni Orlandi (2015). O discurso analisado é um discurso religioso de cunho ideológico. Dessa forma, tal como destaca Fiorin (1988), seu principal objetivo é exercer um fazer persuasivo, ou seja, apresenta uma espécie de programa de ação, marcado por uma certeza total. Não é possível esquecer, evidentemente, da presença figurativa de Deus nesse discurso, uma vez que ele é colocado como o enunciador principal do texto.

Ainda nesse sentido, a análise do discurso foi vista como um modo de entender a língua/texto, a partir dos campos simbólico e social dos sujeitos, ou, em outras palavras, deve-se relacionar o discurso a sua exterioridade. Dessa forma, Orlandi (2015, p.15) afirma que na análise de discurso a linguagem não é transparente, nem se limita ao texto em si. Ou, mais que isso, ela não deve ser vista como uma mera transmissão de informação, já que é um processo de identificação do sujeito, de argumentação, bem como de subjetivação. É justamente a partir desses aspectos que a referida autora afirma que

o discurso se caracteriza como o lugar onde se analisa a relação da língua com a ideologia: “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é “efeito de sentidos” entre locutores” (ORLANDI, 2015, p. 19).

As reflexões de Fiorin (1988) tratou da sacralização do discurso político, entretanto, será analisado o seu inverso, ou seja, a politização do discurso religioso. Assim, enquanto este autor afirma que “o Estado e, por conseguinte, o governo, vão adquirindo um caráter sagrado” (FIORIN, 1988, p.147), dizemos que o discurso da Igreja vai adquirindo um caráter político.

As determinações sócio-ideológicas estão presentes em toda linguagem, possuindo uma relativa autonomia em relação às formações sociais, como bem destaca Fiorin (1988). Ele chega a afirmar que o discurso não é um fenômeno de classe, mas é marcado pela existência das classes sociais, ou seja, determinada classe, ou parcela de uma, se apropria da linguagem para transmitir sua visão de mundo (FIORIN, 1988, p.7). Diante disso, é possível afirmar que “o

discurso é o lugar do social, enquanto o texto é o lugar por excelência do individual” (FIORIN, 1988, p.15).

Verificou-se que existe uma profunda aproximação entre discurso e ideologia, afinal deve-se considerar que as “formações ideológicas” só existem nas “formações discursivas”. Isto é,

a formação ideológica como uma visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe presente numa determinada formação social, e a *formação discursiva* como o conjunto de temas e figuras que materializam uma dada formação ideológica (FIORIN, 1988, p.14).

Portanto, nota-se que, para o referido autor, é possível associar ideologia a visão de mundo de uma determinada classe social, não necessariamente a classe dominante, como defende Chauí (2001), ao afirmar que “a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se ideias de todas as classes sociais” (CHAUI, 2001, p.84).

Evidentemente que, para Fiorin (1988), a ideologia, ou a linguagem, é um produto do seu contexto social, no entanto, aquela não é restrita aos grupos dominantes, como uma forma de ilusão necessária à dominação de classe. A esse respeito, Terry Eagleton (1991) afirma que “nem todo corpo de crenças normalmente denominado ideológico está associado a um poder político dominante” (EAGLETON, 1991, p.19).

Os protagonistas deste semanário propagavam uma determinada ideologia nas páginas de *A Cruzada*. No entanto, tal como Eagleton (1991, p.50) afirma, a ideologia não deve ser vista como necessariamente algo negativo, isso porque ela confere coesão aos grupos que as sustentam, dando a ideia de uma unidade. Apesar disso, ainda para este autor, é preciso relativizar a presença da ideologia na vida dos indivíduos, isso porque para ele nem todo conjunto de ideias é ideológico, pois, para isso é necessário que o discurso tenha um poder imbuído. Haja vista que se tudo se torna ideologia, logo ela perde o sentido.

Desse modo, para ele nem toda linguagem ou discurso é ideológico, porque seria ideologia apenas quando se propõe a manter ou romper com as estruturas sociais vigentes. De acordo, ainda, com os apontamentos de Eagleton (1991), o discurso encontrado no jornal *A Cruzada* pode ser considerado como um discurso ideológico, ao menos nas edições analisadas, pois visa contribuir para manutenção dos governos ditatoriais.

Gramsci (2011) e Sirinelli (2003) também auxiliaram nesse trabalho, à medida que ajudaram a pensar o conceito de intelectuais, bem como o uso que estes fazem de jornais e revistas. Partindo da afirmação de que todo homem é um intelectual, apesar de nem todos exercerem esse papel na sociedade, Gramsci (2010) faz uma distinção entre os intelectuais

“orgânicos” e “tradicionais”. Assim, o grupo de intelectuais responsáveis pela produção de *A Cruzada* será considerado como intelectuais “tradicionais”. Isso porque, para Gramsci (2011),

a mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizam durante muito tempo (numa inteira fase histórica, que é parcialmente caracterizada, aliás, por este monopólio) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução moral, a justiça, a beneficência, a existência, etc. (GRAMSCI, 2011, p.16).

Nesse sentido, os intelectuais “tradicionais” são herdeiros de formações histórico-sociais já existentes, vinculados, assim, aos grupos sociais dominantes. Diferenciando-os, dessa forma, dos intelectuais “orgânicos”, já que estes seriam formações que cada nova classe social cria para si e que continuam vinculados ao grupo social que o formou.

Gramsci (2011) defende, ainda, que os intelectuais, sejam os “tradicionais” ou “orgânicos”, são sempre vinculados ao grupo social em que está inserido, não sendo, portanto, um grupo autônomo. Concordou-se com ele, afinal deve-se sempre classificar um intelectual a partir do conjunto das relações sociais em que ele está inserido. Este aspecto é importante, pois ajuda a pensar a forma como os responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada* faziam parte de um mesmo grupo religioso conservador e, mais que isso, estavam vinculados aos interesses desse grupo.

O jornal pode ser visto como uma rede de sociabilidade, pois de acordo com a definição de Sirinelli (1998), estes são os lugares onde os intelectuais se socializam, havendo a influência da aproximação ideológica e de questões afetivas entre os envolvidos. Portanto, ele argumenta que “em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Ainda de acordo com Sirinelli (2003, p.242), pode ser considerado como um intelectual aquele que faz parte da construção e da mediação da cultura na sociedade, podendo ser vistos, ainda, como uma “elite cultural”²¹, pois, segundo Sirinelli (1998, p.261), esta elite é definida de acordo com a capacidade de ressonância e de amplificação dos intelectuais, bem como pelo seu poder de influência. Ou, mais que isso, “[...] as elites também se definem não só pelo seu

²¹ De acordo com as considerações de Bobbio (1998), deve-se entender elite como um pequeno grupo, existente em todas as sociedades, que é detentor do poder, seja econômico, político ou ideológico (BOBBIO, 1998, p. 385). No entanto, é preciso levar em consideração que se trata de um conceito complexo, de modo que existe um amplo debate acerca deste assunto. Sobre a Teoria das elites ver: HEINZ, Flavio. *História Social de Elites*. (org.) São Leopoldo-RS: Editora Oiko, 2011; HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites*. (org.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006; HOLLANDA, Cristina B. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

poder e pela sua influência intrínsecas, como também pela própria imagem, que o espelho social reflecte” (SIRINELLI, 1998, p.262).

1.3 Formação social dos intelectuais cristãos

Um dos aspectos centrais para este trabalho foi compreender a origem social dos envolvidos na produção do jornal *A Cruzada*, pois o corpo eclesiástico sempre foi variado, pouco homogêneo, com membros, inclusive, simpáticos aos ideais sociais. Para tanto, buscou-se discutir os sujeitos históricos envolvidos na produção deste periódico como uma forma de identificar em que medida o discurso anticomunista dialogou com o universo de ideias provenientes do seu pertencimento a um determinado grupo social. Pretendeu-se ir além da suposição de que sua ocupação e respeito pela hierarquia dentro da instituição foram os únicos determinantes do discurso.

O corpo editorial foi composto por membros da Igreja e por intelectuais católicos que faziam parte do laicato, entre os quais foram identificados principalmente professores e jornalistas. Levando em consideração que o jornal possuía um alto número de colaboradores, sejam regulares ou ocasionais, procurou-se centrar a análise da formação social dos sujeitos a partir dos membros mais constantes e que assumiram a responsabilidade de garantir a circulação do jornal, como os diretores e dos redatores durante o recorte temporal aqui adotado.

Nos anos que correspondem ao Estado Novo, tanto o diretor como os redatores se mantiveram nos cargos por um bom tempo, o que evitou uma alta rotatividade dos ocupantes. Todavia, como se vê no Quadro nº 2, esse aspecto muda nos anos que correspondem a Ditadura Civil-Militar.

Quadro 2 – Relação dos diretores e editores do jornal *A Cruzada*

ANO	DIRETOR	REDATOR-CHEFE	FRASE DESTAQUE
1937	Padre João Moreira Lima	Diversos	Órgão da Ação Católica
1938	Padre João Moreira Lima	Conego Edgar Brito	Órgão da Ação Católica
1942	Padre João Moreira Lima	Padre Manuel Soares, Cónego Avelar Brandão Vilela e padre João.	Órgão da Ação Católica
1943	Cónego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Órgão da Ação Católica
1944	Cónego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Não consta
1945	Cónego João Moreira Lima	Padre Manoel Soares	Não consta
1965	Padre Ovídio Valois Correia	João Oliva Alves	Órgão da Arquidiocese de Aracaju
1966	Padre Balbino José Marques	João Oliva Alves Ivo Marques de Barros Antônio Francisco de Jesus	Órgão da Arquidiocese de Aracaju
1967	Padre José Padilha (até agosto) L M Gonçalves	Antônio Francisco de Jesus (até abril) Mac Dowell Holanda	Órgão independente e noticioso
1968	Luiza Maria Gonçalves (Diretora-redatora) Pedro da Silva Bastos (Diretor-gerente)	Mac Dowell Holanda (até junho)	Órgão independente e noticioso
1969	Luiza Maria Gonçalves (Diretora) Pedro da Silva Bastos (Diretor-gerente) D. Luciano Duarte (Diretor-Presidente)	Ana Lucia da Silva	Órgão noticioso, apolítico e independente
1970	Luiza Maria Gonçalves	Ana Lucia da Silva	Órgão noticioso, independente e apolítico

Fonte: Elaborada pela autora

Ao realizar o levantamento dos dados biográficos dos envolvidos na produção do referido jornal, foi possível identificar diversas informações. Entretanto, diante da dificuldade de acesso aos documentos da Igreja Católica presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de Aracaju, tais dados ficaram incompletos. Foram encontradas algumas informações no Livro de Tombo da Cúria, mas também se utilizou de alguns documentos disponíveis no Acervo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Essas informações foram complementadas com dados trazidos por Raylane Andreza D. Navarro Barreto, na dissertação intitulada: *Os padres de D. José: Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*, defendida em 2004.

Ao observar o Quadro nº 2, nota-se que nos últimos anos de existência do jornal, este passou a ser produzido por mulheres, coincidindo com uma mudança também na frase de destaque do jornal, o seu título é alterado de algo marcadamente religioso para passar a se

denominar como “Órgão noticioso, independente e apolítico”. Sobre Ana Lucia da Silva, infelizmente, não foram encontrados dados bibliográficos, restando apenas a informação de que era professora e jornalista, dados citados no corpo do próprio jornal.



Figura 4
Edição de 28 e 29 de agosto de 1965- Mostra a frase de destaque do jornal
Arquivo: Biblioteca Epifânio Dória

ÓRGÃO NOTICIOSO - APOLÍTICO - INDEPENDENTE - EXPEDIENTE • Rua Propriá, 222 - Fone 25-00					
Conselho Jurídico: João de Araújo Montenegro	Redator Chefe: Ana Lúcia de Silva	Conselho Redacional: D. Luciano Cabral Duarte Manoel Cabral Machado	Diagramação: José Silva de Jesus	Linotipistas: Kleber Vieira Jailton Lopes Santos Valmir Santos	Impressor: Odeas Mauro dos Santos
Agente Publicitário: Fânias Barbosa	Departamento de Circulação: Maria José Silva	Claro Costa Max Ribeiro	Fagundes: Nilton Santos		

Figura 5
Edição de 31 de dezembro de 1969- mostra a mudança da frase de destaque do jornal
Arquivo: Biblioteca Epifânio Dória

A diretora Luiza Maria Gonçalves, era professora e jornalista, filha de Antônio Deusdedit Gonçalves e Maria Luiza Gonçalves, nasceu em Minas Gerais. A seu respeito foi possível identificar algumas referências nos documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI), disponibilizados no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade de Sergipe – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Consta, nesta fonte, que ela veio de Minas Gerais a convite do Arcebispo D. Távora, e que este lhe deu o cargo de direção do jornal *A Cruzada*²². Neste mesmo documento, ela é colocada ainda como alguém que exerce a cátedra de Antropologia Cultural que incute em seus alunos ideias que vão de encontro aos ideais do governo, sendo vista ainda como “antirrevolucionária”²³.

²² Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de faculdade. SNI, ASV_ACE_3937_82, 31 de março de 1969. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

²³ Deve-se levar em consideração que o golpe de Estado de 1964 foi associado, por seus defensores, a uma Revolução, que tinha como principal objetivo barrar o comunismo da sociedade brasileira. É justamente nesse contexto que Luiza Maria Gonçalves é colocada como “antirrevolucionária”, uma vez que seria contra a Revolução de 1964.

O padre Edgar Brito (1907-1989) nasceu em Gararu/SE, tendo sido ordenado padre por Dom José Thomaz, em 1930. Seus pais, Manuel Vicente Brito, um canoieiro, e Maria Pureza de Brito, o matricularam inicialmente em um colégio de Gararu, de onde saiu para estudar na cidade de Penedo/AL. Lecionou no próprio seminário ainda como seminarista, onde foi, assim que ordenado, vice-reitor (1930). Em 1947, foi eleito Deputado Estadual e, enquanto tal, lutou pela inserção do nome de Deus na Constituição. Foi assistente eclesiástico da Juventude Operária Católica (JOC), bem como escreveu diariamente para o jornal “O Estado de Sergipe”, tendo-o adquirido, através da compra, deu-lhe o nome de “Folha da Manhã”.

João Moreira Lima (1910-1996), por sua vez, nasceu em Capela/SE, sendo ordenado também por Dom José Thomaz, em 1934. Órfão, acabou sendo adotado pela viúva D. Margarida Rodrigues Vieira Coelho, que fazia parte da família de Simeão Sobral. Ele foi o padre que ficou a maior quantidade de anos na direção do jornal, de 1937-1945. Foi ele também quem fundou, em 1935, o Círculo Operário Católico de Sergipe²⁴. Sobre ele, Barreto (2004a, p.101) afirmou que foi um crítico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da União Democrática Nacional (UDN), uma vez que esta foi apoiada pelos comunistas nas eleições de 1947.

Avelar Brandão Vilela, que foi um dos redatores do jornal no ano de 1942, nasceu em Viçosa/AL (1912-1986) e foi ordenado padre por Dom José Thomaz em 1935, sendo filho dos donos de engenho Elias Brandão Vilela e Isabel Brandão Vilela. Fez parte de uma família de longa tradição vocacional, tendo tios, primos e duas irmãs na carreira religiosa. Posteriormente, foi durante algum tempo professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Foi Bispo de Petrolina (1946-1956), Arcebispo no Piauí (1956-1971) e Arcebispo Primaz na Bahia (1971-1986). Se envolveu, ainda, em diversas questões sociais, chegando a distribuir terras para os mais pobres, como destaca Barreto (2004a, p.96).

Ainda a seu respeito, Edvaldo Vieira de Souza Junior (2016, p.29), em sua tese de doutoramento, afirmou que ele pode ser visto como tendo uma ambivalência ideológica, pois, como Arcebispo da Arquidiocese de Salvador, se mostrava “dogmaticamente conservador e politicamente moderado”. Este autor confirma ainda que Vilela tinha um compromisso pastoral com os pobres, entretanto, buscou preservar a Instituição que fazia parte diante do regime autoritário iniciado em 1964. Dessa forma, e de acordo com as reflexões de Souza Junior (2016), percebeu-se que na década de 1960, enquanto Arcebispo de Teresina, Dom Avelar se

²⁴ Este Círculo foi bastante noticiado nas páginas do jornal *A Cruzada*, aparecendo em quase todas as edições dos anos iniciais que foram analisadas para a presente pesquisa.

aproximou das ideias do Concílio Vaticano II, defendendo uma Igreja preocupada com questões sociais, mas sempre obedecendo sua hierarquia.

Manuel Soares nasceu em Propriá/SE, em 1914, e foi ordenado padre por Dom José Thomaz, em 1937. Tal como os outros padres citados, ele foi professor do Seminário Sagrado Coração de Jesus das disciplinas de História Geral, História do Brasil e Literatura. Foi também Capelão do Hospital Santa Isabel e da Penitenciária de Aracaju. As informações que se têm sobre sua vida sacerdotal são poucas, supõe-se que o motivo foi o fato dele ter abandonado o sacerdócio para casar-se, como salienta Barreto (2004).

José Padilha de Oliveira nasceu em 1939, em Tobias Barreto/SE, filho de Pedro Correia de Oliveira – um guarda fiscal de um dos postos da Secretária da Fazenda – e Alzira Padilha de Oliveira. Aos doze anos, foi para a capital estudar no Seminário Arquidiocesano, depois buscou um seminário maior no Rio Grande do Sul, sendo ordenado sacerdote em 1965. Neste mesmo ano, foi designado por Dom Távora para a direção de *A Cruzada*. Desenvolvia também as atividades de pároco e de professor em vários colégios da capital. Após nove anos de sacerdócio, decidiu deixar o clero por questões relativas ao celibato.

Dom Luciano José Cabral Duarte (1925-2018) nasceu em Aracaju/SE, filho do casal José de Góes Duarte e de Célia Cabral. Nasceu, como afirma Giselda Morais (2008), da união de duas famílias sergipanas ligadas a uma forte tradição literária e intelectual. Com onze anos de idade, foi para o Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus de Aracaju começando sua trajetória de sacerdote ainda criança. Do Seminário em Aracaju, foi para o Seminário Maior de Olinda, em Pernambuco, no ano de 1942, onde permaneceu estudando Filosofia e Teologia. Ordenou-se padre em 1948 pelo Seminário de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, retornando em seguida para Aracaju. Teve várias ocupações, seja na área religiosa ou educacional, podendo-se citar: diretor do jornal *A Cruzada*, assistente eclesiástico da JUC (Juventude Universitária Católica), professor e diretor da Faculdade de Filosofia e um dos criadores da Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

Foram encontradas referências ao padre Ovídio Valois Correia em um documento do Serviço Nacional de Informação (SNI) de 1972, que buscava maiores informações sobre os considerados “esquerdistas” da Universidade Federal de Sergipe²⁵. Afirma-se que ele era filho de Ovídio Valois Correia e Elvira Batista de Valois Correia, sendo citado como um professor que fez oposição a “Revolução” de 1964. De um modo geral, é possível afirmar que ele foi um

²⁵ Registro de antecedentes. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

dos principais nomes entre os envolvidos na criação da UFS. Ainda nesse sentido, foi encontrado outro documento deste mesmo ano que busca fazer um levantamento em diversos órgãos – Ministério do Exército, Secretaria de Segurança Pública, 6ª Região Militar de Salvador – das informações que possuem sobre este padre e novamente ele é indicado como membro da ala “esquerdista” do clero.²⁶

As informações de que se dispõe de Mac Dowell Holanda – americano que vivia no país – e Pedro da Silva Bastos é a de que eles eram jornalistas que atuavam em Sergipe, nesse contexto analisado. A respeito de João Oliva Alves sabe-se que ele também foi um jornalista e que saiu do cargo que ocupava em 1965, pois foi aprovado em um concurso do Tribunal Regional Eleitoral, informação disponibilizada no próprio jornal *A Cruzada*. Nasceu em 1922, em Riachão do Dantas, ocupando a cadeira 24 da Academia Sergipana de Letras. Formou-se em Direito, mas desde muito cedo começou a exercer a atividade de jornalista. Sua atuação em jornais começou ainda em sua cidade natal, de onde enviava textos para a capital e o interior. Já em Aracaju, fez parte de vários jornais, a exemplo dos impressos *Gazeta de Sergipe*, *A Cruzada* e *Diário de Aracaju*, além de ter participado da Rádio Cultura de Sergipe.

Tal como o padre Valois, João Oliva Alves é citado no documento do Serviço Nacional de Informação (SNI), sendo colocado como “Ex-Secretário de imprensa do Ex-Governador Seixas Dória, esquerdista e antirrevolucionário”. Ele é ainda acusado de usar as oportunidades que a cátedra lhe propiciava para fazer propaganda contra a “Revolução”.²⁷

Dispõe-se de poucas informações a respeito do padre Albino José Marques, que foi diretor do jornal *A Cruzada* durante o ano de 1966. A partir de uma matéria do ano de 1970²⁸, sabe-se que ele deixou Sergipe neste ano, depois de um longo período no estado foi para Santa Catarina, onde morava sua família. Além de diretor do periódico católico, foi também pároco da cidade de São José do Pinhão.

Já Antônio Francisco de Jesus nasceu em Itabaiana e possui vários livros no campo literário. Exercendo por muitos anos as atividades de jornalista no jornal *A Cruzada* e na Rádio Cultura de Sergipe. Estudou no Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus, e de lá foi para o Atheneu Sergipense e, na Universidade Federal de Sergipe, se formou em economia em 1971.

²⁶ Ovídio Valois Correia. SNI, ASV_ ACE_4536_82, 29 de setembro de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

²⁷ Registro de antecedentes. SNI, AC_ ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

²⁸ Pe. Albino deixa Sergipe. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 21 mar. 1970.

Tais informações nos permitem concluir que os envolvidos na produção do jornal, no período que corresponde ao Estado Novo, se vinculavam aos grupos mais conservadores, daí o apoio dado as ações do governo autoritário. Entretanto, de acordo com o que foi encontrado nos documentos do arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo, e em outras fontes, os intelectuais que auxiliaram na produção do jornal durante o período que correspondeu a Ditadura civil-militar se aproximaram de grupos que são criticados pelos militares, talvez este seja um aspecto importante para pensar a mudança da postura do jornal nesse período, se aproximando, inclusive, de grupos mais progressistas.

Outro exemplo que é possível citar acerca da posição dos intelectuais responsáveis pelo jornal, no período que corresponde a ditadura de 1964, é a existência, mesmo em se tratando de um jornal tido pela historiografia como conservador, de um processo sofrido pelo jornal *A Cruzada* acerca de um posicionamento político em uma matéria. Esse processo foi citado em um documento mais amplo, que faz referências ao ano de 1969, encontrado no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade.

Dessa forma, o objetivo do documento encontrado foi realizar um levantamento sobre uma notícia do *Jornal da Cidade* que criticava a escolha do desembargador Serapião de Aguiar Torres para cursar a Escola Superior de Guerra. Nesse sentido, a matéria do referido jornal afirma que tal escolha foi motivada por existir uma aproximação familiar com o atual diretor da ESG, falando, inclusive, no decorrer do processo, das irregularidades existentes entre os membros do Poder Judiciário de Sergipe. Este processo faz um levantamento sobre o desembargador, e acaba trazendo um processo pelo qual passou o Jornal *A Cruzada*. No entanto, não fornece muitas informações sobre a acusação que passou o periódico católico, afinal de contas, ele é tratado apenas de maneira secundária.

Notou-se que o processo contra *A Cruzada* foi iniciado em decorrência de um artigo publicado em que atacava elementos do judiciário, todavia, após uma nota da Arquidiocese de Aracaju, o processo foi arquivado.²⁹ Este processo é citado também em uma matéria do periódico *A Cruzada* do dia 1 de setembro de 1968³⁰, mas não acrescenta nenhuma informação que não tenha sido registrada no documento mais amplo citado acima. É importante destacar que tanto o processo, encontrado no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade, como a matéria do jornal *A Cruzada* trazem informações superficiais acerca da acusação sofrida pelo periódico cristão, o que impossibilita uma análise mais detalhada de como ele foi entendido pelo jornal.

²⁹ SNI, ASV_ ACE_3271_82, 23 de março de 1976. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

³⁰ Processo contra “A Cruzada”. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 7 set. 1968.

A maioria dos padres presentes no Quadro nº 2 foram ordenados pelo Seminário Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1913³¹. Nesta perspectiva, quase todos são sergipanos que, depois de ordenados, começaram a desenvolver influências significativas na sociedade sergipana. Assim, além desses clérigos possibilitarem uma renovação na Igreja Católica do estado, em consonância com o processo de romanização³², auxiliavam na área educacional e cultural sergipana. Sendo vistos, ainda, por Barreto (2004b), como uma elite intelectual no estado, pois o seminário, para além da formação de padres, era uma casa formadora de intelectuais ativos, criadores e mediadores de cultura.

Durante o período da República Velha, a hierarquia da Igreja Católica e a elite intentaram atrair para o corpo da Igreja filhos de grandes famílias, havendo apenas uma pequena cota para os jovens de origem humilde, tal como bem salienta Miceli (2009, p.76). Essas considerações são importantes, pois os padres analisados foram formados em meio a esse contexto. Dessa forma, como Andrade Junior (2010) chama atenção, deve-se destacar que a própria formação do Seminário em Aracaju foi marcada pelo apoio, inclusive financeiro, dos grupos da elite sergipana. Nesse sentido, em cada paróquia foi formada uma Comissão Permanente com o intuito de arrecadar fundos para as obras do Seminário.

Por mais que estes padres não fizessem parte de famílias ricas e de renome na sociedade, eles estavam em famílias que faziam parte dos escalões superiores da hierarquia social. E, inclusive, a ida dos jovens para a vida religiosa poderia ser uma forma de ampliar ou reacender o prestígio social da família, pois aquela que tivesse um sacerdote entre seus membros era sempre bem vista, tanto pela própria população como pela Igreja, afinal era considerada mais respeitável.

Com base nos dados encontrados, e levando em consideração as trajetórias individuais desses sujeitos, pode-se afirmar que eles não vinham dos estratos sociais mais baixos, já que tiveram acesso à escolarização em uma época em que ela não era tão difundida. Assim, como fazia parte da classe média, o discurso encontrado no jornal se aproximava, evidentemente, dos valores tradicionalmente identificados com esta classe. Ao mesmo tempo, é inegável a

³¹ Tal como destaca Andrade Junior (2010, p.125), o objetivo principal da criação do Seminário era formar sacerdotes, de modo que fosse possível ter um clero numeroso e separado dos vícios mundanos, bem como dependentes da hierarquia da Igreja. Existiu, de 1913 até 1933, com o Seminário Menor e o Seminário Maior e em 1935 foi reaberto apenas com o Menor, pois era ambicionada “a formação de um corpus sacerdotal homogêneo” (ANDRADE JUNIOR, 2010, p.128).

³² Durante boa parte do século XIX, os religiosos brasileiros estavam muito distantes da postura de Roma, e é justamente nesse contexto que o Vaticano se esforça para conseguir um controle maior sobre as Igrejas nacionais, em uma busca por instituir um catolicismo mais oficial. Essa reforma chegou em Sergipe com a criação da Diocese, em 1910, como salienta Andrade Junior (2010), e buscava substituir o catolicismo popular por um catolicismo hierárquico e sacramental, ou, em outras palavras, buscava-se uma orientação “romanizadora”.

influência da formação religiosa que estes indivíduos tiveram. Este fato pode ser visualizado nos casos de padres que estavam mais próximos das questões sociais, aspecto que possibilita pensar a Igreja como um corpo heterogêneo.

1.4 O anticomunismo nas páginas do jornal *A Cruzada*

1.4.1 “O perigo comunista” e a construção do discurso da diferença entre católicos e comunistas

A análise do discurso possibilitou identificar como o jornal *A Cruzada* buscou combater o comunismo, por meio da construção da diferença entre eles e os comunistas, às vezes de forma implícita e, às vezes, de forma explícita. A este respeito Rodeghero (2003, p.465) afirma que esta “batalha” seria uma forma de construir sua própria identidade, garantindo a “coesão interna” e o “reconhecimento externo”. No referido periódico, durante o Estado Novo, a diferença não gira apenas em torno da oposição comunismo versus catolicismo, mas buscou distinguir os seus adversários, a exemplo dos protestantes, espíritas e maçônicos, desqualificando sempre as práticas desses grupos. Durante a Ditadura, iniciada em 1964, essa oposição é relativamente minimizada, pois o discurso do jornal aparece influenciado pelas modificações advindas do Concílio Vaticano II. Dessa forma, de maneira diferenciada e um pouco menos frequente, mas ainda existente, tal postura esteve presente também durante o regime militar iniciado em 1964.

Uma oposição foi demarcada entre esses dois campos simbólicos que são fundamentalmente diferentes, ou seja, os comunistas e os cristãos. Embora a princípio não devesse ser excludente, já que um seria a representação de uma expressão religiosa e outra política. Para entender a necessidade da Igreja em construir essa oposição, é fundamental lembrar que o comunismo foi um tema presente durante boa parte do século XX em diversas partes do mundo, principalmente após a Revolução Russa, em 1917. Na década de 1920, surge no Brasil um movimento anticomunista, ampliando-se após o Movimento Comunista de 1935, como já foi citado anteriormente.

Ennes e Marcon (2014) propõem uma perspectiva metodológica que auxilia na análise da formação dos processos identitários. Portanto, será levado em consideração, de maneira direta e, às vezes, indireta, que os processos identitários

envolvem a) os atores sociais de algum modo articulados a grupos, b) os motivos de disputas de pertencimento ou não a tais grupos, c) os elementos morais e normativos que regulam o meio pelos quais estes atores entram em interação pelo que disputam e

d) os contextos históricos e sociais nos quais são produzidos e, ao mesmo, contribuem para sua produção (ENNES; MARCON, 2014, p. 227).

Tais processos serão pensados enquanto fenômenos sociais dinâmicos, perpassados por relações de poder, tal como salientam Ennes e Marcon (2014). Este poder é visto, evidentemente, em uma perspectiva mais ampla, ou seja, está presente nas diversas esferas das relações entre os indivíduos, influenciado pela história política renovada da década de 1970, tal como nos lembra Falcon (1997).

Woodward (2014) defende que é preciso pensar nas identidades como um processo relacional, assim, identidade e diferença se relacionam, portanto, diferente do que se costuma afirmar, pois a identidade não é o oposto de diferença, muito pelo contrário, existe uma relação de dependência. Deve-se ainda pensar que a diferença é construída a partir do plano simbólico e social, sendo marcada por meio de sistemas classificatórios, ou seja, aquilo que divide o nós e o eles. Nesta perspectiva, ela afirma que “a marcação da diferença é, assim, o componente-chave em qualquer sistema de classificação” (WOODWARD, 2014, p.42).

Os indivíduos/atores sociais ocuparam nesse estudo uma importância central, já que, no processo de construção de uma identidade, o sujeito fica evidenciado como alguém que possui um papel fundamental. Assim, ao falar da construção de uma identidade nacional, Anderson (2008) salienta que a nação é uma comunidade imaginada pelos indivíduos que fazem parte dela, em outras palavras, é uma forma de pertencimento a um determinado grupo. Neste sentido, ficou evidente que o pertencimento a um grupo é uma construção simbólica e existe a partir dos sujeitos que dele fazem parte. Para Anderson (2008) uma nação

é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p.32).

Foi importante ainda pensar na forma como os comunistas e os católicos constroem grupos de classificação, por meio do pertencimento a um determinado grupo e, por sua vez, do afastamento completo do grupo opositor. É possível perceber, a partir do discurso encontrado no jornal *A Cruzada*, que os comunistas são retratados como pagãos e contrários a Deus, evidenciando a impossibilidade de um católico poder ser comunista. Na matéria intitulada “Os dez mandamentos comunistas”, de 24 de janeiro de 1937, o primeiro mandamento colocado seria odiar o senhor vosso Deus. Em outra matéria, de 13 de junho de 1937, “Encíclica ‘Divini Redemptoris’ sobre o comunismo ateu”, este é colocado como uma humanidade sem Deus. Nota-

se, de forma clara, a separação que é colocada entre a religião católica e o comunismo na prática discursiva deste jornal.

Para além disso, esperava-se dos religiosos uma postura contra estes inimigos dos cristãos e, nesse sentido, Pereira (2008) nos ajuda a chegar a esta conclusão, quando afirma que “o comunismo era entendido como um dos elementos que impediam a plena construção da neocristandade” (PEREIRA, p. 15, 2008).

Apesar de tal oposição ser predominante no discurso do jornal *A Cruzada*, pode-se afirmar que nos últimos anos de sua existência ele passa por uma mudança significativa nesse sentido. Não que eles deixem de condenar o comunismo e os comunistas, mas tal oposição se torna menos radical. Isso ficou evidente pois, em algumas matérias, afirma-se que poderia ser comunista e cristão ao mesmo tempo, desde que não se adote o aspecto ateu do comunismo, permitindo, portanto, que o cristão se apegasse mais ao caráter econômico deste.

A Igreja realmente se apropriou da necessidade de combater o comunismo, como uma forma de impedir o avanço deste e, por sua vez, o recuo do cristianismo. Foi em torno das fronteiras imaginárias de tais grupos de classificação que foi construída uma ideia de oposição, construindo, desse modo, uma forma de o clero reforçar a cultura identitária cristã.

É possível visualizar ainda indícios dessa oposição em uma matéria publicada do dia 24 de janeiro de 1937³³, na qual se descreve os dez mandamentos comunistas.

³³ LULA, Melo. Os dez mandamentos comunistas. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 24 jan. 1937.

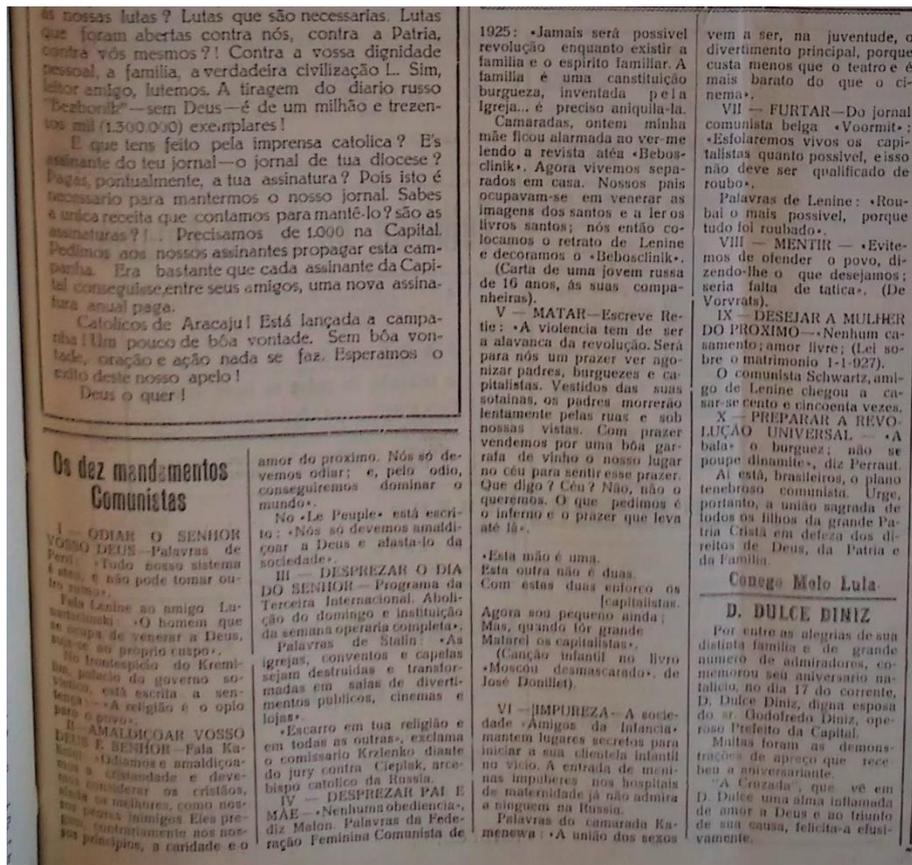


Figura 6

Matéria do jornal *A Cruzada* - MELO, Lima. Os dez mandamentos Comunistas. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 24 jan 1968.

Arquivo: Biblioteca Epifânio Dórea

Nota-se que há uma oposição aos preceitos cristãos, tendo sido assinada pelo cônego Melo Lula. Segundo consta na matéria, o primeiro mandamento seria odiar a Deus, marcando com isso essa separação entre a religião e o comunismo. Mentir, furtrar, matar e desejar a mulher do próximo também fazem parte dessa lista. Por fim, ele comenta que diante desse “tenebroso plano comunista” surge a necessidade de uma união sagrada de todos os filhos de Deus.

Este tema foi bastante presente no primeiro momento analisado, de modo que foi possível identificar páginas inteiras que tratavam exclusivamente deste assunto. Assim, percebeu-se que o comunismo é visto como ateu e concorrente da fé cristã, correspondendo a uma espécie de ameaça. Ainda retratado como um dos principais males da sociedade, sendo um sintoma do processo de formação da República brasileira.

As identidades são historicamente determinadas, ou seja, a história é utilizada como uma ferramenta na sua afirmação. Dessa forma, apesar do comunismo ter passado de uma promessa e ambigüidade teórica para algo concretizado apenas no início do século XX, com a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917, bem antes disso ele já era pensado

como fundamentalmente diferente e/ou oposto dos cristãos. Portanto, ainda no século XIX, a Igreja Católica assumiu uma postura anticomunista, sendo esta uma instituição que apresentou um posicionamento de combate ao comunismo.

A preocupação da Igreja foi demonstrada em cartas encíclicas³⁴, importante documento elaborado pelo papa, destinado aos bispos e cardeais de todo o mundo, como fontes de orientação doutrinária da Igreja. Motta (2000, p.37) e Pereira (2008, p.97) afirmam que a primeira referência à oposição ao comunismo que aparece em cartas encíclicas ocorreu em 1878. Neste documento, o papa Leão XIII dava instruções de como manter os fiéis distantes de tais propostas, afirmando que se tratava de uma seita de homens bárbaros, chamados de socialistas ou comunistas. Assim,

a Igreja Católica [foi] uma das instituições que mais se empenhou em fazer frente ao comunismo. O anticomunismo clerical ganhou força no Brasil devido às otimizadas relações que a instituição mantinha com as autoridades públicas e outros grupos sociais (PEREIRA, 2008, p. 71).

Para analisar a formação dessa oposição é importante pensar que a preocupação da Igreja não residia apenas no medo das conquistas dos trabalhadores³⁵, mas, também, no discurso pregado pelo comunismo, que ia de encontro aos fundamentos básicos das instituições religiosas. Diante disto, Motta (2000) afirma que o comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica, mas tinha em sua base uma filosofia, ou seja, um sistema de crenças que fornecia uma explicação para o mundo, bem como oferecia um sistema de valores.

Foi possível constatar, no discurso do jornal *A Cruzada*, uma tentativa em se diferenciar dos comunistas, demarcando assim o nós/eles. Estes católicos buscaram, a partir da montagem de seus discursos, desqualificar o comunismo, apontando o interesse deles em construir uma oposição entre catolicismo e comunismo, com o objetivo de deixar claro a distinção nas identidades e posturas ideológicas destes dois grupos. Isto é, eles diziam que o outro é diferente e oposto aos católicos para reforçar os traços da sua própria cultura identitária.

Por fim, contextualizar essa oposição é algo bastante significativo, isso porque a construção dessa diferença faz parte da retórica da Igreja Católica desde pelo menos o século XIX. Dessa forma, o discurso do referido periódico se aproxima das leituras bibliográficas realizadas, já que tanto em um como no outro o comunismo é retratado como uma espécie de concorrente para a Igreja Católica.

³⁴ As principais cartas encíclicas publicadas, e que mostraram essa preocupação com o comunismo, foram: *Quod Apostolici Muneris*, de 1878; *Rerum Novarum*, de 1891; e *Divinis Redemptoris*, de 1937.

³⁵ Isso porque, de maneira geral, o comunismo buscava uma sociedade igualitária, baseada, principalmente, na propriedade comum dos meios de produção.

1.4.2 Guinada progressista do jornal *A Cruzada*

A partir do ano de 1965 foram identificadas modificações na posição política-ideológica do jornal, aproximando-se, inclusive, de uma postura mais progressista. Evidentemente que, neste período, a postura anticomunista permanece, mas é sensivelmente modificada. Tais mudanças foram iniciadas no ano de 1965 e são mais evidentes no ano de 1968. A respeito do ano de 1968, e levando em consideração as contribuições de Reis Filho (1998), deve-se lembrar que ele favoreceu a ação dos opositores ao regime militar no Brasil: os estudantes, os intelectuais, os trabalhadores e demais grupos sociais. Este autor afirma ainda que o brasileiro acabou “despertando das tradicionais ilusões” (REIS FILHO, 1998, p. 32). Assim, as mudanças ocorridas nesse ano no Brasil e, sobretudo, na Igreja Católica, se fizeram presentes no discurso do jornal *A Cruzada*.

Após o ano de 1965, ano de sua reabertura depois de um ano com as atividades suspensas, o jornal se filiou às ideias do Concílio Vaticano II e do bispo Dom José Vicente Távora. Esse fato se confirma em algumas matérias em que essa visão é colocada de maneira explícita, tais como “Aniversário do nosso arcebispo”³⁶. Ao parabenizar Dom Távora pelo seu aniversário, o periódico destacou a sua importância para o ressurgimento do jornal e a forma como ele está em consonância com os ensinamentos do Concílio Vaticano II.

Em outra matéria – “Uma Evidência Infeliz Envolve Arcebispo Brasileiro”³⁷ –, o jornal desmente a acusação de que haveria uma relação direta entre a Igreja Católica e o comunismo, a partir das ideias conciliares. Dessa forma, “pode-se afirmar, com absoluta segurança, que esse não é o pensamento nem dos padres conciliares [...] nem do Santo Padre, o Papa Paulo VI”.

Além dessas matérias, a influência de Dom Távora na produção desse periódico é evidenciada com a sua participação na escolha dos diretores José Padilha de Oliveira e Maria Luiza Gonçalves. Neste sentido, têm-se informações de que pelo menos dois dos diretores do período de 1965-1970 – de um total de quatro – foram escolhas sua, favorecendo a existência de uma linha política-ideológica-religiosa mais progressista.

Outra modificação é a adesão ao movimento ecumênico, sendo essa opção evidenciada em vários momentos nas publicações, ora de forma explícita, ora de forma implícita. É o que ocorre, por exemplo, na matéria publicada na edição de 11 e 12 de setembro de 1965, intitulada como “Concílio da esperança”³⁸. Chama atenção para a necessidade do Concílio e como ele

³⁶ Aniversário do nosso arcebispo. *Jornal A Cruzada*, Aracaju, p.1, 17 e 18 jul. 1965.

³⁷ Uma Evidência Infeliz Envolve Arcebispo Brasileiro. *Jornal A Cruzada*, Aracaju, p.4, 17 e 18 jul. 1965.

³⁸ Concílio da esperança. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 11 e 12 set. 1965.

vem aproximar a Igreja da pluralidade e das necessidades dos tempos atuais: “um grande preconceito vai desmoronando. O Cristianismo ou a Igreja, tem de atualizar-se com o mundo. O Concílio vem se esforçando por substituir-lhe as vestes do nosso tempo, para que o mundo se atualize com o Evangelho.”

O Concílio Vaticano II foi visto ainda como uma forma de negação da discriminação, partindo do pressuposto de que qualquer forma de discriminação, seja no plano econômico, cultural, religioso ou social, nega a ideia de que todos os indivíduos são iguais. Essa postura aparece na matéria intitulada como “Campanha da Fraternidade 1967”³⁹, do dia 11 de fevereiro de 1967. A campanha da fraternidade ocorre como evento anual da Igreja Católica desde o ano de 1964, tendo a última ocorrida em 2018, a qual é sempre realizada de maneira ecumênica. A Campanha do ano de 1967, de que trata a referida matéria, teve como lema “Somos todos iguais, somos todos irmãos”, em consonância com o espírito renovador do Concílio Vaticano II.

Em “Liberdade religiosa”⁴⁰, de autoria de Dom Luciano Duarte, percebeu-se que a liberdade religiosa aprovada no Concílio Vaticano II possibilitava uma tolerância maior entre as religiões. Entretanto, falava que a “verdade” está na religião católica, enquanto que as outras possuem algumas verdades. Já a matéria “Diretora de ‘A Cruzada’ faz palestra”⁴¹, publicada no dia 23 de março de 1968, deixou evidente as mudanças na postura do jornal advindas das ideias do Concílio, ao noticiar a palestra proferida pela então diretora do periódico, Luiza Maria Gonçalves, em um centro espírita.

Já em “Bispo auxiliar faz conferência na maçonaria”⁴², informa sobre uma conferência ministrada por Dom Luciano Duarte em uma loja da Maçonaria. Entretanto, é bom destacar que tal evento contou com a autorização da Igreja Católica, obedecendo, portanto, a hierarquia da Igreja.

Diferente do que ocorreu no contexto da Ditadura pós-1964, no período do Estado Novo havia uma oposição às demais crenças religiosas, a exemplo do protestantismo, do espiritismo e a algumas instituições, como a Maçonaria. Em “A maçonaria aliada ao marxismo”⁴³ fala de maneira negativa da Maçonaria, afirmando que ela possui uma ligação com o marxismo. Tal situação foi também encontrada no dia 10 de fevereiro de 1938, na matéria intitulada como “A ‘rentrée’ da ‘viuva’”⁴⁴, ao afirmar que a maçonaria é o braço direito do comunismo, devendo,

³⁹ Campanha da fraternidade 1967. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 11 fev. 1967.

⁴⁰ DUARTE, Luciano. Liberdade religiosa. *A Cruzada*, Aracaju, p.12, 25 e 26 set. 1965.

⁴¹ Diretora de “A Cruzada” faz palestra. *A Cruzada*, Aracaju, p.9, 23 mar. 1968.

⁴² Bispo auxiliar faz conferência na maçonaria. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 25 mai. 1968.

⁴³ A maçonaria aliada ao marxismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 11 jul. 1937.

⁴⁴ A “rentrée” da “viuva”. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 10 fev. 1938.

desse modo, ser extinta de maneira permanente. Tais aspectos ajudaram a pensar o diálogo que a Igreja passa a ter com o “outro” na década de 1960.

A partir de 1964, a postura anticomunista é minimizada em relação ao período do Estado Novo, ou seja, após as análises das fontes foi possível concluir que, aos poucos, a postura agressiva vai sendo modificada, se tornando mais branda, principalmente após 1968. Tais transformações, coincide, inclusive, com as mudanças sofridas pela própria Igreja no Brasil, como bem salienta Mainwaring (2004). Como já foi destacado, no período de 1955-1964, surgiu um movimento reformista na Igreja, que enfatizou sua função social, bem como o surgimento de uma Igreja popular entre os anos de 1964-1973, que adotou uma postura marcadamente progressista.

Existe uma referência a essa oposição minimizada em “Católicos, marxistas e ateus”⁴⁵, a qual trata de eventos católicos que contaram com a participação de comunistas e de eventos marxistas em que católicos participaram. Sempre em tom cordial, afirmava-se que esse diálogo era fundamentado pelos documentos elaborados pelo papa, nos quais defendia a necessidade do diálogo com o ateísmo e, de maneira mais particular, com o comunismo, ou seja, a mudança no tom do discurso estava em consonância com a hierarquia da Igreja.

Durante a ditadura civil-militar, o comunismo foi bastante associado ao estado de subdesenvolvimento do país, nesse sentido, o comunismo era uma predisposição para os desfavorecidos. Nota-se essa referência em vários momentos, a exemplo das matérias “Para matar o comunismo é preciso antes matar a fome de muita gente”⁴⁶ e “O paiol de pólvora”⁴⁷. Nesta última, Dom Luciano Duarte afirmou que o homem pobre tende a optar pelo comunismo, já que não tem nada a perder, seguindo com mais facilidades os líderes desse modo de vida. Percebeu-se que ele coloca o comunismo como uma última opção, não sendo uma escolha livre e totalmente consciente.

Além disso, constatou-se alguns indícios no próprio periódico que, nesse momento, é possível aproximar o comunista e o cristão, podendo um indivíduo ser os dois ao mesmo tempo, coisa que na década de 1940 era impossível. É obvio que nem sempre essa postura se mantém, afinal, em outras matérias nesse mesmo contexto, afirmou-se que essa relação não era possível, sendo um exemplo a matéria intitulada “Jamais Cuba Comunista”⁴⁸. Esta, chama atenção para a existência do perigo comunista na América Latina, e questiona se o povo realmente quer abrir

⁴⁵ Católicos, marxistas e ateus. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 02 e 03 out. 1965.

⁴⁶ Para matar o comunismo é preciso antes matar a fome de muita gente. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 25 e 26 set. 1965.

⁴⁷ DUARTE, Luciano. O paiol de pólvora. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 28 e 29 ago. 1965.

⁴⁸ Jamais Cuba Comunista. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 29 jan. 1966.

mão de sua liberdade e da índole cristã que possui, isso porque, segundo a matéria, não é possível conciliar comunismo e Igreja ao mesmo tempo.

Entretanto, notou-se uma ausência dessa oposição entre o comunismo e o catolicismo na matéria intitulada como “O degêlo”⁴⁹, na qual Dom Luciano Cabral Duarte se questiona sobre as possíveis relações entre o mundo comunista e a Igreja Católica. Essa narrativa destaca que muita gente estranha as possíveis relações entre a Igreja e comunismo, pois ao mesmo tempo que o condena o papa também mantém uma relação próxima aos países comunistas. Como explicação, foi dito que não é possível confundir o homem com as filosofias, ou, em outras palavras, independente das ideias, os homens em si não devem ser condenados. Por fim, salienta também que é possível ser socialista e cristão ao mesmo tempo, desde que o socialismo se concentre unicamente na esfera econômica.

O Evangelho não estabeleceu em nenhum lugar a respeito dos meios de produção, assim, não compete à Igreja decidir qual o sistema economicamente mais eficiente. Dessa forma, “chegarão os comunistas a mudar e a compreender, um dia, que um cristão pode ser fiel à sua fé e livre de praticá-la, e, ao mesmo tempo, um bom cidadão de um país socialista, onde as leis verdadeiramente respeitam a liberdade individual e as consciências? Penso que sim”. Tal discurso, inclusive, foi influenciado por uma publicação de um jornal do Vaticano, nesse sentido, continua em sintonia com a hierarquia da Igreja Católica.

Em um documento elaborado pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha como objetivo falar de um livro de crônicas de Dom Luciano Cabral Duarte, deparou-se com uma referência a esta matéria – “O degêlo” –, reproduzida neste livro, publicado em 1972. Por causa de seu conteúdo, D. Luciano é citado como favorável ao socialismo, pois analisa com entusiasmo e admite a coexistência entre o marxismo e a religião. Como ele condena tanto o comunismo como o capitalismo, afirma-se que falta nele “uma norma definida de conduta, como o propósito evidente de não criar áreas de atrito”⁵⁰.

“A resposta do silencio”⁵¹ ajudou a compreender melhor essa posição do jornal *A Cruzada*, nela Dom Luciano Cabral Duarte registrou que a encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI propõe uma nova divisão, algo que saía do dualismo capitalismo versus comunismo. Assim, prefere-se falar em países do hemisfério norte – países desenvolvidos – e países do hemisfério sul – países subdesenvolvidos.

⁴⁹ DUARTE, Luciano. O degêlo. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 02 mar. 1968.

⁵⁰ Apresentação sobre o livro “Estrada de Enáus” de D. Luciano Cabral Duarte, Arcebispo de Aracaju. SNI, ASV_ ACE_5077_82, 05 de abril de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

⁵¹ DUARTE, Luciano. A resposta do silencio. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 01 jun. 1968.

A mudança que ocorreu na postura do jornal começou a se tornar mais nítida a partir do ano de 1968, que, em diversas matérias, acabou tratando da igreja, do comunismo e, até mesmo, da “Revolução”. Em uma matéria do dia 27 de janeiro de 1968, intitulada como “Em torno de uma declaração”⁵², fala sobre as divergências que existem na Igreja, e que, apesar de haver posturas mais conservadoras e posturas mais progressistas, existia uma consciência comum do episcopado brasileiro. Em seguida, alegou que existe um mal-estar entre o governo e a Igreja, em parte porque se acreditava que a Igreja não deve se envolver em determinados assuntos. Falou também que a Revolução prometeu muita coisa, mas muito pouco foi de fato feito, justamente por isso que as reformas sociais prometidas são muito lentas. Dessa forma, nesse momento começaram a aparecer as primeiras matérias que questionam, em diferentes proporções, evidentemente, a realidade vivida.

Uma postura semelhante encontrou-se no editorial do dia 13 de julho de 1968, intitulado como “O diálogo”⁵³, afirma que o governo precisava dialogar com os estudantes brasileiros, já que não se trata de um movimento isolado. Assim, reiterava que o governo por “falta de tempo” deixou de lado os problemas que afligem a população, e salientou que não há governo sem o povo.

No ano de 1970 – último ano de existência do jornal – encontrou-se uma postura mais flexível em relação à postura conservadora da Igreja Católica, não que o periódico católico deixe de se colocar enquanto anticomunista, ou mesmo se coloque de forma explícita contrária à “Revolução” de 1964. Entretanto, adotou posturas que dialoga um pouco mais com setores progressistas, se questionando, inclusive, a respeito das posturas contrárias ao governo militar de parte da Igreja.

⁵² DUARTE, Luciano. Em torno de uma declaração. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 27 jan. 1968.

⁵³ O diálogo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 13 jul. 1968.

2 NACIONALISMO E ANTICOMUNISMO NO DISCURSO RELIGIOSO DO JORNAL *A CRUZADA*

Buscou-se discutir nessa seção as diversas vertentes político-ideológicas do termo nacionalismo existentes no Brasil do século XX, como uma forma de auxiliar a análise dos discursos do semanário *A Cruzada*. Dessa forma, as perspectivas teóricas adotadas pelos intelectuais, bem como suas ações práticas são exteriorizadas, quase sempre, em correspondência com o ideário anticomunista que marcaram as duas ditaduras estudadas: Estado Novo e Ditadura Civil-Militar.

Nesse sentido, o nacionalismo pode ser mencionado como um aspecto em comum entre estas duas ditaduras brasileiras, sendo a propaganda nacionalista fortemente utilizada por estes governos. Além deste aspecto, é possível falar ainda da forte repressão e da tortura institucionalizada, da centralização e do autoritarismo, do combate ao comunismo, do interesse pela segurança interna e da ausência do povo nas decisões públicas como marcas em comum da ditadura varguista e da ditadura civil-militar.

2.1 Nação e nacionalismo no Brasil no século XX

O nacionalismo é um conceito heterogêneo e esteve muito próximo das ideias anticomunistas no Brasil durante o século XX. Levando estes aspectos em consideração, é importante lembrar que o nacionalismo pode ser visto, junto com o catolicismo e o liberalismo, como uma das matrizes básicas do pensamento anticomunista brasileiro, como salienta Rodrigo Patto Sá Motta (2000).

Sobre tal conceito, tem-se atualmente vários e importantes estudos, sendo possível citar entre estes: Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (2008). Apesar de não serem consensuais em suas teses, estes intelectuais analisam a nação e o nacionalismo como sendo algo exclusivo do mundo moderno, ou, mais especificamente, construções do século XIX.

Para Eric Hobsbawm (1990), o surgimento do nacionalismo está ligado ao contexto das revoluções americana e francesa, diante disso, não é possível pensá-lo sem a formação do Estado-Nação. Tanto o conceito de nacionalismo, como o próprio conceito de nação devem ser pensados como fundamentalmente históricos, ou seja, a partir do seu contexto histórico, uma vez que não são realidades naturais. Ainda de acordo com as formulações deste autor, não se deve considerar a existência de uma nacionalidade apenas a partir de critérios puramente objetivos – língua, etnia, traços culturais, história comum –, como também apenas a partir de

critérios subjetivos – tanto coletivo, quanto individual. Assim, “nem a definição subjetiva nem a objetiva são satisfatórias, e ambas são enganosas” (HOBSBAWM, 1990, p.18).

Ao refletir sobre o sentido moderno de nação, Eric Hobsbawm (1990) defende a sua associação ao discurso político e social de uma determinada realidade histórica. Em suas análises, o autor deu ênfase ao político, pois para analisar a ideia de nação seria preciso discutir a relação entre povo e Estado. Nesse sentido, “a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 1990, p.31).

O estudo do nacionalismo inicia-se com a influência do liberalismo para o pensamento nacional entre os anos de 1830 e 1880. Nesse momento, destacou-se a existência do “princípio de nacionalidade” que compõe a relação entre economia, Estado e nação. A influência do pensamento liberal compreendeu o desenvolvimento de uma nação como uma fase de progresso ou como um estágio de evolução. Após 1880, a forma como homens e mulheres comuns sentiam-se a respeito da nacionalidade passou a ser importante, dando ênfase para questões linguísticas, religiosas e étnicas.

Ao falar sobre as transformações do nacionalismo, Hobsbawm (1990), ainda, centrou sua análise no período de 1880 a 1914, para mapear as distinções do nacionalismo da era liberal. A etnicidade e a língua se tornam aspectos centrais, bem como o caráter político que a nação e o nacionalismo passam a ter. Ao analisar principalmente os países europeus, o autor afirma que, nesse período, ocorreu um crescimento considerável da questão nacional, pois tanto as mudanças políticas quanto sociais ocorreram em função desta. Dessa forma, este período foi ainda marcado por um movimento nacionalista conservador, chauvinista, imperialista e xenófobo⁵⁴.

O apogeu do nacionalismo ocorreu entre os anos de 1918 e 1950, sendo iniciado com o fim da Primeira Guerra. Nesse momento, o autor afirma que a sociedade encontrou novas formas de identificação nacional, para além das disputas por fronteiras, afinal já são sociedades modernas, urbanizadas e de alta tecnologia. Duas formas foram destacadas, sendo uma delas a comunicação de massa, através da imprensa, do cinema e do rádio, e o esporte, uma vez que tanto um como o outro rompeu com a divisão entre a vida pública e privada dos indivíduos. Nesse contexto, o nacionalismo foi utilizado por movimentos direitistas, a exemplo do fascismo

⁵⁴ Na análise do autor estes três conceitos estão ligados a um nacionalismo conservador. Nesse sentido, o chauvinismo pode ser visto como um sentimento exacerbado que busca uma valorização extremada de um país. O imperialismo é uma política de expansão, onde há um domínio territorial, econômico e cultural de uma nação sobre outras. E a xenofobia, por sua vez, é uma aversão ao estrangeiro.

e do nazismo, sendo estes chamados de “nacionalismo militante”. Contudo, é importante salientar que o movimento antifascista também foi marcado pela forte presença do nacionalismo, ou seja, fica evidente que, de acordo com Hobsbawn (1990), o nacionalismo pode ser compreendido como componente tanto de movimentos de direita como de movimentos de esquerda.

Tal como Hobsbawn, Benedict Anderson (2008) também buscou analisar a nação e o nacionalismo a partir do período moderno. Ao romper com o estudo eurocêntrico da nação, o autor afirma ainda que o surgimento de um sentimento nacionalista ocorreu primeiro em países colonizados, e não na Europa como a maioria dos estudiosos afirmam. Nesse sentido, na apresentação do livro *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, publicado em 2008, Lilia Schwarcz destacou que este autor busca “deseuropeizar” o estudo teórico do nacionalismo.

Ao negar a determinação da religião e mesmo da língua na configuração da nação e do nacionalismo, Anderson (2008, p.32) afirma que a nação deve ser vista como uma “comunidade política imaginada”. Evidentemente que não é possível deixar de considerar que o autor está falando de sociedades e de contextos bem específicos, no entanto, ao historicizar tal conceito, é possível fazer uso de suas considerações.

A “comunidade política”, que já foi tratada anteriormente, é imaginada, limitada e soberana. Imaginada, pois uma pessoa da comunidade nunca conhecerá todas as outras, mesmo sabendo que existe relação entre elas; limitada, por possuir fronteiras específicas com outras nações, mesmo que estas sejam elásticas; e soberana, porque tal conceito nasceu na época do iluminismo e da revolução francesa e destruiu a legitimidade do reino dinástico de ordem divina. Ainda é importante considerar que, para Anderson (2008), não existe uma relação entre imaginação e falsidade/autenticidade, o que muda é a forma como elas são imaginadas.

A existência de tal comunidade foi possível a partir do declínio daquilo que o autor chama de “comunidade imaginada religiosa”, sendo que esta baseava sua existência e sua formação em torno de línguas sagradas. Essas comunidades passam por um declínio no final da idade média, com a exploração do mundo não europeu e o conseqüentemente rebaixamento do latim, que perde o caráter de língua sagrada. O autor destaca que a formação de um “capitalismo editorial” (ANDERSON, 2008, p.70) foi uma das motivações para tais mudanças, isso porque a imprensa ampliou o mercado de livros e criou vários campos de comunicação, permitindo a consciência da existência de outros povos.

Passa a existir, então, a possibilidade de pensar a nação depois que três concepções culturais perderam o espaço na mentalidade dos homens, sendo elas: a sacralização do latim

como uma língua que levava a verdade; a monarquia como tendo um direito divino de governar; e uma concepção de temporalidade em que cosmologia e história se confundem. O declínio dessas “concepções culturais” junto com as transformações econômicas das descobertas, o desenvolvimento de meios de comunicação mais velozes e a diversidade linguística levaram ao surgimento de uma consciência nacional.

Lucia Lippi Oliveira (1990) inicia seu livro se questionando sobre o que seria uma nação e, de modo mais específico, uma nação brasileira; ou, em outras palavras, o que faz um brasileiro possuir essa identidade coletiva que possibilita um sentimento de pertencimento. Para a autora, a nação parte do universo simbólico, visando propiciar sentimentos de identidade e alteridade entre os membros de uma população. Ao falar que a geração de 1870 possui um papel fundamental na tentativa de formular um nacionalismo no Brasil, ela afirma que, nesse contexto, “a construção do sentimento brasileiro tinha uma importância fundamental, sendo a nacionalidade o critério básico de avaliação dos produtos literários e culturais” (OLIVEIRA, 1990, p.85).

Em suas formulações, Oliveira (1990, p.92) defende que a Proclamação da República teve um importante papel na formação da nação brasileira. De certa forma, houve, por parte dos militares conhecidos como “jacobinos”, um forte interesse pelas ideias nacionalistas neste contexto de Proclamação do Brasil. O jacobino foi visto, tal como salienta esta autora, como militarista, radical, nacionalista, mobilizador e oligárquico.

Durante a consolidação da República, os militares acabaram marginalizando os intelectuais envolvidos no projeto para a Proclamação da República, justamente por apoiar-se no nacionalismo: “os militares eram apresentados como os verdadeiros responsáveis pelo destino do país e como o único reduto do patriotismo” (OLIVEIRA, 1990, p.89).

O nacionalismo foi um tema muito recorrente entre a intelectualidade brasileira nos séculos XIX e XX. No entanto, o seu entendimento se modificou profundamente durante a Primeira Guerra Mundial, pois o nacionalismo que valoriza a grandeza territorial e as qualidades das raças que formam o brasileiro já não era mais suficiente neste contexto, ou seja, um típico nacionalismo ufanista. Assim, “as novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país” (OLIVEIRA, 1990, p. 145).

Na década de 1920, surgiu o nacionalismo autoritário e de direita, como bem destaca Beired (2007). Pode-se identificar esta década como um marco para se pensar a tentativa de construção de um nacionalismo, que influenciou significativos setores da intelectualidade brasileira na busca de uma identidade nacional. O movimento nacionalista brasileiro não foi

homogêneo, pois foi marcado por ideias e perspectivas distintas. É possível, inclusive, afirmar que foram encontrados no movimento nacionalista ideias vinculadas à direita, ao centro e mesmo à esquerda.

No início da década de 1920, o Brasil passou por um momento de transformações econômico-sociais bastante significativas, como bem destaca Velloso (1993), Beired (2007) e Trindade (1979), que acabaram influenciando a necessidade de construção de um pensamento nacional. A mutação da sociedade brasileira desta década é fundamental para a compreensão do itinerário do nacionalismo nas décadas seguintes.

De acordo com as reflexões de Beired (2007), Oliveira (1990) e Velloso (1993), o fim da Primeira Guerra Mundial permitiu que a questão da nacionalidade fosse vista a partir de um novo ângulo. Neste momento, surgiu uma crise de paradigma no Brasil, já que até então o país seguia um modelo estritamente europeu e, com a crise de valores que emergia na Europa, surgiu a necessidade de criar um pensamento nacional autônomo, que fosse criado e se encaixasse na realidade do país. É uma postura fundamentalmente antiportuguesa, buscando se livrar da tutela estrangeira e colonial, seja no sentido econômico, político ou cultural.

Dessa forma, coube aos intelectuais o papel central nessa construção, assim “tomados deste sentimento de orgulho e resignação, os intelectuais brasileiros se auto-elegem executores de uma missão: encontrar a identidade nacional, rompendo com um passado de dependência cultural” (VELLOSO, 1993, p.1). Nesse momento rompia-se com os ideais liberais que predominavam no Brasil, vista como algo vindo de fora, e o pós-guerra representaria uma crise do sistema liberal no mundo.

Como destaca Beired (2007), o nacionalismo não era algo novo no Brasil, mas surgiu um nacionalismo diferente daquele liberal que predominou desde o final do século XIX. Na década de 1920, umas das vertentes adquiriu uma postura autoritária e este autor denomina como uma “direita nacionalista”, assim

acentuadamente antiliberal, nacionalista, estatista e corporativista, essa direita nacionalista era essencialmente nova: rompia integral e declaradamente seu compromisso com o padrão da direita preexistente no Brasil – caracterizada pela adesão às práticas oligárquicas nos marcos do Estado liberal – ao mesmo tempo em que se sentia profundamente envolvida com as transformações que agitavam o mundo (BEIRED, 2007, p.124).

O Estado Novo (1937-1945), com Getúlio Vargas, e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), com os governos militares, ressaltaram a questão da nacionalidade. Antes da Revolução de 1930, o Brasil era visto como um país estigmatizado pela presença da miscigenação, sendo difícil pensar a existência de uma nação. Essa visão foi ainda agravada pela forma como os

brasileiros eram vistos como “degenerados”, o que inviabilizava pensar o Brasil enquanto nação, como bem destaca Cristiane Oliveira (2012). Todavia, usando Skidmore, a referida autora destaca que na década de 1920 a certeza da inviabilidade da nação havia chegado a um momento de saturação. Em meio a este contexto, Getúlio Vargas, após a Revolução de 1930, buscou construir uma ideia de nação, assim,

o Estado Novo forneceu régua e compasso a esse esforço de construção de uma nacionalidade triunfante, sustentada numa ponta, pela crença na autenticidade da cultura popular e, na outra, pela mistura heterogênea de elementos culturais originários de várias regiões do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.378).

Vargas passou a apostar na valorização de vários aspectos locais, como a capoeira e o futebol. Influenciado pelas ideias de Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala* (1933), ele acabou valorizando e, inclusive, positivando, a miscigenação que formou o povo brasileiro. Nesse sentido, o vocabulário nacionalista foi usado na Revolução de 1930 e continuou sendo usado posteriormente, marcando até os embates ocorridos na década de 1960.

No período da Ditadura Civil-Militar, a questão nacional aparece muito próxima do nacionalismo das Forças Armadas, preocupados com a segurança nacional, influenciados, evidentemente, pela Doutrina de Segurança Nacional norte-americana. Um dos objetivos centrais da atuação das Forças Armadas era defender o país do “inimigo interno”, ou seja, o comunista. Algo muito próximo do discurso do jornal *A Cruzada*, como será destacado adiante, que buscava defender a nação e reestruturá-la.

Dessa forma, os dois períodos ditatoriais estudados possuem uma forte perspectiva nacionalista, apesar de haver mudanças de um período para o outro. Não se pode esquecer que nesse momento houve por parte dos governos ditatoriais a construção de um nacionalismo autoritário, o qual foi compartilhado pelos intelectuais que estavam envolvidos na produção do jornal, sendo, evidentemente, adicionado o viés religioso em seu discurso.

Tal como Rodrigo Patto Sá Mota (2000) nos ajuda a pensar, o nacionalismo pode ser visto como uma das matrizes da postura anticomunista no Brasil. Esse nacionalismo se apresenta com um caráter conservador, enfatizando a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, lutando sempre contra aquilo que eles consideravam ser a desordem e o caos, causado pelo “outro”, o comunista. De modo que “a nação seria o povo brasileiro e justamente por isso que os comunistas são vistos como ‘elementos ‘deletérios’, pois instigavam a divisão e a própria destruição do ‘corpo’ nacional, à medida que insuflavam o ódio entre as classes” (MOTTA, 2000, p.50).

Notou-se, no discurso do jornal católico, a oposição feita aos defensores dos ideais internacionais dos comunistas, havendo uma ênfase na divulgação do fato de serem vinculados à União Soviética e a Cuba, tendo destaque o primeiro país. Estes ideais foram vistos, principalmente, como vindos de fora, sendo negados por estes intelectuais cristãos. Nesse sentido, *A Cruzada* apresentou um conteúdo anti-imperialista, voltado para defesa do Estado Nacional.

Diante deste cenário, os comunistas foram acusados de “falsos nacionalistas”, negando, por sua vez, qualquer vinculação entre os comunistas e as ideias nacionalistas. Para Motta (2000, p. 58), “a existência de fortes vínculos unindo nacionalismo (patriotismo) a anticomunismo pode ser observada nas políticas adotadas pelos regimes originados das duas mais importantes ofensivas anticomunistas: Estado Novo e Regime Militar”.

Desse modo, como já foi mencionado, a questão nacional se encontrou presente no discurso dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada*, portanto, buscou-se identificar o conteúdo específico da postura político-ideológica deste grupo de intelectuais católicos, bem como verificar como tal discurso se aproxima da postura anticomunista adotada por este periódico.

2.2 Nacionalismo, autoritarismo e anticomunismo (1937-45 e 1964-70): princípios básicos do pensamento cristão do jornal *A Cruzada*

Os discursos do jornal *A Cruzada* apresentaram uma forte correspondência entre a postura político-ideológica dos intelectuais responsáveis pela sua produção e os regimes ditatoriais: Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar. De modo que parte considerável do clero buscou, pelo menos retoricamente, eliminar a ameaça do comunismo do país, sendo este visto como essencialmente ateu.

A posição adotada pela Igreja Católica frente aos dois golpes de Estado esteve relacionada à teoria da neutralidade de acordo com a natureza dos regimes políticos, conforme exposta na carta pastoral coletiva de 1890⁵⁵, editada após a Proclamação da República (ALVES, 1979, p.33).

No trabalho de análise do discurso do jornal, constatou-se que houve uma política de apoio ao projeto dos governos autoritários, mas, diga-se de passagem, estes são retratados como

⁵⁵ PASTORAL Colectiva. O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fieis da Egreja do Brazil. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1890.

“democráticos e revolucionários”. No primeiro momento, o apoio dado a Getúlio Vargas se justificou pela posição cristã adotada pelo então líder nacional e, principalmente, o combate ao comunismo que o governo passava para a população. O mesmo apoio foi dado a denominada “Revolução de 1964”, principalmente pela justificativa de que tais governos buscavam salvar o país de uma ditadura comunista, a exemplo do que ocorria em Cuba. Neste momento, a Igreja Católica passou por uma nova fase, denominada reformista, como já foi mencionado anteriormente. Levando este aspecto em consideração, nesse período o discurso do jornal apresenta uma aparência mais flexível a respeito da dicotomia entre comunismo e cristianismo, mas, ainda assim, a postura anticomunista se mostra presente.

No plano nacional, Márcio Moreira Alves (1979) afirma que a Igreja Católica esteve muito próxima de Vargas desde a Revolução de 1930, sendo fundamental nesta relação a figura de Dom Sebastião Leme⁵⁶, então porta-voz da hierarquia da Igreja. Havia entre este importante líder e a figura pessoal de Vargas uma relação amigável. Este autor afirma ainda que Vargas, enquanto chefe da Revolução, não pretendia alterar significativamente o cenário nacional, muito pelo contrário, buscou aliados nos grupos tradicionais da sociedade, de modo que foi possível estabelecer acordos entre as forças tradicionais e as emergentes da classe dominante. A aproximação entre Vargas e a Igreja fica evidente com a Constituição de 1934, que possui uma série de medidas favoráveis à Igreja. Assim, “as relações entre a Igreja e o Estado não foram alteradas depois da proclamação do Estado Novo, em 1937, quando Vargas assumiu poderes ditatoriais” (ALVES, 1979, p. 31).

No período pós-golpe civil-militar de 1964, houve por parte da hierarquia da Igreja Católica um apoio explícito aos militares, sendo exemplo a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a declaração assinada pelos presidentes das Províncias Eclesiásticas⁵⁷, em maio de 1964. Este documento foi elaborado a partir de uma reunião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, apesar de não ter sido assinado também pela CNBB, já que houve uma divisão entre os bispos presentes, Severino Vicente da Silva (2003, p.168) afirma que não é possível negar que essa foi a posição oficial da Igreja Católica em face ao movimento de 31 de março de 1964. Todavia, como Alves (1979) salienta, diferente do que os militares pensavam, a “submissão” que esperavam da Igreja não iria sobreviver por

⁵⁶ Em 1916, foi Arcebispo de Olinda e Recife, entre os anos de 1921 e 1930, foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro e cardeal do Rio entre 1930 e 1943 até a sua morte.

⁵⁷ Estas podem ser vistas como um conjunto de dioceses próximas territorialmente, que tem uma Arquidiocese Metropolitana como sede.

um longo prazo dentro da instituição. Nesse sentido, o período analisado correspondeu, no plano nacional, a uma aproximação entre a hierarquia da Igreja Católica e os militares.

O Marechal Castelo Branco, presidente de 1964 a 1967, ordenou que nenhum padre fosse detido sem a prévia e expressa autorização da Presidência da República [...]. No governo do General Costa e Silva (1967-1969) os encontros entre o Presidente e os membros da Hierarquia foram frequentes, e os militares tudo tentaram, com a anuência tácita dos prelados, para demonstrar a união política entre a Igreja e o Estado (ALVES, 1979, p.201).

Sabe-se ainda que, a partir da década de 1970, existiu uma mudança na postura da Igreja Católica frente ao momento em que se vivia no Brasil, comprovada pela criação da Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)⁵⁸, dirigida para a denúncia e combate da prática de tortura nos cárceres brasileiros. Alves (1979) afirma que tal mudança se deu em quatro planos: organizacional, material, ideológico e político. Ao pensar na perspectiva ideológica, este autor nos fala que “ideologicamente a estratégia ofensiva provocou um deslizar do discurso político oficial para a esquerda, despindo-o do seu tradicional e rígido conservadorismo” (ALVES, 1979, p.53). Isto resultou, portanto, na redução da habitual propaganda anticomunista e passaram a denunciar algumas injustiças. É ainda interessante destacar que esta mudança partiu da própria hierarquia da Igreja Católica.

Nas vésperas do novembro de 1937, o jornal *A Cruzada* se posicionou sobre as eleições que estavam prestes a serem realizadas, fala que os comunistas se acobertam em uma hipócrita defesa da democracia. O artigo, intitulado como “A Margem da Sucessão: denunciando posições dúbias”⁵⁹, é uma junção de matérias de jornais católicos e leigos do Brasil e afirma que a democracia sempre teve vida tranquila no país, diferente do contexto atual, isso porque o comunismo foi ignorado pelos democratas, que voltaram suas atenções apenas para o integralismo. Assim, o momento de instabilidade da democracia daquele período teria sido resultado da atuação dos comunistas.

Na visão do artigo os comunistas estavam por trás de Armando Sales (oposição) e de José Américo (apoiado por Vargas), dois candidatos à presidência da República: “parece mesmo verdade que os comunistas estão divididos (embora unidos) entre os dois candidatos”. Os candidatos teriam sido influenciados por nomes como: Anísio Teixeira, Miguel Costa e Café Filho. A publicação destaca ainda que o Brasil passou por um momento gravíssimo, justamente pela suposta influência dos comunistas nas eleições previstas. Foi encontrado, na coluna do

⁵⁸ Esta é uma Comissão vinculada a CNBB, sendo criada originalmente por Dom Helder Câmara, ela deixou de existir no ano de 1985. No entanto, houve posteriormente a sua refundação em alguns estados.

⁵⁹ A Margem da Sucessão: denunciando posições dúbias. *A Cruzada*, Aracaju, p. 2, 29 ago.1937.

padre Manoel Soares “A Margem dos Acontecimentos”⁶⁰, um posicionamento semelhante ao colocado acima, aparecendo o principal líder do integralismo, Plínio Salgado, como o nome mais adequado para as eleições presidenciais.

Dessa forma, percebeu-se em diversas matérias o apoio dado por esta parcela do clero conservador sergipano às movimentações que deram origem ao Estado Novo. A matéria intitulada como “O governo federal decreta o Estado de Guerra”⁶¹, auxilia na exemplificação da postura destes intelectuais cristãos responsáveis pela produção deste periódico. Ao falar sobre o estado de guerra que o país se encontrava, eles destacam as ações das “forças subversivas” que ficaram conhecidas como o Plano Cohen: “o que fazemos é o mesmo que o glorioso Exército Brasileiro está fazendo. Defender o Brasil do seu inimigo número 1- O Comunismo”. Em “Como os ministros militares solicitaram o Estado de Guerra”⁶², há uma reprodução do artigo de um militar, no qual afirmava que o movimento recém instaurado livrou o Brasil de uma catástrofe.

O Estado Novo é visto como um movimento cristão, e esta ênfase fica evidenciada na matéria transcrita do jornal *A União* e intitulada como “As reivindicações católicas em face das constituições de 1934 e 1937”⁶³. A publicação fala sobre a forma como assuntos religiosos – ensino, família, casamento, o nome de Deus – foram tratados pelas referidas constituições brasileiras, fazendo uma espécie de comparação. O aspecto religioso do governo de Getúlio Vargas é valorizado no discurso do periódico – “Presidente Getúlio Vargas”⁶⁴ –, salientando, inclusive, que a Igreja vive um período de liberdade durante os 15 anos de seu governo: no “seu fecundo governo, a Igreja tem respirado um clima de ampla liberdade e inteira garantia na prática de sua divina missão sem que jamais se tenha notado qualquer interferência ou coação do poder público”.

Além disso, o jornal apoia as ações desenvolvidas pelo governo, como por exemplo a extinção dos partidos políticos ocorrida em 1937, reproduzindo o decreto em “Na íntegra, o decreto-lei nº 37”⁶⁵. Como uma das justificativas para tal ação, defendeu-se que o atual sistema eleitoral do país é inadequado, e que serviu para criar uma onda de falta de tranquilidade e sossego, pois os partidos existentes não possuíam um conteúdo programático nacional e tinham doutrinas contrárias ao novo regime. Assim, neste decreto afirmou-se que “são considerados

⁶⁰ *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 29 ago. 1937.

⁶¹ O governo federal decreta o Estado de Guerra. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 10 out. 1937.

⁶² DUTRA, Eurico Gaspar. Como os ministros militares solicitaram o Estado de Guerra. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 24 out. 1937.

⁶³ As reivindicações católicas em face das constituições de 1934 e 1937. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 28 nov. 1937.

⁶⁴ Presidente Getúlio Vargas. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 15 de abr.1945.

⁶⁵ Na íntegra, o decreto-lei nº 37. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 12 dez.1937.

partidos políticos para efeitos desta lei, todas as arrematadas partidárias registradas nos extintos Tribunal Superior e Tribunais da Justiça Eleitoral”.

Postura semelhante identificou-se na matéria intitulada como “Aniversário do Estado Nacional”⁶⁶. De acordo com o texto, a extinção dos partidos políticos tornou possível a volta do crescimento do Brasil, possibilitando-o a caminhar em direção ao progresso. Isso teria ocorrido, pois, o sistema partidário existente impossibilitou a vida política e o desenvolvimento econômico do país. Existiu, dessa forma, um crescimento considerável tanto nas Forças Armadas como no terreno industrial. Nesse contexto de melhoramentos, a matéria afirmou que é importante comemorar seu sexto aniversário.

O jornal *A Cruzada* também se colocou como favorável a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países aliados, declarando guerra aos países do eixo. Nesse sentido, após os torpedeamentos dos navios na costa sergipana, afirmou que o governo vai ao encontro do apelo da população, que diante dos eventos recentes passa a apoiar a entrada do Brasil na guerra. Em “A Guerra e nós”⁶⁷, transcrição do jornal *O Diário*, falou sobre a posição dos católicos em relação à entrada do Brasil na guerra e, ao destacar o caráter anticristão do nazismo, afirmou que os católicos são os que mais entendem a posição adotada pelo governo brasileiro. Por fim, falou ainda que, apesar de condenar a guerra, é preciso defender o Brasil dos países nazifascistas.

O Brasil foi visto, nesse contexto, como um país que vive uma democracia e, mais ainda, uma democracia cristã e nacionalista. Dessa forma, em “Não estamos nem na Alemanha nazista nem na Rússia Soviética”⁶⁸ afirma que no Brasil existe liberdade para a população, que vive em uma democracia cristã, diferentemente de países como a Rússia, comunista, e a Alemanha, nazista.

Ainda a esse respeito, é importante mencionar que a forma positiva como Getúlio Vargas foi visto modificou-se sensivelmente com o tempo, como evidenciado em várias matérias publicadas no ano de 1968. A título de comparação, no artigo de 1938, “A criança a maior vítima do comunismo”⁶⁹, que reproduz um comunicado da Chefia de polícia do Distrito Federal, Getúlio Vargas é sempre tratado de maneira elogiosa, sendo colocado como o “chefe da nação” e “presidente da república”, como também em “O Nordeste, o Clero e o Quintacolonismo”⁷⁰. Percebeu-se que esta imprensa apresenta Vargas como o “grande

⁶⁶ Aniversário do Estado Nacional. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 7 de nov. 1943.

⁶⁷ A Guerra e nós. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 13 set.1942.

⁶⁸ Não estamos nem na Alemanha nazista nem na Rússia Soviética. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 17 set. 1944.

⁶⁹ A criança a maior vítima do comunismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 08 mai. 1938.

⁷⁰ “O Nordeste”, o Clero e o Quintacolonismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 10 mai.1942.

presidente Vargas, o homem providencial que, sereno, vem dirigindo os destinos da pátria brasileira”.

A partir do ano de 1965, o Estado Novo foi retratado de modo diferente. Maria Thetis Nunes⁷¹, em “O significado do Estado Novo”⁷², faz uma reflexão a respeito do Estado Novo, salientando aspectos positivos: uma política nacionalista, a industrialização, a queda das oligarquias e a legislação social; e negativos: centralização exagerada, a repressão e a existência do DIP, destacando, portanto, que o Estado Novo foi um golpe de Estado. Para a autora a queda de Getúlio Vargas foi uma vitória da política do nacionalismo progressista. Em “A juventude e suas reivindicações”⁷³, o Estado Novo foi colocado como um regime totalitário e ainda como uma “ditadura estadonovista”. Tal postura indica a completa mudança da forma como ele era visto pelo jornal na década de 1930 e 1940.

As vezes, quando olhamos no calendário ou ouvimos mencionar uma data, a memória nos seduz a algum fato do passado distante...

Assim me acontece com o 10 de novembro. Foi levada à minha adolescência, às comemorações que o Estado Novo, implantado em 10 de novembro de 1937, programava. Como alunos do Colégio oficial, obrigatoriamente delas participávamos que, em geral, se estendiam por toda uma semana. Dos discursos longos e enfadados, nada retinhamos pois a inquietação e a irreverência próprias da idade nos levavam a brincadeiras que nos entreteimiam. Muito mais nos impressionavam as concentrações cívicas e esportivas marcadas pelas demonstrações de ginástica rítmica e cantos orfeônicos de grande beleza.

Que, afinal, representa o Estado Novo de Getúlio Vargas? Foi uma pergunta que, mais tarde, sempre fiz. Até hoje, as paixões que o tempo decorriu, relativamente curto.

O Significado do Estado Novo

Maria Thetis Nunes

— Os aspectos positivos começam a ser trazidos à tona e divulgados. Entre eles está o desencadear de uma política nacionalista de base nacional, com a implantação da siderurgia em Volta Redonda, com as pesquisas minerais e os planos energéticos. Também o esfacelamento das oligarquias locais, com o desaparecimento do cangaço e do banditismo, trouxe ao interior do país um período de paz, de tranquilidade e de trabalho. A legislação social, embora entendida apenas aos centros urbanos, foi uma grande conquista do povo brasileiro na época.

Assim, o que vai diferir a ditadura de Vargas das de outras de países contemporâneos é que ela foi ao encontro de novas forças evolutivas que se faziam presentes em nossa estrutura social, e não contra elas. E, paradoxalmente, quando essa ditadura é desnudada, em 1945, sua queda é uma vitória das velhas forças reacionárias e seus interesses sobre uma política nacionalista e progressista...

ainda não foi suficiente para dissipar, têm impedido que os historiadores façam uma análise imparcial de sua significação para a história do Brasil. A figura carismática e contraditória de Vargas, seu arquiteto, também ainda espera um biógrafo desapassionado.

O golpe de Estado de 1937 foi o resultado do aproveitamento, por parte de Getúlio, de circunstâncias históricas favoráveis, marcadas por profundas contradições internas e externas. As internas eram representadas pela esterilidade do legislativo, o artificialismo da estrutura política montada pela Constituição de 1934, o excesso do regionalismo sob o qual se disfarçava o poder das oligarquias. Uma esquerda barulhenta, desarticulada e desorientada e uma direita arrogante, unida sob a batuta da Ação Integralista Brasileira, foram, sem grandes dificuldades liquidadas pelo caudilho gaúcho em 1937. Externamente, o mundo assistia as arrancadas do nazi-facismo e a indecisão das democracias. Assim, triunfantes as tropas totalitárias desfilaram nas ruas de Madrid e seus aviões cobriram os céus da Espanha republicana vencida.

O medo ou o indiferentismo de muitos, os interesses de outros favoreceram a implantação da ditadura estadonovista. Os fatos, que marcam os oito anos de sua permanência levam alguns historiadores a defini-la como uma tentativa de realização de uma revolução burguesa, liquidando os remanescentes semi-feudais e oligárquicos derrubados pelo movimento revolucionário de 1930, mas que telma-

vam em florescer. Mas esta revolução que, com a cumplicidade de muitos, Vargas tentou realizar, deixava à margem as camadas populares. A ausência de confiança no povo para as grandes arrancadas, mesmo quando espetacularmente por ele foi reconduzido democraticamente ao poder em 1950, foi sempre uma marca de sua personalidade.

É o Estado Novo marcado por aspectos negativos, tomados de empréstimo ao fascismo italiano ou ao corporativismo português. São eles a centralização política exagerada, o aparato e a repressão policiais que Graciliano Ramos estigmatizava de forma marcante em “Memórias do Cárcere”, o culto personalístico e o aulicismo dos Departamentos de propaganda, o cercamento da liberdade de imprensa.

Figura 7

Matéria do jornal *A Cruzada* – NUNES, Maria Thetis. O significado do Estado Novo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 16 nov. 1968.

Arquivo: Biblioteca Epifânio Dórea

⁷¹ Maria Thetis Nunes (1925-2009) nasceu em Itabaiana e foi uma importante historiadora sergipana. Durante sua trajetória foi professora e diretora do colégio Atheneu Sergipense, bem como professora da Universidade Federal de Sergipe, ocupando por duas vezes o cargo de vice-reitora. Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e ocupou a uma cadeira na Academia Sergipana de Letras. Em nível nacional, ingressou ainda em 1956 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), onde fez pós-graduação em História da Educação do Brasil. Esta autora é ainda citada em um documento do Serviço Nacional de Informação do ano de 1972 como contrária a “Revolução” de 1964, e ainda como uma pessoa que não faz reservas a respeito de sua posição. Registro de antecedentes. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

⁷² NUNES, Maria Thetis. O significado do Estado Novo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 16 nov. 1968.

⁷³ NUNES, Maria Thetis. A juventude e suas reivindicações. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 20 abr. 1968.

Com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, observou-se pouca manifestação por parte do jornal a respeito deste contexto, no entanto foi publicado uma nota no canto da primeira página da edição do dia 11 de novembro de 1945: “O momento nacional”⁷⁴. Nela se fez uma reflexão daquele momento e afirmou que a atitude das Forças Armadas foi um exemplo de admiração e exaltação da nação, defendendo ainda a moralidade política e a democracia, pois a não realização das próximas eleições seria um golpe à democracia. A simpatia por Vargas permaneceu, mas reconheceu-se que os princípios democráticos e o voto universal são fundamentais: “o período anormal da nação já estava bastante longo, se fez necessário em 1937, mas, normalizada a situação já se deveria ter conduzido o povo para as urnas”.

Os intelectuais cristãos de *A Cruzada* também comungavam dos ideais de nação dos militares, a partir de 1964. Neste ano, o jornal não teve circulação e, por este motivo, não é possível identificar sua postura imediatamente após o 31 de março, todavia, a partir das matérias publicadas no ano de 1965, percebeu-se que *A Cruzada* manteve seu discurso muito próximo dos militares que estiveram à frente do golpe de 1964. Esse momento de pausa na publicação do jornal é associado, no corpo do próprio periódico, à falta de recursos para sua produção.

Ezequiel Monteiro⁷⁵ em “A Revolução e o povo”⁷⁶ defendeu que o povo não deve fazer oposição às forças armadas, pois elas representavam os anseios tanto das classes médias como das mais humildes. Existe, portanto, para o jornal, uma aproximação entre o povo e a “Revolução”, salientando, ainda, que a “Revolução de 1964” trouxe melhorias para o poder aquisitivo dos brasileiros. De acordo com os discursos encontrados, notou-se também uma suposta ligação da Igreja com os militares.

A matéria “28° BC comemora aniversário”⁷⁷, trouxe uma reprodução da fala do Cel. Tércio Veras, em que este destacou os feitos desse batalhão em benefício da pátria. Cita, como exemplo, o “patrimônio moral” dos militares para com o povo, na ação que deu origem à “Revolução democrática” de 31 de março. Dessa forma, na reprodução desta fala pela imprensa cristã, pode-se inferir de que houve uma valorização dos feitos militares, afinal os intelectuais do jornal levam sempre em consideração a importância de tais ações para a pátria e a nação brasileira.

⁷⁴ O momento nacional. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 11 nov. 1945.

⁷⁵ Não encontramos informações sobre este autor.

⁷⁶ A Revolução e o povo. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 06 fev. 1966.

⁷⁷ 28° BC comemora aniversário. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 10 e 11 jul.1965.

A “Revolução” foi vista como algo plenamente democrático, sempre destacada a necessidade de eleições para a consciência nacional, para a democracia, para o povo e, inclusive, para o governo. “Costa e Silva: Não há ditaduras no Brasil”⁷⁸ é a reprodução de uma entrevista dada pelo presidente Costa e Silva, em que ele destacava que no Brasil não existia ditadura, salientando a existência de eleições no país: “o Brasil não foi colocado sob a ditadura. A nova Constituição enviada ao congresso é absolutamente legal e visa fortalecer o Poder Executivo.”

Para contrapor a ideia da existência de uma democracia no Brasil nesse momento, é possível citar um artigo intitulado “Esperança Vã”⁷⁹. Esta publicação discorreu sobre um evento em que o presidente Costa e Silva assumiu que ocorreram alguns problemas no governo revolucionário, entretanto a existência desses problemas não significava que haveria o retorno do regime democrático. Assim, “era dito, naquela oportunidade, que não se reestabelecia, em toda a sua plenitude, o regime democrático, após o período revolucionário, do qual foi comandante o Marechal Castelo Branco”. Determinados elementos buscavam reabilitar-se na esperança da recomposição ou o retorno da democracia, como as tentativas de criação e recuperação de sindicatos. Nesse sentido, conclui-se que o presidente se posicionou com firmeza e “não poderia dispor de outros meios menos violentos e contundentes que aqueles que aplicou”.

O editorial intitulado como “Revolução significa mudança”⁸⁰ falou sobre a existência da democracia no Brasil, e o modo como a “Revolução de 1964” trouxe conturbação para a vida democrática brasileira. Percebeu-se que existiu uma mudança no discurso que, até então, era predominante, ou seja, que o evento de 31 de março salvou o país. Neste contexto, e levando em consideração que revolução é um sinônimo para mudança, o artigo defendeu que o mundo precisava de uma revolução, como uma forma de melhorar o quadro de desigualdade em que se vive. É importante salientar que essa matéria foi publicada no ano de 1968, um momento de contestações e transformações políticas e sociais no Brasil e no mundo.

Ainda sobre a postura favorável aos militares, houve um apoio explícito ao lançamento do Ato Institucional nº 2 (AI-2) em um artigo de 30 e 31 de outubro de 1965, intitulado como “Revolução prossegue com ato institucional número dois”⁸¹. Este ato seria um instrumento legítimo diante do contexto que se vivia, nesse sentido, fala da legitimidade da “Revolução”,

⁷⁸ Costa e Silva: Não há ditadura no Brasil. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 17 dez. 1966.

⁷⁹ Esperança vã. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 17 jun. 1967.

⁸⁰ Revolução significa mudança. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 20 abr. 1968.

⁸¹ Revolução prossegue com ato institucional número dois. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 30 e 31 out.1965.

uma vez que ela representava a vontade da nação e não de um grupo de homens. Novamente foi encontrada uma referência ao caráter nacionalista desse movimento, ou seja, o “governo revolucionário” buscava elevar o país, destacando a necessidade do desenvolvimento da nação. Em “Revolução e Desenvolvimento”⁸², de 6 e 7 de novembro de 1965, há também referência a este aspecto.

O jornal *A Cruzada* não manifestou nenhum comentário negativo sobre a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5), afirmou apenas que o presidente decretou este ato com o objetivo de manter a tranquilidade da nação diante das ameaças recentes. Essa visão apareceu em duas matérias – “Imperativo revolucionário decreta recesso do Congresso”⁸³, publicada no dia 14 de dezembro de 1968, um dia após a publicação deste ato, e em “Costa e Silva regulamenta vida política através Ato Institucional –5”⁸⁴, do dia 1 de março de 1969.

Tal como ocorreu nos anos do Estado Novo, os intelectuais também defenderam a extinção dos partidos políticos, sendo favorável ao bipartidarismo. O editorial “Sob a égide do bipartidarismo”⁸⁵ falou que o sistema pluripartidário, que existia até então, não atendia às necessidades da população, haja vista que estava criando uma grande confusão na vida política nacional. Nesse sentido, a extinção dos partidos possibilitaria um sistema político mais rígido, diferente do que havia até então.

Por fim, afirmou que faz “votos para que o Govêrno consiga imprimir uma orientação alta, com vistas aos superiores interesses da democracia nacional.” Tal apoio permaneceu, inclusive, durante o fechamento do Congresso para manter a ordem e a tranquilidade – “Governo fecha o Congresso”⁸⁶. No dia 3 de setembro deste mesmo ano, uma matéria, intitulada como “Heribaldo Vieira retrata situação política brasileira”⁸⁷, defendeu que as medidas tomadas são necessárias em meio ao contexto conturbado que os “governos reformistas” colocaram o Brasil.

É possível ainda destacar que a aproximação desses intelectuais cristãos com os militares tem uma relação com a posição adotada pela hierarquia da Igreja. Em um discurso proferido pelo papa e dirigido a Costa e Silva, que foi comentado pelo jornal – “Paulo VI e Costa e Silva – igreja espera do Brasil”⁸⁸-, notou-se que o Papa Paulo VI salientou os aspectos positivos do Brasil nesse contexto, a exemplo do desenvolvimento da indústria. Afirmou que

⁸² Revolução e Desenvolvimento. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 06 e 07 nov. 1965.

⁸³ Imperativo revolucionário decreta recesso do Congresso. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 14 dez. 1968.

⁸⁴ Costa e Silva regulamenta vida política através Ato institucional-5. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 01 mar. 1969.

⁸⁵ Sob a égide do bipartidarismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 11 e 12 dez. 1965.

⁸⁶ Governo fecha Congresso. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 22 ago. 1966.

⁸⁷ Heribaldo Vieira retrata situação política brasileira *A Cruzada*, Aracaju, p.12, 03 set. 1966.

⁸⁸ Paulo VI e Costa e Silva- igreja espera do Brasil. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 4 fev. 1967.

existem problemas no Brasil, mas estes serão resolvidos com o empenho do presidente, ao mesmo tempo deu ênfase ao caráter cristão do povo brasileiro.

O apoio dado aos militares é visto como uma atitude nacionalista, e aqueles que se posicionaram de forma contrária estão contribuindo para prejudicar o país. Essa postura ficou explícita no artigo intitulado como “Comandante do IV Exército em Aracaju: Exército conta com o apoio do povo”⁸⁹. Este texto reproduz a fala do general Rafael de Souza Aguiar ao afirmar que “os brasileiros são profundamente nacionalistas e jamais participariam de um movimento para prejudicar o Brasil”.

A partir do ano de 1968, identificou-se uma relativa mudança na postura do periódico, não que ele deixe de ser favorável à “Revolução” ou deixe de se colocar enquanto anticomunista, mas, mesmo que de uma maneira sutil, encontrou-se alguns questionamentos a respeito das ações dos militares. Como já foi mencionado, acreditou-se que esse posicionamento esteja relacionado com o novo corpo editorial do jornal, que parece se aproximar, pelo menos em algumas matérias, de uma postura mais progressista dentro da Igreja Católica. É ainda importante mencionar que, neste ano, Luiza Maria Gonçalves esteve à frente da direção do jornal, uma professora e jornalista considerada pelas autoridades como contrária ao regime.

No editorial intitulado como “Unir o povo para a emancipação”⁹⁰, foi encontrado indícios dessa mudança, por meio da afirmação de que o desenvolvimento ocorreu a partir da existência da mobilidade social e de uma liberdade irrestrita e que, no entanto, o que existia no país era o bipartidarismo artificial e imposto para marginalizar as correntes progressistas. Dessa forma, diferente do que deveria existir, os trabalhadores, os jovens e as lideranças econômicas acabavam não participando das grandes questões nacionais.

Diante desse cenário, afirmou-se que é preciso dialogar e abrir o regime para os sentimentos populares, e para as ideias generosas e progressistas, pois são fundamentais para o desenvolvimento do país. Essa necessidade de dialogar aparece também em “O diálogo”⁹¹, editorial do dia 13 de julho de 1968. A ênfase foi dada à necessidade do governo em estabelecer um diálogo com os jovens, já que os governantes não devem agir de maneira isolada; além disso, afirmava que o governo não se faz sem o povo. Portanto, há um questionamento acerca das atitudes dos “revolucionários” e das reformas que não foram realizadas.

⁸⁹ Comandante do IV Exército em Aracaju: Exército conta com o apoio do povo. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 13 jan. 1968.

⁹⁰ Unir o povo para a emancipação. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 20 jan. 1968.

⁹¹ O diálogo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 13 jul. 1968.

Seguindo este contexto, na matéria “Endurecimento?”⁹² questionou-se justamente a respeito do endurecimento que houve por parte do governo, e das reformas ainda não realizadas. Apesar desta postura, o texto também afirmava que confia no governo e nas reformas propostas, mas que elas precisavam ser praticadas e não apenas prometidas.

Existia um mal-estar entre Igreja e Estado no “ano mágico” de 1968, como denominou Daniel Aarão Reis (2008), em parte porque a Igreja acreditava que as reformas sociais prometidas pelos militares ocorriam de forma muito lenta, e que a “Revolução” prometia muita coisa, mas muito pouco foi feito. No artigo “Em torno de uma declaração”⁹³, de autoria de Dom Luciano, apareceu esse mal-estar, pois este fez uma crítica à ideia de que a Igreja não deve interferir em determinados assuntos. Postura semelhante foi encontrada também em “Lugar da Igreja não é na Sacristia”⁹⁴, de 29 de junho de 1968.

Apesar desses aspectos, não é possível afirmar que os militares passaram a ser vistos exclusivamente de maneira negativa, pois isso não aconteceu no discurso do jornal. O regime e os militares continuaram sendo vistos de maneira positiva em algumas matérias e em algumas referências, levando sempre em consideração que as mudanças seriam implantadas no futuro. Reforçando esta leitura, foram identificadas também matérias que comemoram o aniversário da “Revolução”, exaltando sempre a tentativa de restabelecer e melhorar a situação do país.

O apoio aos militares e as relativas críticas permaneceram até o fim do jornal, sendo este apoio evidenciado na coluna que passa a existir no último ano, intitulada como *Panorama Político*. Não tem como saber o autor desta coluna, pois ela é assinada pelo pseudônimo Alpha, e, inclusive, o próprio jornal fala de que este tipo de recurso foi adotado como forma de salvaguardar sua identidade. Na análise das diversas matérias publicadas nesta coluna, constatou-se uma aproximação entre as ideias defendidas no jornal e o “regime revolucionário”, afirmando que este trouxe a paz e a tranquilidade à população.

O editorial do dia 24 de abril de 1970 – “A verdade como ela é”⁹⁵ – afirmava que a corrupção e o suborno no Brasil acabaram criando o contexto para o “movimento revolucionário de 31 de março”. Assim, não seria possível deixar o país livre para a ação dos corruptos, as ações terroristas e os movimentos de esquerda. Em “O trampolim”⁹⁶, da coluna *Panorama Político*, tem-se que, apesar das dificuldades, o presidente Médici tentava devolver a normalidade para o país, diferente dos políticos que continuavam com as mesmas práticas que

⁹² Endurecimento? *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 20 jul. 1968.

⁹³ DUARTE, Luciano. Em torno de uma declaração. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 27 jan. 1968.

⁹⁴ Lugar da Igreja não é na Sacristia. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 29 jun. 1968.

⁹⁵ A verdade como ela é. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 25 abr. 1970.

⁹⁶ O trampolim. *A Cruzada*, Aracaju, p.6, 30 mai. 1970.

perpetuavam no campo político até então, havendo um esvaziamento da ação dos políticos em relação à causa adotada pelo governo. Observa-se, desta forma, que a visão negativa do político profissional no periódico comungava com a visão de desconfiança das autoridades do Regime de 1964.

2.3 Matrizes do pensamento nacionalista entre os intelectuais sergipanos

O nacionalismo foi um tema recorrente nas páginas do jornal *A Cruzada* nos anos que correspondem tanto ao Estado Novo quanto à Ditadura Civil-Militar e, apesar de distinções de um período para o outro, identificou-se nos dois momentos uma forte aproximação com o movimento nacionalista católico, iniciado nas primeiras décadas do século XX. Diante disso, e levando em consideração que o nacionalismo cristão foi uma das matrizes do anticomunismo brasileiro, como já mencionado anteriormente, o objetivo principal deste tópico foi desenvolver uma análise sobre a forma como uma parcela considerável do clero conservador sergipano tratou deste assunto nas páginas do semanário.

Buscou-se, também, identificar as diversas vertentes político-ideológicas que influenciaram o pensamento nacionalista destes intelectuais cristãos. O movimento nacionalista brasileiro foi influenciado por uma perspectiva marcadamente católica, como salientam Oliveira (1990) e Beired (2007), tendo como principais nomes no cenário nacional: Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Na leitura e análise das fontes, foi possível reconhecer a influência desses autores no pensamento dos intelectuais cristãos de *A Cruzada*. Durante o Estado Novo, as referências a esses autores foram ainda mais claras e diretas, o que não ocorreu no período da Ditadura Civil-Militar, no entanto, tal perspectiva permaneceu implícita no discurso jornalístico deste semanário.

Nos dois períodos analisados, o discurso possuiu uma vinculação precisa com o nacionalismo propagado pelos governos ditatoriais, à medida que transparece a associação entre autoritarismo e nacionalismo. Além disso, tanto na ditadura varguista como na ditadura iniciada em 1964, houve uma forte presença do Estado na sociedade, e este interferiu, através de sua classe dirigente, na cultura do país, na tentativa de se construir uma “modernização conservadora”⁹⁷.

⁹⁷ Ao refletir sobre esse conceito Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que a “modernização conservadora e autoritária” pode ser entendida como um modo de fazer mudanças na base da conservação, ou seja, processos de mudanças contraditórios em que o novo negocia com o velho. Para este autor esse processo teve momentos culminantes nas duas grandes ditaduras brasileiras do século XX, o Estado Novo e o regime militar. O propósito modernizador conservador, especificamente, deve ser visto como uma perspectiva econômica e administrativa que visava o crescimento, a aceleração da industrialização e a melhoria da máquina estatal. “Certos aspectos

Levando em consideração que o principal objetivo foi desenvolver uma análise comparativa, é importante salientar que existem diferenças entre o discurso nacionalista da década de 1930-40 e o da década de 1960. Durante o Estado Novo, o discurso do jornal *A Cruzada* se apresentava, nas matérias analisadas, próximo das ideias integralistas e até mesmo fascistas, apresentando uma necessidade em manter a autonomia do Brasil, afirmando, inclusive, que o afastamento do comunismo auxiliaria nesse processo de valorização do nacional.

Já após o ano de 1965, notou-se que o discurso nacionalista do periódico se vinculou aos ideais dos militares, apresentando-se como militarista. Justamente por isso, a ideia de nação defendida pelos intelectuais católicos está muito próxima da defendida pelos responsáveis do golpe civil-militar de 1964. Chamou a atenção a forma como o jornal buscou livrar o país do caos e do comunismo, sendo os militares os principais responsáveis por esta tarefa. Portanto, o comunista também foi visto como opositor dos interesses nacionais.

Nos discursos produzidos no periódico, a perspectiva cristã estava presente nos dois momentos. Existia, assim, uma influência do nacionalismo católico, que, tal como Lúcia Luppi Oliveira (1990) salienta, marcou intensamente o pensamento nacional da Primeira República brasileira. Nas primeiras décadas do século XX, vários autores se destacaram nesse movimento, entre eles é possível citar Álvaro Bomilcar, que fundou a revista *Brazílea* de cunho nacionalista, a qual contava com a colaboração de Jackson de Figueiredo.

Nesta revista a religião e a moral eram vistas como alicerces da pátria, já o nacionalismo era visto como a luta contra os portugueses e a valorização da mestiçagem para a formação do Brasil. Para além da relação entre Igreja e nacionalismo, de acordo com Luppi Oliveira (1990), a revista também se colocava em defesa da nacionalização do comércio e da imprensa.

Ainda para Oliveira (1990, p.150), outras revistas e movimentos podem ser citados como produtores do “nacionalismo militante” católico, como a revista *Gil Blas*, a *Propaganda Nativista*, o Centro D. Vital, a revista *A Ordem* e o *Movimento Integralista*. Outro nome fundamental para pensar esse movimento foi Alcebiades Delamare, principal nome da revista *Gil Blas*. Nesse sentido, ele acreditava que

o nacionalismo é Deus e Pátria [...]. “O nacionalismo dominará o Brasil – como o Fascismo empolgou a Itália, como o Riverismo absorveu a Espanha – no dia em que todos se convençam de que o catolicismo é a única força capaz de dirigir e governar

tradicionais do comportamento político (principalmente dos grupos dirigentes brasileiros) se reproduziram durante o regime militar, em especial a tendências à conciliação e acomodação, estratégia utilizada para evitar conflitos agudos, e o personalismo, entendido como prática arraigada de privilegiar laços e fidelidades pessoais em detrimento de normas universais” (MOTTA, 2014, p.22). Tendências estas que marcam aquilo que o autor chama de “cultura política” brasileira. (MOTTA, 2013, p.27).

o Brasil. Sem catolicismo não há, nem pode haver, nacionalismo” (OLIVEIRA, 1990, p.153).

Foi justamente por este movimento católico nacional que os intelectuais do periódico *A Cruzada* foram influenciados, afinal, grande parte do que foi observado no seu discurso coincide com esse movimento das primeiras décadas do século XX. De acordo com o que foi citado, percebeu-se que existe um pensamento que une catolicismo, nacionalismo e autoritarismo, bem como uma perspectiva de aceitação do fascismo, como será visto adiante.

Para estes intelectuais cristãos, a Igreja Católica tinha um importante papel na formação da nacionalidade, dada a formação religiosa do Brasil. Um dos primeiros autores a falar sobre esse aspecto foi Júlio Maria⁹⁸, no texto *Memória sobre a Igreja*, escrito em 1900, que foi citado por Oliveira (1990), e tratou da relação entre Igreja e Estado no período republicano: “O início e o desenvolvimento da nossa nacionalidade, a formação da pátria, as lutas coloniais, a educação do povo, os usos e costumes – tudo isso está identificado com as crenças religiosas dos nossos antepassados” (OLIVEIRA, 1900, p. 164). Ainda para o autor citado, a crença e a fé constituiriam a alma da nação.

Oliveira (1990) fala ainda sobre a existência de uma linha de continuidade do nacionalismo, que une autores como Álvaro Bomilcar, Alcebíades Delamare e Jackson de Figueiredo, destacando as alterações significativas entre eles. Tal movimento parte de uma posição nacionalista com fortes preocupações políticas, como em Bomilcar e Delamare, para chegar a uma postura mais católica e universitária com Jackson de Figueiredo. Todavia, todos relacionam nacionalismo e catolicismo. Notou-se que foi justamente este último autor que uniu o nacionalismo de Bomilcar com o catolicismo oficial, tendo se destacado nesse cenário na década de 1920. Com a morte prematura de Figueiredo em 1928, Alceu Amoroso Lima se tornou o principal intelectual católico brasileiro, assumindo a direção do Centro D. Vital e da revista *A Ordem* (BEIRED, 2007, p.128).

Foi fundamental levar em consideração que o nacionalismo presente no discurso católico apresenta características muito singulares. No plano nacional, pode ser visto como o caminho do Brasil para se chegar a cristandade, caminho este que foi em diversos momentos ameaçado por ideias vistas antes de tudo como vícios, a exemplo do comunismo e do liberalismo: “à Igreja cabia a vigilância, a cruzada restauradora” (OLIVEIRA, 1990, p.174).

⁹⁸ É importante destacar que foi encontrado no jornal *A Cruzada*, em 10 de fevereiro de 1945, um artigo intitulado “Desaparece uma das mais expressivas figuras do clero brasileiro”, que faz referência a este padre. Nesta ocasião fala de sua morte e da importância de sua obra para a Igreja Católica brasileira.

Tanto Jackson de Figueiredo como Alceu Amoroso Lima influenciaram o viés nacionalista adotado pelo jornal, sendo citados em alguns momentos. A respeito desses dois nomes, Beired (2007) faz uma distinção ao afirmar que Figueiredo aderiu a uma concepção tradicionalista, com suas reflexões mais voltadas para o público intelectual, enquanto Alceu Amoroso Lima possuía uma visão católica de mundo mais moderna e aberta às transformações históricas, indo além dos interesses dos intelectuais tradicionalistas.

Para Figueiredo, era fundamental pensar a pátria brasileira relacionada à fé católica, como nos lembra Oliveira (1990), aspecto este que foi a marca do pensamento nacional dos intelectuais de *A Cruzada*. Com base nisso, ele possui várias obras, como os livros *Afirmações* (1921), *A reação do bom senso* (1922) e *A coluna de fogo* (1925); escreveu também em jornais como a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*. Sua conversão ao catolicismo aconteceu apenas em 1918 e, nesse momento, assumiu uma postura favorável aos últimos governos da Primeira República e contrária aos movimentos liberais ou de contestação da época: “como demonstração positiva de sua posição anti-revolucionária, ou antes, contra-revolucionária, lançou a sua revolução, uma revolução espiritual, contra o catolicismo burguês, hereditário e convencional” (OLIVEIRA, 1990, p.167).

Em sua postura nacionalista, sobressaiu o conteúdo moralista, que visava retirar da nação os vícios que a corrompiam. Este pensamento é muito próximo do que foi identificado no periódico, já que o comunismo também é visto como o principal vício que deveria ser combatido. Oliveira (1990), ao falar do pensamento de Figueiredo acerca do nacional, destacou que ele foi um intelectual que buscou evidenciar a compatibilidade entre a elite e a nação, ou seja, cabia a elite desenvolver a nação, guiando a sociedade para o progresso. Sobre esse aspecto não foram encontradas referências no discurso de *A Cruzada*.

Tal perspectiva nacionalista de Jackson de Figueiredo ficou evidente no livro *A reação do bom senso*, publicado em 1922⁹⁹. Este tratou de uma junção de vários artigos publicados em *O jornal* entre 1921 e 1922. Vários aspectos podem ser destacados nesses textos, entre os quais é possível citar: o caráter religioso, a defesa da hierarquia da Igreja, a aproximação com os militares, a reprovação dos militares revolucionários, as eleições presidenciais, dando ênfase para as figuras de Nilo Peçanha e de Arthur Bernardes. Todavia, importa destacar o aspecto nacionalista que foi identificado. Assim, ele nega que o nacionalismo brasileiro seja uma “neurose” consequência da guerra, e pede que “deixe-nos, a nós, catholicos, que nos guiemos

⁹⁹ Das obras deste autor a mais significativa sobre o nacionalismo foi *Do Nacionalismo na Hora Presente*, publicada em 1921. Entretanto, infelizmente não foi possível ter acesso a tal obra.

pelos conselhos da Igreja. Deixe-nos, a nós, nacionalistas, no gozo dos nossos ideais. Eles ainda não mataram ninguém” (FIGUEIREDO, 1922, p.53).

Apesar de nem sempre tratar desse assunto de forma explícita, percebeu-se que a nação é o centro de sua preocupação, estando presente nos mais diversos assuntos. Relacionado sempre, evidentemente, ao viés cristão. Ficou nítido ainda que Figueiredo (1922, p.69) se identifica com uma postura mais conservadora a respeito da forma como a nação é pensada. Justamente por isso ele afirmou ser um “bernardista”¹⁰⁰ pois este representava as “forças conservadoras da nação”.

Ainda de acordo com Oliveira (1990), citando as palavras de Iglesias, Jackson de Figueiredo relacionou o nacionalismo com o passado católico, sendo esta tradição ameaçada pelo protestantismo, pelos ianques e pela invasão da maçonaria e do judaísmo. Diante disso, como será destacado mais adiante, foi observado que tais preocupações também estão presentes no discurso dos intelectuais católicos responsáveis pela produção deste jornal.

Foi possível identificar várias menções a Jackson de Figueiredo nas folhas do periódico *A Cruzada*. Na sessão intitulada “Coluna Mariana”¹⁰¹, de 20 de novembro de 1938, escrita por José Ferreira Lima, notou-se uma referência explícita a este intelectual católico, ao afirmar que a juventude sergipana devia seguir a voz de comando deste que combateu fortemente o materialismo e o evolucionismo.

Além disso, o jornal fez também algumas homenagens para ele nos aniversários de sua morte. Um exemplo é a matéria publicada no dia 6 de novembro de 1938, intitulada “Jackson – O grande herói de fé”¹⁰². Foi, desta forma, chamado pelo jornal de “um herói de fé”, pois era visto como um homem que estava integrado ao espírito da Igreja, deixou importantes obras, sendo destacadas aquelas desenvolvidas no Centro D. Vital, sempre a serviço da Igreja e da verdade.

Outro nome importante que influenciou o discurso do jornal foi Tristão de Ataíde, um pseudônimo para Alceu Amoroso Lima, importante intelectual católico de influência no cenário nacional. Em “Tristão de Ataíde fixa a posição do intelectual, ante os problemas da hora presente”¹⁰³, foi reproduzida uma declaração deste intelectual, em que ele afirmava que o nazismo, o fascismo e o comunismo privam os homens da liberdade, pois possuem a mesma

¹⁰⁰ Ficou conhecido como “bernardista” aquele favorável a candidatura de Arthur Bernardes em oposição a Nilo Peçanha.

¹⁰¹ *A Cruzada*, Aracaju, p.6, 20 nov. 1938.

¹⁰² Jackson – O grande herói de fé. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 6 nov. 1938.

¹⁰³ Tristão de Ataíde fixa a posição do intelectual, ante os problemas da hora presente. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 26 jul. 1942.

ideologia totalitária. Interessante é pensar que o posicionamento do jornal sobre o fascismo italiano mudava sensivelmente, uma vez que este é colocado como um movimento cristão e, por esse motivo, tinha sido muito valorizado. Entretanto, esse fato não impede que em determinadas matérias o tom mudasse, e este passasse a ser criticado por ser de caráter totalitário¹⁰⁴.

Alceu Amoroso Lima buscou integrar o catolicismo ao período moderno, ou seja, para ele, seria plenamente possível pensar uma relação entre a estrutura religiosa e uma literatura influenciada pelo movimento mais moderno de renovação dos espíritos. O mundo moderno deveria ser pensado a partir do embate de dois tipos de civilizações, sendo uma marcada pela renovação espiritual do mundo e outra construída a partir do materialismo (OLIVEIRA, 1990). Dessa forma, percebeu-se que apesar de ser identificado como um autor próximo do mundo moderno, ele combateu as ideias materialistas, uma vez que valoriza o espírito cristão. Foi crítico dos Estados Unidos, chegando ao ponto de pregar o afastamento do estrangeiro e do mundo material, como bem salienta Oliveira (1990). Assim, caberia ao Brasil não aceitar as tradições norte-americanas e entender sua própria tradição moral, religiosa e social, postura que também foi identificada no discurso do jornal *A Cruzada*.

2.3.1 Nacionalismo e a esperança do Integralismo

Apesar do semanário *A Cruzada* ter um discurso marcadamente católico, foi importante levar em consideração o seu tom nacionalista, pois através deste campo mais político descobriu-se uma certa afinidade com uma postura de tendência conservadora e de extrema-direita, a exemplo do destaque dado a figura de Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira (AIB). Essa postura só aparece no período correspondente ao Estado Novo, entretanto, deve-se discutir seu significado para o discurso religioso.

O movimento integralista foi nacionalista com fortes aspirações religiosas, e, para além disso, foi também um movimento de tendência fascista, considerado o primeiro da América Latina, como destaca Beired (2007): “conhecidos como camisas-verdes – cor predominante na bandeira brasileira e expressão de nacionalismo –, utilizavam inúmeros rituais, símbolos,

¹⁰⁴ O Fascismo tem um tom positivo em matérias como O Tratado de Latrão – *A Cruzada* de 05/03/1938; Uma frase célebre de Mussolini – *A Cruzada* de 27/11/1938; Uma palavra de Mussolini – *A Cruzada* de 04/12/1938; Os evangelhos oficializados como livro escolar na Itália – *A Cruzada* de 20/06/1937; Um grande projeto aprovado pela Câmara Italiana – *A Cruzada* de 29/08/1937. Já em outras matérias, ele foi visto de maneira negativa, como em A voz do Vaticano – *A Cruzada* de 20/06/1937. O comunismo e nazi-fascismo- *A Cruzada* de 30/07/1944; Com a Rússia sim, não com o comunismo- *A Cruzada* de 30/07/1944.

uniformes e métodos de socialização inspirados nos fascismos europeus” (BEIRED, 2007, p.129).

Com a análise desta imprensa cristã, pode-se afirmar que Plínio Salgado e o Integralismo influenciaram enormemente o discurso dos intelectuais católicos responsáveis pela sua produção. Nesse sentido, não é possível deixar de considerar a questão nacional no pensamento deste indivíduo. Dessa forma, ficou explícito na matéria intitulada “Baluarte contra o materialismo e o comunismo”¹⁰⁵, de 11 de julho de 1937, que o integralismo era uma esperança para os católicos no combate ao materialismo e ao comunismo.

Outra referência positiva do Integralismo e de Plínio Salgado apareceu na matéria “A margem dos acontecimentos”¹⁰⁶, de autoria do padre Manoel Soares. O comunismo deve ser visto como algo real, mas apesar disso muitos buscam negar, apontando para o integralismo como uma forma de se desviar do comunismo. A partir do que foi exposto, destaca-se que o integralismo é visto como um “pseudoinimigo”, ou seja, um falso inimigo, já que o verdadeiro inimigo seria o comunista.

Os seus principais líderes têm uma ligação de proximidade com a Igreja Católica, como comprova a matéria “O catolicismo e os integralistas”: Resposta ao artigo de Murilo Mendes”¹⁰⁷, de Tasso da Silveira. Neste texto, o autor afirma que é um grave erro um católico se opor ao movimento integralista:

Ergue-se o Integralismo que, afirmando o sentido transcendente da vida, faz do pensamento de Deus o eixo de sua filosofia política, econômica e social, proclama a preeminência do espírito sobre a matéria, defende a inviolabilidade da pessoa humana, declara sagrado o trabalho do homem, fundamenta em princípios inabaláveis as ideias de Pátria e de Família.

Os vínculos entre o nacionalismo defendido pelos intelectuais católicos responsáveis pelo semanário *A Cruzada* e o movimento integralista ficaram evidenciados em uma matéria intitulada “Nacionalismo”¹⁰⁸, sendo esta uma reprodução de um texto do próprio Plínio Salgado. Aqui se chamava a atenção para a construção do nacionalismo no Integralismo, afirmando que ele absorveu muita coisa de outros grupos que tiveram vida curta e foram extintos, mas que se mantém firme na batalha. O seu nacionalismo foi construído com muita paciência, segurança e sofrimento, além de incompreensão e perseguições. Por fim, ele afirma que

¹⁰⁵ Baluarte contra o materialismo e o comunismo. *A Cruzada*, Aracaju p.2, 11 jul. 1937.

¹⁰⁶ A margem dos acontecimentos. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 08 ago. 1937.

¹⁰⁷ “O catolicismo e os integralistas”: Resposta ao artigo de Murilo Mendes. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 29 ago. 1937.

¹⁰⁸ Nacionalismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 05 dez. 1937.

o meu nacionalismo está cheio de Deus e é sedento de justiça; o meu nacionalismo não é reacionário, porém, revolucionário; o meu nacionalismo não é uma atitude literária: é um drama, é uma tragédia, é a interpretação das angústias de um povo e das aspirações supremas de uma Nacionalidade.

Deve-se ainda salientar que a Ação Integralista Brasileira foi, com frequência, contrária ao liberalismo, sendo o fator materialista o principal motivo de tal oposição. Nesse sentido, Motta (2000) nos ajuda a refletir ao afirmar que

segundo esta linha de raciocínio, os integralistas consideravam que a luta pelo ideal de uma sociedade harmônica, sem conflitos, dirigida por um Estado integral que garantisse os valores supremos “Deus, Pátria e Família”, passava necessariamente pela destruição de liberalismo e comunismo (MOTTA, p.29, 2000).

Mesmo após o fechamento da Ação Integralista Brasileira pelo então presidente Getúlio Vargas, o jornal continuou trazendo em suas matérias referências ao Plínio Salgado, como ficou evidente na matéria “Associação Brasileira de Cultura”¹⁰⁹, que fala sobre os estatutos da Associação Brasileira de Cultura que vinha substituir a AIB. É importante mencionar que a AIB foi extinta após Getúlio Vargas proibir a existência de qualquer agremiação política em novembro de 1937.

Observa-se que, a partir de 1942, o discurso e, inclusive, a frequência de citações a respeito do integralismo e de seu principal chefe mudou sensivelmente, tomando um posicionamento mais crítico, como exemplo dessa postura é apresentada a matéria “A propósito de uma nota”¹¹⁰, publicada no dia 21 de junho de 1942. O autor (anônimo) afirmava ser contra o levante da Guanabara realizado por membros “exaltados” do integralismo, pois a Igreja é contra todos os tipos de revolta e prega o princípio da autoridade.

Postura semelhante aparece também em “O Nordeste, Quinta Coluna e A Cruzada”¹¹¹, ao afirmar que se o jornal *A Cruzada* deve ser reprimido por, em um momento confuso da história do Brasil, ter aplaudido algumas atitudes dos integralistas, merece igualmente grande parte da população, inclusive, homens do governo, do Exército e da Marinha. Salienta, ainda, que pode até ter havido alguns padres integralistas, mas que esta não foi a orientação da Igreja Católica como um todo. Afirmava, nesse sentido, que nunca ligou seu destino a este movimento, pois, acima de tudo, creem na Igreja de Cristo.

Em “Ao povo sergipano”¹¹² afirmou-se que o jornal *A Cruzada* não prestigiou a “ação nefasta” do integralismo e que o clero nunca se converteu ao integralismo. O que houve foi uma

¹⁰⁹ Associação Brasileira de Cultura. *A Cruzada*, Aracaju, p.6, 16 jan. 1938.

¹¹⁰ A Propósito de uma nota... *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 21 jun. 1942.

¹¹¹ “O Nordeste”, Quinta Coluna e “A Cruzada”. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 17 mai. 1942.

¹¹² Ao Povo Sergipano. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 24 mai. 1942.

relativa aproximação entre a Igreja Católica e o Integralismo em um momento em que sua doutrina passava uma relativa segurança para o país. Diante disso, fez-se uma distinção entre três posturas diferentes da Igreja frente a este movimento: aqueles que por motivo pessoal aderiram ao movimento, aqueles que o combateram e aqueles que olhavam com certa simpatia, mas sempre com receios e apreensões.

De um modo geral, o nacionalismo está presente em matérias de natureza diversa, aparecendo ora de maneira explícita, ora de maneira implícita. Em uma matéria do dia 12 de abril de 1942, intitulada “Ação nacionalizadora”¹¹³, transcrita do jornal *O Nordeste*, notou-se uma ênfase na postura nacionalizadora do clero brasileiro, bem como do próprio Getúlio Vargas, afirmando, inclusive, que o presidente já reconheceu a importância dada pela Igreja as causas nacionais. Assim, afirmava que “a ação nacionalizadora da Igreja no Brasil é um fato histórico da mais alta significação.”

O nacionalismo está ainda muito próximo da postura anticomunista, sendo tal postura exemplificada no artigo de 20 de fevereiro de 1938, intitulado “Nacionalismo”¹¹⁴ e assinado por L. G., nele sobressaiu a ideia de que o brasileiro não possui interesse pelos fatos e problemas nacionais. Inclusive, critica aqueles que eles chamam de nacionalistas de “meia cara” que pregam contra o comunismo, mas que até pouco tempo antes andavam de mãos dadas com eles. L.G. defende, portanto, que é preciso que se desenvolva no Brasil um verdadeiro nacionalismo, que esteja de fato interessado nas ameaças que ele sofre e disposto a defendê-lo. Assim, o país precisa ir além de um nacionalismo imposto pelo novo regime e por decretos e leis, para voltar-se à valorização de uma ação político-religiosa fundada no nacionalismo cristão.

2.3.2 1964: Nacionalismo, militarismo e autoritarismo no jornal *A Cruzada*

Durante o período que corresponde a Ditadura Civil-Militar, o tom nacionalista foi sensivelmente modificado, inclusive com relação à frequência em que ele aparece no periódico, ou seja, já não era o mesmo da época passada. Não foi mais possível identificar referências ao liberalismo, ao integralismo e mesmo referências diretas aos intelectuais que estavam presentes em seu discurso religioso.

Apesar disso, a influência desses intelectuais cristãos não deixou de existir, haja vista que continua havendo uma forte relação entre o discurso nacionalista e o discurso religioso e a forma como eles estão interligados. Essa nova fase foi marcada pela presença do militarismo

¹¹³ Ação nacionalizadora. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 12 abr. 1942.

¹¹⁴ Nacionalismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 20 fev. 1938.

nos discursos desses intelectuais responsáveis pela produção deste periódico católico. Percebeu-se isso à medida que os militares foram vistos como centrais para a resolução dos problemas nacionais, uma vez que iriam reestruturar a ordem do país. Então, mesmo com intelectuais vinculados a grupos mais progressistas, como demonstrado anteriormente, há um diálogo entre as ideias desses cristãos e dos militares. Dessa forma, nesse momento o discurso de *A Cruzada*, além de ter sido influenciado por uma perspectiva católica, foi influenciado por um militarismo, no qual o sistema de governo está muito próximo dos militares.

Segundo Gianfranco Pasquino (1998), o militarismo pode ser visto como “um vasto conjunto de hábitos, interesses, ações e pensamentos associados com o uso das armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares” (PASQUINO, 1998, p.748). Mais que isso, ele possui objetivos ilimitados, pois visa estar presente em toda a sociedade, até mesmo na indústria e na arte, fazendo com que as forças armadas tenham uma superioridade sobre o governo. Em outras palavras, para que haja uma predominância do poder militar sobre o civil na sociedade. A existência de um regime militar no Brasil surgiu a partir daquilo que este autor chama de “profissionalização dos militares” – possível a partir da criação das escolas de alta especialização –, pois fez com que eles diversificassem suas aptidões e aumentassem o conhecimento em sua área específica.

A criação de escolas de alta especialização para os oficiais do Estado-maior formou, nos anos 50, em alguns países, mormente no Brasil e no Peru, mas também na Argentina e no Chile, um sólido grupo de oficiais com uma preparação política, econômica e sociológica e, em sentido mais amplo, técnica, que não tinha nada a invejar à preparação alcançada pelos civis nos centros universitários. A comum experiência da aprendizagem criou, além disso, em muitos oficiais um forte sentimento de solidariedade (PASQUINO, 1998, p.753).

Encontrava-se com frequência no corpo do jornal *A Cruzada* a reprodução de matérias de militares, sejam eles os presidentes ou nomes importantes das Forças Armadas. Como exemplo é possível mencionar a reprodução de um discurso do presidente Castelo Branco, no qual ele fala de seu objetivo em reestruturar a vida nacional, sendo que todas as realizações necessárias para o Brasil devem ser feitas sem radicalização, com o apoio do povo e, principalmente, para o bem comum da nação.

A aproximação entre as ideias destes intelectuais e os discursos dos primeiros anos do golpe ficaram evidenciadas nas matérias: “para suprimir a paz, Castelo não admite radicalização”¹¹⁵, dos dias 13 e 14 de novembro de 1965, e em “Liderança e

¹¹⁵ Para suprimir a paz, Castelo não admite radicalização. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 13 e 14 nov. 1965.

desenvolvimento”¹¹⁶. Este último texto deu ênfase para a forma como esse novo governo assumiu o papel de ser uma liderança nacional interessada no desenvolvimento nacional. Nesse sentido, ficou evidente a importância atribuída aos militares na reconstrução do país.

Ainda em “Estudantes diferentes”, editorial publicado no dia 8 de março de 1969¹¹⁷, fala que os problemas do país não serão resolvidos de forma tão imediata, sendo os “militares revolucionários” personagens centrais nesse cenário. Assim, estes militares vêm realizando as medidas necessárias para a resolução dos problemas, citando os atos institucionais e complementares como exemplos de tais medidas. Ao fim deste editorial aponta, inclusive, ao falar sobre o papel dos estudantes, para a necessidade dos militares se fazerem presentes nas universidades. Na matéria intitulada como “Dupla despedida”, do dia 7 de março de 1970¹¹⁸, foi possível identificar novamente a ênfase dada aos militares na conjuntura nacional, sendo eles os responsáveis pela paz e tranquilidade do povo brasileiro.

EDITORIAL

Dupla Despedida

Elogiar os homens que estão no poder é coisa corriqueira. Alguns merecem, realmente, elogios.

O melhor, porém, é elogiar quem não ocupa mais cargo de destaque, mas continua a merecer a admiração, a confiança e o respeito dos conhecedores que com eles convivem.

É isso o que será feito através deste editorial, sem subserviência, porém, num ato de justiça, pois é dever de qualquer consciência bem formada, reconhecer os méritos de outrem.

Nos dias que correm, tanto na esfera nacional quanto internacional, os militares vêm ocupando lugar de destaque, pelas mais diversas razões. Para eles se votam, naturalmente, as atenções dos cidadãos que não têm os guardiões da ordem, a garantia do poder e os defensores da Pátria.

Encarando os militares como forças, com base na hierarquia e na disciplina, o povo deles espera o cumprimento do dever, para a paz e tranquilidade de todos.

Foi isto, sem dúvida, o que as presenças do Coronel Italo Diogo Tavares e Glidáseo Barbosa Mattos produziram em Sergipe, há pouco mais de 2 anos.

Comandando o 28º BC da guarnição federal de Aracaju, numa difícil fase do momento histórico brasileiro, o Coronel Italo Diogo Tavares se distinguiu por um comportamento elevado e patriótico, levando a bom termo sua difícil missão, em conjuntura bem delicada, com serenidade, segurança e espírito humanitário.

Trabalhando duramente, manteve-se equidistante das paixões que sacodem os ânimos. Jamais se envolveu em política nem se deixou envolver nas manobras dos políticos. Recebendo bem a todos, com aquela polidez que lhe é peculiar, e também com a reserva e discrição que o momento impunha, o ex-Comandante do 28º BC se credenciou à admiração dos sergipanos que verão nele, sempre, um brasileiro de boa vontade, um cumpridor dos seus deveres, um cidadão que deixou o exemplo de como se haver em situações de emergência e horas difíceis.

O Coronel Glidáseo Barbosa de Mattos é a outra figura de militar que se destacou no cenário sergipano.

Chamado a colaborar com o governo Lourival Baptista em uma fase, também difícil, esteve à altura do cargo de Comandante da Polícia Militar de Sergipe que lhe reestruturou, humanizou, dignificou e promoveu.

No momento em que os ânimos se exaltavam, e Sergipe ameaçava mergulhar na antiga convulsão política, foi elevado ao cargo de Secretário de Segurança, dando o maior apoio ao governo que se via a braços com um difícil problema.

Seguro, tranquilo, começou uma obra que desagradou, sobretudo, aos políticos. Acabaram-se as transferências de delegados e deslocamentos e os “coroneis políticos” viram seu poder reduzido às devidas proporções.

A Polícia e os policiais que, até então, não passavam de joguete dos interesses dos donos da política, passaram a contar em si mesmos, e a saber-se respeitados. Daí, a estíme que todos viraram pelo Coronel Glidáseo Barbosa que marcou sua passagem por esses dois cargos, com as maiores realizações para as quais conseguiu o apoio financeiro do Governador Lourival Baptista.

Foi lutando e batalhando que lhe arrancou, um a um, os benefícios, melhoramentos e inovações que fizeram da Polícia Militar de Sergipe uma das entidades modelares entre suas congêneres.

Acumulando os dois cargos, deixou o de Secretário de Segurança em obediência a um dispositivo legal. Aa honra de Secretário de Estado, preferiu o título de Comandante da Polícia Militar, onde desenvolveu um trabalho de promoção humana, conhecido de todos.

Glidáseo Barbosa de Mattos é um oficial do Exército Brasileiro que jamais foi político ou pretendu cargos políticos. Sua estrutura militar lhe infundia repulsa pelas armas usadas pelos políticos e desde o término do ano de 1969, manifestou-lhe o desejo de. Do logo terminasse sua obra na Polícia Militar, retornar às fileiras do Exército em cujo Estado Maior pretende ingressar: após os devidos estudos e estudos.

Assim, de uma vez, Sergipe vê a saída de dois valerosos soldados que pautaram sua conduta, seus atos e atitudes pelos exemplos do grande soldado Duque de Caxias, o protótipo do brasileiro que sempre colocou a Pátria e seus interesses acima das conseqüências e interesses pessoais, grupais e políticos.

Figura 8

Matéria do jornal *A Cruzada* –Dupla despedida. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 07 mar. 1970.

Arquivo: Biblioteca Epifânio Dórea

Para compreender melhor a forma como o nacionalismo aparece no segundo momento analisado deve-se refletir um pouco sobre o pensamento nacionalista dos militares das décadas de 1950 e 1960. No contexto destas décadas, o termo nacionalismo está muito presente no debate político, sendo utilizada por diversas correntes. Como bem salienta José Pedro Kunhavalik (2009, p.18), desses grupos que adotaram perspectivas nacionalista têm-se aqueles que: defenderam um desenvolvimento econômico controlado pelo Estado; a necessidade do

¹¹⁶ Liderança e desenvolvimento. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 13 e 14 nov. 1965.

¹¹⁷ Estudantes diferentes. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 08 mar. 1969.

¹¹⁸ Dupla despedida. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 07 mar. 1970.

diálogo entre desenvolvimento da economia e reformas sociais; chamavam atenção para a necessidade do Estado investir diretamente em setores estratégicos; tinham também grupos contrários ao investimento de empresas estrangeiras no Brasil; bem como aqueles que defendiam que o Brasil não deveria ser subordinado aos Estados Unidos. Nesse sentido, com a análise do jornal *A Cruzada* foi possível identificar alguns aspectos que nortearam o pensamento desses militares nacionalistas, uma vez que tal discurso é, em alguma medida, defendido pelos intelectuais cristãos deste periódico.

Já foi demonstrado no tópico anterior a aproximação entre os responsáveis por esse jornal e os militares, todavia, no discurso do jornal, mesmo que implicitamente, houve um grande foco na necessidade de um desenvolvimento nacional, sendo os militares os mais capacitados para possibilitar este desenvolvimento. Assim, há uma forte relação entre o nacionalismo e os militares. Uma das justificativas dadas para a “Revolução de 1964” foi justamente a necessidade de salvar o país, principalmente dos comunistas que, não se pode deixar de mencionar, são sempre colocados como estrangeiros.

Percebeu-se que o apoio dado ao governo “revolucionário” perpassou pela necessidade de reconstruir a nação brasileira e ao papel chave que os militares possuíam nessa tarefa. Justamente por isso que as medidas adotadas pelo regime são justificadas, pois são antes de qualquer coisa patrióticas. É o que se nota na matéria “Heribaldo Vieira retrata situação política brasileira”¹¹⁹, do dia 3 de setembro de 1966, ao afirmar que,

todas as restrições por mais válidas que sejam à obra heroica, serena e austera de salvação nacional dos que a qualquer preço estão empenhados na tarefa patriótica de reconstruir o Brasil, todas as críticas formalísticas, residuais, subjetivas e doutrinárias se amesquinham, perdem o sentido e se desatualizam, se olharmos o problema na dureza de sua contextura material, como realmente ele se apresenta no tempo e no espaço.

Em “Nativismo, ufanismo e nacionalismo”¹²⁰, de 28 de outubro de 1967, o nacionalismo foi percebido como uma tomada de consciência da realidade brasileira e a tentativa de superá-la. Dessa forma, ele deve ser visto como algo que deve atingir a todos os setores do pensamento brasileiro, sendo que começou a se firmar principalmente a partir da Revolução ocorrida em 1930 com todas as transformações por que passava a sociedade brasileira. Seria ainda sinônimo de fé e esperança.

“Jamais assinaria um documento que desabonasse meu brio militar”, do dia 7 de setembro de 1968¹²¹ trouxe uma entrevista do comandante da polícia militar de Sergipe, Cel.

¹¹⁹ Heribaldo Vieira retrata situação política brasileira *A Cruzada*, Aracaju, p.12, 03 set. 1966.

¹²⁰ Nativismo, ufanismo e nacionalismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 28 out. 1967.

¹²¹ Jamais assinaria um documento que desabonasse meu brio militar. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 07 set. 1968.

nação. Ao falar sobre o atual governo, afirmou que “em suas mãos se acham os instrumentos de coerção suficientes para eliminar toda resistência contrária ao progresso e bem-estar do país. Por isso, mesmo a responsabilidade deste governo é das mais graves, perante o futuro da Nação”.

Dada a importância das ideias “revolucionárias” para a perspectiva nacional adotada pelo jornal *A Cruzada*, é possível ainda afirmar que, de acordo com as fontes analisadas, as pessoas contrárias à “Revolução” não seriam nacionalistas, uma vez que estariam indo de encontro aos interesses da nação, e os nacionalistas não fariam nada para prejudicar a nação.

Outro aspecto importante, foi a ênfase dada ao apoio que o povo fornecia às ações do exército, tudo em nome da nação. Neste contexto, os principais opositores dos nacionalistas seriam justamente os comunistas, pois são sempre colocados como indivíduos que não possuem interesse pelas ideias nacionais. O discurso nacionalista condenou os comunistas, e os afastaram das preocupações com os interesses nacionais. Existiu, portanto, um discurso de negação de ideias vindas de fora, sendo necessária uma criação nacional tanto no aspecto político, cultural e econômico.

Por fim, diante da análise desenvolvida, observou-se um uso constante no discurso da imprensa cristã acerca do termo nacionalismo, estando intrinsicamente ligada ao catolicismo e ao anticomunismo. Assim, foi utilizado como uma ferramenta para manter a população próxima dos interesses da Igreja Católica. Nesse contexto, ser nacionalista significou, dentre outras coisas, defender um desenvolvimento econômico autônomo, mesmo que para isso fosse preciso se afastar das ideias desenvolvidas pelos norte-americanos; defender a independência do país; no primeiro momento, ir de encontro as ideias liberais; ir de encontro a tudo aquilo que fosse considerado estrangeiro; bem como estar em consonância com as ideias desenvolvidas pelos governos considerados pelo jornal como nacionalistas.

3 A CRUZADA E A “IDEOLOGIA DO TERROR”: SEGURANÇA NACIONAL, ANTICOMUNISMO E CONFLITOS ARMADOS

Neste capítulo buscou-se entender a forma como o discurso da guerra apareceu no jornal *A Cruzada*. No levantamento dos principais eixos temáticos do jornal, ligados ao ideário anticomunista, foi o tema da “guerra” que se sobressaiu no campo político. Esta temática compõe aquilo que denominamos de “ideologia do terror”, isto é, ideias e imagens vinculadas a fatos geradores de conflitos políticos e armados em contexto de autoritarismo.

Em alguns momentos, o entendimento da guerra servia para frear o avanço do comunismo no país, sendo este retratado como causador do “terror” na sociedade. Já em outros momentos, a guerra foi negada pela violência que ela simbolizava. Justamente por isso, esta pesquisa investigou tal discurso, visando discutir os aspectos políticos e sociais dessas afirmações, inserido em percepções de mudanças que variam de acordo com o tipo de guerra ou do período histórico abordado.

Diversas matérias de guerras/conflitos apareceram no discurso do jornal *A Cruzada*, e aquelas que mais se repetem são: a Guerra Civil da Espanha, a Segunda Guerra Mundial e eventos nazifascistas. Além desses, o próprio comunismo é visto como um “terror totalitário” a ser combatido pelo ideal de segurança nacional. Importa salientar que, independente da forma como a guerra apareceu, ela está sempre relacionada com a crítica ao comunismo. Nesse sentido, surgiu o interesse de melhor compreender a forma como tal discurso apareceu no jornal *A Cruzada*, e como ele está relacionado com o ideal de segurança nacional e mesmo com o anticomunismo.

Analisou-se, neste trabalho, o ideário anticomunista deste periódico católico, a partir de eixos temáticos que se destacaram no levantamento inicial das fontes: no primeiro capítulo, foi realizada uma análise histórica da trajetória da Igreja Católica no Brasil até a Igreja local, visando com isso discutir o cenário mais amplo que este jornal estava inserido. Além disso, debruçou-se sobre a narrativa desse jornal e a formação social dos envolvidos em sua produção. O segundo capítulo, por sua vez, tratou da postura anticomunista associada ao nacionalismo, salientando a forma como este foi utilizado pelo jornal como uma justificativa para se alinhar ao discurso anticomunista existente na sociedade brasileira.

Adotou-se no trabalho, em termos metodológicos, uma perspectiva comparativa das ditaduras brasileiras, de Vargas e da civil-militar. Para melhor visibilidade das temáticas selecionadas, foi elaborado um quadro comparativo do que foi analisado nos dois capítulos

anteriores a respeito dos eixos temáticos criados sobre Igreja Católica, anticomunismo e nacionalismo.

Quadro 3 – Quadro comparativo dos discursos jornalísticos de *A Cruzada*

Estado Novo (1937-1945)	Ditadura Civil-Militar (1965/1970)
Revolução;	Revolução;
Intelectuais mais conservadores;	Intelectuais mais progressistas;
Forte postura anticomunista. Nesse sentido, o comunismo é visto principalmente como ateu e concorrente da fé cristã. Ele é ainda visto como o principal mal da sociedade brasileira;	Postura anticomunista mais branda. Além do comunismo ser visto como ateu, percebe-se que houve uma ênfase também na forma como ele seria uma escolha dos menos favorecidos, não sendo uma escolha completamente livre e consciente;
Nacionalismo próximo aos ideais do integralismo e da figura de Plínio Salgado; explicitamente marcado pelo nacionalismo católico do início do século XX.	Nacionalismo próximo aos ideais dos militares responsáveis pelo golpe de Estado de 1964.

Fonte: Elaborado pela autora

Durante os dois momentos estudados, os regimes autoritários são considerados pelo jornal como revoluções, apesar de que na ditadura civil-militar houve espaço para questionamentos a respeito de algumas atitudes dos militares, ainda assim foi tratado como uma revolução, e como tal foi valorizado. Na década de 1930 e 1940, o jornal *A Cruzada* tem em sua direção intelectuais mais próximos de ideias conservadoras, todavia, na década de 1960 a política muda dentro do jornal, passando a ter mais espaço para as ideias progressistas.

De acordo com a documentação disponibilizada no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa e do próprio jornal, foi possível perceber que os intelectuais que estavam a frente do periódico se aproximavam de ideias mais progressistas, havendo, nesse sentido, uma espécie de mescla de postura – progressista e conservadora – nas folhas do periódico durante o período civil-militar.

Na perspectiva de *A Cruzada*, durante o Estado Novo existe uma postura anticomunista, haja vista que o comunismo está sempre associado a uma doutrina atea, retratado, dessa forma, como um vício da sociedade brasileira que deve ser derrotado. Na ditadura iniciada em 1964, o

discurso anticomunista se tornou mais brando e menos frequente. Pode-se associar essa mudança ao Concílio Vaticano II e a forma como essas ideias são incorporadas ao discurso do jornal, entretanto, ainda assim o jornal se coloca como contrário ao comunismo, se posicionando enquanto um jornal católico. Por fim, a respeito do discurso nacionalista também se notou algumas mudanças no que se refere ao contexto analisado.

Durante os anos de 1937 a 1970, percebeu-se uma aproximação com o nacionalismo católico das primeiras décadas do século XX, sendo Jackson de Figueiredo personagem central. Afinal, como mencionado antes, este foi visto como importante nome do nacionalismo católico do início do século XX (OLIVEIRA, 1990; BEIRED, 2007). No período varguista, o discurso apareceu próximo à Ação Integralista Brasileira e a figura de Plínio Salgado; já na década de 1960 o nacionalismo se aproximou dos ideais de nação defendidos pelos militares que tomaram o poder em 1964. Dessa forma, apesar de estar presente nos dois períodos históricos, o discurso associado ao nacionalismo apresenta características distintas nos dois governos discricionários.

3.1 Ditaduras brasileiras e a ideologia da Segurança Nacional

Em consideração ao tema da guerra presente no discurso jornalístico de *A Cruzada*, buscou-se investigar a forma como a ideologia da Segurança Nacional, (presente no século XX no Brasil), que foi empregada no Brasil na década de 1950, compôs a linha ideológica deste periódico católico. Mais que isso, a análise procurou compreender, no sentido mais amplo, como as Leis de Segurança Nacional e, posteriormente, a Ideologia de Segurança Nacional, configuraram e marcaram as ações das duas ditaduras, varguista e civil-militar.

A preocupação com a segurança nacional foi dominante nos dois regimes autoritários analisados. Dessa forma, neste tópico buscou-se, de modo mais específico, investigar como tal ideologia influenciou as ações dos governantes, e de que modo tal pensamento orientou as ações dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada*. A Ideologia da Segurança Nacional está intrinsecamente ligada à postura anticomunista no Brasil, sendo que, neste trabalho, está sendo analisado o ideário anticomunista de uma ala da Igreja Católica local.

Tanto no Estado Novo como na Ditadura civil-militar havia a visão de que os inimigos dos interesses do país estariam infiltrados na própria nação. No primeiro momento, a figura de Getúlio Vargas é vista como alguém apto a proteger a nação, com o apoio, evidentemente, dos militares. A partir de 1964, têm-se a ideia de que o exército deveria proteger a nação, em oposição aos comunistas que eram vistos como contrários a ideologia dominante, como já foi salientado no capítulo anterior.

A primeira Lei de Segurança Nacional foi promulgada por Getúlio Vargas em 1935, ficando evidenciado que o discurso anticomunista e a busca do “inimigo interno” já estavam presente no Brasil ainda na década de 1930. Ao analisar a íntegra da lei, nota-se que em seu segundo capítulo há definição dos crimes contra a ordem social, sendo estes: 1- instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos, ou de abastecimento da população; 2- induzir empregadores ou empregados a cessação ou suspensão do trabalho por motivos estranhos às condições do mesmo; 3- promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei; 4- tentar, por meio de artifícios fraudulentos, promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito; 5- instigar as classes sociais a luta pela violência; 6- incitar a luta religiosa pela violência; 7- incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos.¹²³ Tudo isto com o objetivo de proteger o brasileiro do “inimigo interno” ou, em outras palavras, do comunista.

A respeito do contexto de criação desta lei Casemiro Pedro da Silva Neto (2006) destaca que o governo, sob o pretexto da instabilidade da sociedade, começa a fortalecer a ideia de uma lei de segurança nacional. Todavia, “na realidade, a intranquilidade era fruto das condições do País, da alta do custo de vida, da inflação e das reivindicações das classes operárias e médias, que desejavam maior participação na vida política do País”. (SILVA NETO, 2006, p.37). Nesse cenário o Brasil vive a oposição entre a esquerda – reunida na Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹²⁴; e a direita – representada pela Ação Integralista Brasileira (AIB)¹²⁵. É central lembrar que Getúlio Vargas fez oposição a ANL, e esta lei pode ser vista, inclusive, como uma tentativa de diminuir os espaços de atuação desta Aliança.

¹²³ A íntegra da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935 se encontra disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em agosto de 2018.

¹²⁴ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi criada a partir das articulações de um grupo minoritário dos tenentes que não acompanhava Getúlio Vargas, ou que em alguma medida, havia se afastado de seu governo após o apoio dado na Revolução de 1930. Dessa forma, como salientam Lilia Schwarc e Heloisa Starrling (2015, p.369), este grupo se identifica com ideias mais reformistas e eram politicamente ativos. Levando tais aspectos em consideração, apostaram em uma coalizão ampla que abrigava grande parte da oposição a Getúlio Vargas. Tinha como principais líderes: Herculino Cascardo, Miguel Costa, Amoreti Osório, Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Benjamim Cabello, Agildo Barata e a figura de Luís Carlos Prestes como presidente de honra.

¹²⁵ A Ação Integralista Brasileira foi um grupo conservador e de extrema-direita criado em 1932, sendo o primeiro partido político de massa do Brasil. Como destacam Lilia Schwarc e Heloisa Starrling (2015, p.367) os integralistas receberam apoio de setores das classes médias urbanas, a exemplo dos funcionários públicos, padres, profissionais liberais, comerciantes e industriais. Teve como principais líderes Plínio Salgado – como já mencionamos nos capítulos anteriores – Miguel Reale e Gustavo Barroso. Importa mencionar que no ano de 1937, auge de seu crescimento, chegou a reunir entre 100 mil e 200 mil adeptos em todo o país.

A Lei nº 38/1935 foi sancionada no dia 4 de abril de 1935, sendo denominada como “Lei de Segurança Nacional” ou “Lei Monstro”, como ficou popularmente conhecida pela oposição. Essa lei inaugurou o critério de deslocar para leis especiais os crimes contra a segurança do Estado, fazendo com que tais crimes fossem submetidos a um regime especial de maior rigor, com o abandono de garantias processuais. No entanto, após o Movimento Comunista, ocorrido em novembro de 1935, o texto foi mudado com a sanção da lei nº 136, de 14 de dezembro deste ano, com o objetivo de chamar atenção para o inimigo interno que deveria ser combatido. Assim, como bem destaca Silva Neto (2006), em seguida foi criado o Tribunal de Segurança Nacional, visando inibir a atuação de grupos de esquerda.

Após o Movimento Comunista de 1935, chamado nos meios oficiais de maneira pejorativa de Intentona Comunista de 35, tem início a construção do aparelho repressivo do Estado, como por exemplo: Decretação de Estado de Sítio, o aumento da perseguição aos opositores, principalmente os comunistas e o aumento do autoritarismo do governo Vargas. É nesse contexto repressivo que o texto da primeira Lei de Segurança Nacional é transformado, “tornando-se mais rigoroso e detalhado, visando a inibir movimentos partidários e ideológicos, principalmente a atuação de grupos de esquerda” (SILVA NETO, 2006, p.43).

A Lei de Segurança Nacional se manteve por todo o Estado Novo (1937-1945), e mesmo após o fim deste período continuou influenciando sensivelmente as Constituições brasileiras. O princípio de segurança nacional que é criado no Brasil nesse momento ganhou importância considerável nos anos seguintes, tendo sido, inclusive, incorporado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e aplicado através da Doutrina de Segurança Nacional.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo vivia um cenário de polarização, separando o bloco capitalista (liderado pelos Estados Unidos da América) do bloco socialista (liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS). Dessa forma, há forte interesse dos Estados Unidos da América de integrar-se aos países latino-americanos, visando garantir sua hegemonia frente ao bloco socialista, impedindo, assim, a influência do comunismo nos países da América Latina, entre eles o Brasil. Tais ideias marcaram o ideário pan-americanista, como destaca Bruno Bueno (2014, p.48), que consiste em integrar os países latino-americanos aos EUA, de modo que possibilitasse a hegemonia deste último país.

É justamente em meio a esta bipolaridade que surge a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), influenciada sobretudo pela vertente norte-americana e francesa. A respeito da influência francesa, João Roberto Martins Filho (2008) defende que apesar de ser atribuída forte influência norte-americana à Doutrina de Segurança Nacional, é preciso levar em consideração que o primeiro contato com o conceito de “Guerra Revolucionária” foi dado por autores

franceses, sendo introduzida na ESG a partir de 1959. Martins Filho (2008, p.40) afirma que o conceito de Segurança Nacional de vertente norte-americana chega nas Américas apenas em 1962. De acordo com este autor, “nesta data, alertar os militares argentinos e brasileiros para a urgência de desenvolver uma doutrina de combate à guerra subversiva, seria o mesmo que ensinar o Padre-Nosso ao vigário” (MARTINS FILHO, 2008, p.40).

Joseph Comblin, por sua vez, escreveu na década de 1970 e afirmou que é incontestável que essa doutrina vem dos Estados Unidos, citando como exemplo o conjunto de cursos ministrados nas escolas militares norte-americanas e que eram impregnados dos elementos dessa doutrina. Sobre a influência norte-americana, Bruno Bueno (2014) e Sergio Aguilar (2011) apontam que houve uma forte influência da Doutrina *Truman*, criada em 1947, e baseada na Lei de Segurança Nacional norte-americana (*National Security Act*) que mostrava claramente a política anticomunista adotada pelos Estados Unidos. Assim, “sua política de contenção, através da qual os Estados Unidos se comprometiam a enviar forças militares a qualquer país do mundo ameaçado pela União Soviética ou pela subversão interna insuflada pelo comunismo” (BUENO, 2014, p.49).

Para Comblin (1978), a ideologia da Segurança Nacional pode ser vista como algo que é colocada acima da segurança pessoal dos indivíduos. Inspirada nela, os regimes de força, na luta contra o comunismo, declararam guerra anti-subversiva a todos os que não concordavam com a visão da nova sociedade. Desse modo, este autor acredita que existe em tais regimes a imposição de uma visão influenciada pela DSN. Gerando, dessa forma, um clima de violência e medo.

As liberdades de pensamento e de imprensa são sacrificadas, as garantias individuais são reprimidas. Essa doutrina leva os regimes de forma a recorrer as mesmas características e as mesmas práticas que são empregadas nos regimes comunistas: o abuso do poder do Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento (COMBLIN, 1978, p.16).

Pode-se associar o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) ao período posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao cenário nacional do fim do Estado Novo. Publicada em 1935, por Getúlio Vargas, a primeira Lei de Segurança Nacional materializa a preocupação em combater o inimigo interno. Esta Lei foi incorporada pela Escola Superior de Guerra (ESG), principal centro militar de estudos do Brasil, criada em 1949, ao *corpus* teórico da Doutrina de Segurança Nacional. Existiam agentes da ESG infiltrados em várias organizações políticas, mesmo antes de 1964, com o objetivo de colher informações sobre o inimigo que estaria por toda parte, para garantir a segurança interna na nação.

É justamente a partir da Escola Superior de Guerra que a ideologia da Segurança Nacional se desenvolveu no Brasil. Levando em consideração que ela surge no final da década de 1940, é possível chamar atenção para a forma como houve um longo tempo de amadurecimento da doutrina até 1964. Portanto, concorda-se com Comblin (1978, p.158) ao afirmar que o sistema de segurança nacional não surgiu no Brasil de uma só vez, foi necessária uma “ação lenta, sistemática e progressista”, sendo que esses militares alcançaram o poder após 15 anos de amadurecimento.

Além da influência da ESG na Doutrina de Segurança Nacional, pode-se ainda falar na influência do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Dessa forma, “a rede formada por ESG/IBAD/IPES já vinha desenvolvendo os princípios da DSN desde o início da década de 1950, acumulando informações sobre cidadãos brasileiros e construindo um complexo que serviria de base para o golpe civil-militar” (BUENO, 2014, p.57).

Como o conceito de Segurança Nacional está no cerne da doutrina, é importante refletir a seu respeito. Para Comblin (1978), este é um conceito altamente problemático, uma vez que é um tanto indefinido a respeito do que está sendo defendido. Todavia, se conhece bem o seu inimigo: o comunismo. Assim, o autor afirma que “a Segurança Nacional é a capacidade que o Estado dá à Nação para impor seus objetivos a todas as forças oponentes [...]. Trata-se, portanto, da força do Estado, capaz de derrotar todas as forças adversas e de fazer triunfar os Objetivos Nacionais” (COMBLIN, 1978, p.54).

No caso específico do Brasil e suas constituições têm-se que

O conceito de Segurança Nacional, já presente na Constituição de 1946, vislumbrava a defesa do território nacional das ameaças externas, bem característico do “perigo” observado no período nacional-desenvolvimentista. Com o advento da Constituição de 1967, num contexto de ditadura civil-militar, foi incorporado o sentido da ameaça interna, do “inimigo interno”, que transformava todos os cidadãos em informantes do regime (BUENO, 2014, p.59).

Devido a isso, Bueno (2014) afirma que, como uma forma de complementar o uso da força, a DSN possibilitou uma construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida, colocando, evidentemente, no centro o “inimigo interno”.

Ao refletir sobre a importância da guerra para a Doutrina de Segurança Nacional, Comblin (1978, p.32) fala de uma “guerra total” e afirma que três conceitos são fundamentais para pensá-la: a “guerra generalizada”, a “guerra fria” e a “guerra revolucionária”. Ainda, para este autor, pensar a “guerra total” equivale pensar que o mundo vive em uma situação de “guerra

permanente”, e cabe a ideologia de segurança nacional lembrar dessa condição e preparar os indivíduos para agir.

É importante mencionar que não importava quais eram os meios adotados pelo Estado para garantir a Segurança Nacional, pois a DSN surgiu em um contexto de guerras e é justamente por isso que o uso da força física é justificado pelo bem da nação. Ou ainda, nas palavras de Luiz Felipe Miguel (2002, p.42), influenciado evidentemente por Comblin, essa “guerra total” exige esforços em todos os campos da vida social.

Ainda a respeito da guerra, recorrente nesse contexto, Comblin (1978, p.211) salienta que em regimes autoritários influenciados pela DSN, ela invade todo o espaço das relações interestatais e intraestatais. Este autor afirma que a política se torna a continuação da guerra: “se a política é a continuação da guerra ela se assimila à guerra; deve ser conduzida pela guerra”, e, por fim, é “absorvida pela guerra”. A esta postura da DSN, Comblin (1978) faz críticas, associando a um “mito americano da guerra”, uma vez que não se deve pensar a guerra como uma realidade humana fundamental. Para ele, portanto, não é preciso adaptar a política a um estado permanente de guerra, como ocorreu nesse cenário de ditaduras militares latino-americanas.

A DSN foi utilizada como uma forma de auxiliar as ações autoritárias do regime iniciado em abril de 1964. Pensando nisso, acreditou-se, como nos ajuda a pensar Bueno (2014), que esta doutrina foi materializada nos Atos Institucionais, auxiliando na forma como se deveria estabelecer a relação em Estado e sociedade civil no Brasil. Nesse contexto de pós golpe de Estado, tem-se a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar no ano de 1967, intitulada como Decreto-Lei nº 314, publicado no dia 13 de março de 1967¹²⁶. Todavia, foi a segunda lei promulgada nesta ditadura a mais mencionada pela historiografia do período, por ser vista como aquela que tornou mais severas as disposições da lei. Esta foi o decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, considerado como uma complementação ao AI-5.

Essas duas versões da lei buscavam basicamente implementar a Doutrina de Segurança Nacional na legislação brasileira. Nessa nova Lei, que definiu os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabeleceu seu processo e julgamento e deu outras providências, notou-se a ênfase dada a “guerra revolucionária”, sendo esta conceituada como o

¹²⁶ A íntegra do Decreto-Lei nº 314 de 13 de março de 1967 encontra-se disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em agosto de 2018.

conflito interno, que busca uma conquista subversiva do poder. Em seu terceiro artigo têm-se que

A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, fôrma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no país. §2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. §3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.¹²⁷

O Decreto-Lei de 1969 foi revogado no ano de 1978 pela Lei nº 6.620 de 17 de dezembro de 1978¹²⁸. Atualmente existe no Brasil uma Lei de Segurança Nacional em vigor, sendo esta a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983¹²⁹, que foi promulgada no governo do presidente João Figueiredo – último presidente militar da ditadura instaurada em 1964 – e vigora até os dias atuais sem novas alterações.

Por fim, importa salientar que o termo “segurança nacional” existe há muito tempo, sendo uma referência à necessidade de proteger a nação, a pátria e os seus cidadãos. No entanto, de acordo com Bicudo (1986), no século XX e, mais especificamente, após o ano de 1964, no Brasil, esta expressão passou a ser usada como um sinônimo de segurança de um dado sistema político, bem como das pessoas que compõe esse mesmo sistema.

Apesar da primeira Lei de Segurança Nacional ter sido criada apenas em 1935, este autor defende que apenas após 1964 é que ocorre essa transformação da ideia de Segurança Nacional, retratando o sistema político existente. Todavia, pensa-se que para entender a instauração da Doutrina de Segurança Nacional é preciso recuar no tempo, e compreender a primeira Lei de Segurança Nacional, promulgada em 1935, por Getúlio Vargas.

3.2 O discurso da guerra na imprensa católica sergipana: aproximações e contradições

¹²⁷ A íntegra do Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969 encontra-se disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em agosto de 2018.

¹²⁸ A íntegra da Lei nº 6.620 de 17 de dezembro de 1978 encontra-se disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620impressao.htm. Acesso em agosto de 2018.

¹²⁹ A íntegra da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 encontra-se disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7170.htm. Acesso em agosto de 2018.

O discurso a respeito do tema da guerra presente no jornal *A Cruzada* está muito próximo ao entendimento dos princípios básicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), afinal de contas, como bem lembra Comblin (1978, p.17), a guerra parece ter se tornado a última palavra no contexto de influência desta doutrina, sendo o último recurso da civilização. Como já mencionado anteriormente, este autor afirma que “a política [se] tornou a continuação da guerra por outros meios” (1978, p.211), e, por sua vez, o conceito de Segurança Nacional está intrinsecamente ligado à postura anticomunista do Brasil.

Diante disso, o objetivo foi analisar justamente as aproximações e as contradições identificadas no discurso acerca da guerra e/ou conflitos armados, de modo que seja possível analisar, na perspectiva comparativa, a forma como o tema da guerra se aproximou do discurso anticomunista do jornal *A Cruzada*. Dessa forma, encontrou-se uma postura completamente diferente a respeito da guerra, e é justamente sobre estas compreensões tão distintas que se pretende refletir. De um modo geral, é ainda possível afirmar que o discurso político da guerra é sacralizado, uma vez que é sempre apresentado pelo viés religioso, independente da postura favorável ou contrária àquele fato.

Após analisar a influência da ideologia da Segurança Nacional no período das duas ditaduras tratadas, foi feita uma análise da forma como a guerra e/ou conflitos aparecem no discurso desse clero católico em dois momentos históricos distintos: Estado Novo e a Ditadura Civil-Militar. Para tanto, é de fundamental importância para este estudo levar em consideração a filiação teórica dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal, e a forma como estes estão inseridos nesse campo de cristandade.

3.2.1 Guerra e/ou conflitos armados durante o Estado Novo (1937-1945)

A Rússia comunista é sempre associada pelo jornal *A Cruzada* como um país onde o caos, a miséria e a desordem imperam, como se a população vivesse em constante estado caótico de guerra. Exemplo dessa posição encontrou-se na matéria intitulada “Impressões da Rússia Soviética”, publicada no dia 31 de janeiro de 1937¹³⁰. Ao falar do relato do escritor francês Pierre Brisson, que visitou esse país, salienta a forma como a Rússia é vista como um “pseudo paraíso vermelho”, imperando, por sua vez, um país em ruínas, que rompe com todos os ditames de higiene. Existe ainda uma multidão triste e malvestida. Nesse sentido, “constitue [sic] aspecto dos mais deprimentes, que a repartição turística oficial não consegue esconder dos

¹³⁰ Impressão da Rússia comunista. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 31 jan. 1937.

olhos curiosos dos visitantes amigos da liberdade”. Após tais relatos, ficou evidenciada a forma como a situação da Rússia se aproxima muito de um país em guerra, sendo sua população a mais afetada.

Postura semelhante foi encontrada em “O panorama da Rússia Soviética”, publicado no dia 18 de abril de 1937¹³¹, assinada por Antonio Conde Dias¹³². Esta matéria fala da situação de crise que o país vem passando como um resultado do conflito entre os próprios comunistas – Comunistas versus Comunistas democráticos –, assim, sob o jugo autoritário e prepotente, Stálin seria o mais ferrenho dos ditadores da Europa moderna. O conflito nesse país daria resultado àquilo que o Antonio Conde Dias chama de “o terror contra o terror. A força contra a própria força. Mais acertadamente, princípios do fim que não está muito remoto”.

Durante o período do Estado Novo, diversas guerras e/ou conflitos armados apareceram no discurso do jornal *A Cruzada*, mas aquelas que mais se repetem são: a Guerra Civil da Espanha, a Segunda Guerra Mundial, bem como os eventos do nazismo e do fascismo. Além dessas, tem-se ainda que o próprio comunismo é um “terror totalitário”, a ser combatido pelo ideal de segurança nacional. Em uma matéria, intitulada “Haroldo Laski condena o imperialismo e o regime da Rússia de Stálin”¹³³, ressalta as críticas sobre os abusos imperialistas e o caráter totalitário do regime Russo, feitas por Harold S. Lanski. O artigo se refere a um professor e líder do Partido Trabalhista da Inglaterra, conhecido como um dos principais nomes do socialismo deste país, contudo, ele condenou o comunismo, pois criou para os seus súditos um ambiente de “terror totalitário”. Todavia, interessa dizer que nem sempre o discurso da guerra aparece de forma explícita, vez ou outra, este tema aparece em uma matéria que inicialmente não possui uma relação com a temática.

Ao tratar da Guerra Civil na Espanha (1936-1939)¹³⁴, percebeu-se em diversas matérias que os intelectuais se colocavam a favor dos militares, que são colocados como nacionalistas. O discurso do jornal defendeu que a revolução espanhola foi uma tentativa de impedir o avanço comunista na Espanha. Havendo sempre uma ênfase na forma como a religião pode auxiliar esse país. Em “As origens da Revolução espanhola”, do dia 10 de outubro de 1937¹³⁵ e escrita por Heitor Muniz¹³⁶, percebeu-se que ao falar sobre a forma como surge tal conflito, há uma

¹³¹ O panorama da Rússia Soviética. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 18 abr. 1937.

¹³² Não foram encontrados dados biográficos deste intelectual.

¹³³ Haroldo Laski condena o imperialismo e o regime da Rússia de Stalin. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 23 set. 1945.

¹³⁴ A Guerra Civil espanhola foi um conflito armado que ocorreu entre 1936 e 1939. Este conflito dividiu republicanos dos nacionalistas, sendo este último um grupo conservador liderado pelo general Francisco Franco. O grupo conservador venceu a guerra e Franco governou a Espanha até sua morte em 1975.

¹³⁵ As origens da Revolução espanhola. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 10 out. 1937.

¹³⁶ Não foram encontrados dados bibliográficos deste intelectual.

defesa da postura colocada acima: “Rezemos pela paz da Espanha. A filha do general Franco, Carmem, convidou as crianças de todas as escolas a orar na Igreja de El Pilar pelo futuro da Espanha”¹³⁷.

Ainda a respeito da guerra civil espanhola, o texto “A tragédia de Toledo”¹³⁸ relatou a forma como o comunismo está contaminando os sacerdotes do país, em especial da região de Toledo, situação que é retratada como uma tragédia. Na matéria intitulada “A Guerra Civil na Espanha”¹³⁹, afirma-se que existe neste país uma forte propaganda anticristã ou, ainda, uma forte campanha contrária ao catolicismo. É justamente por este aspecto que o general Franco foi defendido pelo jornal, pois, para o discurso dos intelectuais, ele era o único que honra e defende a Igreja Católica no país. Este aspecto foi evidenciado em “A Igreja Católica em Espanha é hoje honrada e defendida somente pelo governo do general Franco”, do dia 14 de novembro de 1937¹⁴⁰.

O fascismo foi visto no periódico de uma maneira plural, ou seja, em um dado momento ele é elogiado, enquanto em outros é criticado. Todavia, de forma geral, é possível afirmar que tanto o fascismo, como o governo de Mussolini, foi elogiado em alguns momentos por serem vistos como cristãos. Em “Os evangelhos oficializados como livro escolar na Itália”¹⁴¹, o fascismo italiano foi colocado de maneira positiva, pois o governo deste país havia liberado recentemente um documento, no qual determina que todos os professores devem utilizar o evangelho em sala de aula. Assim, Mussolini foi visto como um “grande homem de Estado” e um homem à frente de um “governo consciente de suas responsabilidades na hora decisiva que o mundo atravessa”. Diante desses exemplos, foi justamente a partir desse caráter cristão que o jornal *A Cruzada* colocou o fascismo como um regime político positivo para o povo.

“O tratado de Latrão”¹⁴² foi um documento assinado em 1929 por Mussolini e pelo Papa Pio XI, evidenciando uma relação amistosa existente entre a Igreja Católica e o fascismo: “Observa-se com muita admiração e simpatia que atualmente são estreitas e cordiais as relações mantidas entre a igreja e o regime fascista”. Essa aproximação entre o Estado italiano e a Igreja Católica ficou evidenciada também em “Uma frase célebre de Mussolini” do dia 27 de novembro de 1938¹⁴³. Esta matéria faz referência a uma frase de Mussolini, na qual ele afirma

¹³⁷ A guerra civil na Espanha. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 10 fev. 1937.

¹³⁸ A tragédia de Toledo. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 18 abr. 1937.

¹³⁹ A guerra civil na Espanha. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 06 jun. 1937.

¹⁴⁰ A Igreja Católica em Espanha é hoje honrada e defendida somente pelo governo do general Franco. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 14 nov. 1937.

¹⁴¹ Os evangelhos oficializados como livro escolar na Itália. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 20 jun. 1937.

¹⁴² O Tratado de Latrão. *A Cruzada*, Aracaju, p.5, 06 mar. 1938.

¹⁴³ Uma frase célebre de Mussolini. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 27 nov. 1938.

que sempre que houve um conflito entre a Igreja e o Estado e a Igreja venceu, o que mostra a boa relação entre Mussolini e o catolicismo.

Entretanto, nem sempre o fascismo é defendido no discurso do jornal *A Cruzada*, haja vista que, em alguns momentos, ele é equiparado ao comunismo e ao nazismo. Exemplo disso encontrou-se na matéria intitulada “A voz do vaticano”¹⁴⁴, pois vê-se que “comunismo, fascismo, nazismo – são três ideologias que fazem estremecer nos seus alicerces as instituições políticas dos séculos”. Nesse sentido, afirmou-se que o comunismo é violento e abertamente anticristão, enquanto os outros dois são regimes que representam um misto de luz e trevas, de liberdade e escuridão, de simpatia e perigosa sedução. O mesmo aparece em “Tristão de Ataíde fixa a posição do intelectual, ante os problemas da hora presente.”¹⁴⁵, ao afirmar que tanto o nazismo, o comunismo e o fascismo são regimes de ideologia autoritária e privam os homens de liberdade.

A respeito do apoio dado ao fascismo no período que corresponde ao Estado Novo, foi encontrada, inclusive, uma matéria que relata as acusações de que o jornal *A Cruzada* vem sofrendo pela população por se colocar ao lado do fascismo italiano. Assim, na coluna “A margem [sic] dos acontecimentos”, publicada no dia 15 de agosto de 1935, e de autoria de padre Manoel Soares¹⁴⁶, fala sobre os problemas enfrentados pelo jornal católico, chamando atenção para algumas críticas que este vem recebendo, como a posição adotada acerca do fascismo, do integralismo, bem como suas opiniões emitidas sobre uma provável sucessão presidencial do governo Vargas. Todavia, o periódico nega acusações feitas, pois, de acordo com eles, suas publicações fazem uma “análise desapaixorada” dos fatos.

Diferente do fascismo italiano, durante toda a narrativa do jornal, o nazismo alemão foi sempre criticado, devido ao fato de o governo de Hitler sempre se opor à Igreja Católica daquele país.¹⁴⁷ Assim, percebeu-se que os intelectuais de *A Cruzada* se colocaram sempre contrários

¹⁴⁴ A voz do vaticano. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 20 jun. 1937.

¹⁴⁵ Tristão de Ataíde fixa a posição do intelectual, ante os problemas da hora presente. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 26 jul. 1942.

¹⁴⁶ Não foram encontrados dados biográficos deste intelectual.

¹⁴⁷ Em várias matérias foi possível notar essa postura: “A Igreja Católica e o Reich”, publicada no dia 18 de abril de 1937, “Na Alemanha de Hitler” do dia 29 de junho de 1937, “Enfrentando os ídólatras do III Reich” publicada no dia 08 de agosto de 1937, “É alarmante a situação da Igreja na Alemanha” publicada no dia 23 de janeiro de 1938¹⁴⁷, “Hitler, Ludendorff e o crucifixo” de 13 de março de 1938¹⁴⁷, “O imperialismo nazista é um perigo para o mundo”, publicado no dia 19 de março de 1938¹⁴⁷, “O nazismo é tão perigoso como o comunismo” de 03 de julho de 1938, “Crer em Roma ou no Nazismo: eis o dilema imposto por Hitler aos alemães”, publicado no dia 17 de maio de 1942, “Enquanto se combate o nazismo também não nos esqueçamos que o comunismo é isto...”, de 24 de maio de 1942, “Nem nazismo nem comunismo”, de 24 de maio de 1942, “Nazismo e comunismo- dois chifres do mesmo demônio” de 29 de junho 1942. “A religião constitui (sic) o principal inimigo do nazismo”, publicado no dia 24 de janeiro de 1943 e “O nazismo pretendia aniquilar a influência da Igreja” de 8 de junho de 1945.

ao nazismo, destacando a forma como este governo atacou a Igreja da Alemanha, ao destruir templos cristãos e ofender padres. O jornal fundamenta tal discurso opositor com a utilização de encíclicas e tratados elaborados pela própria instituição.

“A Igreja Católica e o Reich”¹⁴⁸ é uma matéria não assinada e que fala da encíclica dirigida aos bispos alemães que trata do rompimento, por parte da Igreja, da aliança que fez com o governo alemão, devido a antes ocorrer um descumprimento do acordo por parte do governo da Alemanha. O acordo mencionado foi feito por volta de 1933, e tinha o objetivo “salvaguardar a liberdade da missão salutar da Igreja na Alemanha e de assegurar a salvação dos alemães que lhe são confiadas, bem como pelo desejo de prestar serviço de interesse capital à prosperidade pacífica e ao bem-estar do povo alemão”. Entretanto, o governo alemão tomou medidas contra as ordens e congregações, justamente por isso o acordo foi negado. Em “É alarmante a situação da Igreja na Alemanha”¹⁴⁹, de autor desconhecido, notou-se novamente a ênfase dada ao caráter anticristão de Hitler, salientando as formas de perseguição que a Igreja vem sofrendo neste país.

Tal como o comunismo, o regime de Hitler é severamente criticado. Em “Paralelo entre o comunismo e o hitlerismo”, de 30 de janeiro de 1938¹⁵⁰, existe uma comparação entre esses dois, pois eles se aproximam na maioria dos pontos, com exceção apenas da ênfase da classe em um e da raça no outro. A respeito da relação com a religião, afirma-se que o comunismo é ateuísta que persegue e mata cristãos; por sua vez, o nazismo de Hitler seria pagão e também persegue e mata cristãos. Encontrou-se essa referência ao paganismo também em “O nazismo é tão perigoso como o comunismo”¹⁵¹, ao afirmar que os dois possuem um caráter fortemente pagão. É importante mencionar que o combate que aparece no jornal *A Cruzada* a estes dois sistemas, também pode estar associado com a posição da hierarquia da Igreja, algo notável nas próprias materiais. Afinal, em diferentes momentos foram encontradas referências a documentos da Igreja que estabelecem a separação da Igreja com o comunismo e o nazismo.

¹⁴⁸ A Igreja Católica e o Reich. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 18 abr. 1937.

¹⁴⁹ É alarmante a situação da Igreja na Alemanha. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 23 jan. 1938.

¹⁵⁰ Paralelo entre o comunismo e o hitlerismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 30 jan. 1938.

¹⁵¹ O nazismo é tão perigoso como o comunismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.6, 03 jul. 1938.

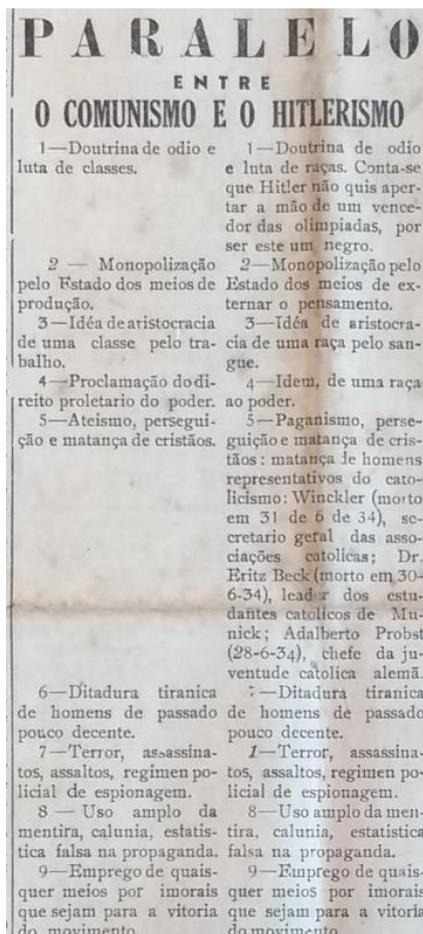


Figura 10

Matéria do jornal *A Cruzada* – Paralelo entre o comunismo e o hitlerismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 30 jan. 1938.

Fonte: Biblioteca Epifânio Dória

“A voz em Cristo”¹⁵² fala de documentos elaborados pela Igreja contra o comunismo e contra o nazismo, sendo estes documentos uma forma de a Igreja Católica mostrar a sua superioridade diante de acontecimentos que tentam minar a sua autoridade.

Os recentes documentos pontifícios acerca da calamidade comunista que ameaça alastrar pelo mundo inteiro como uma devastadora peste, e contra a calamidade não menos do paganismo nacional-socialista da chamada mística nazista de Hitler, são a prova mais eloquente do desassombro e da superioridade com que a Igreja entra em ação.

Ainda em “Enquanto se combate o nazismo também não nos esqueçamos que o comunismo é isto....”, de 24 de maio de 1942¹⁵³, ao falar sobre as destruições que os comunistas faziam em várias partes do mundo contra a Igreja Católica, o jornal afirmou que o comunismo

¹⁵² A voz em Cristo. *A Cruzada*, Aracaju, p.6, 01 mai. 1938.

¹⁵³ Enquanto se combate o nazismo também não nos esqueçamos que o comunismo é isto.... *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 24 mai. 1942.

é tão ruim quanto o nazismo. O título da matéria “Nem nazismo nem comunismo”¹⁵⁴ resume o principal argumento, por serem considerados os maiores inimigos da humanidade.

Para além de tratarem dos conflitos mundiais e de suas influências no Brasil, foi possível identificar, em diversas matérias, a forma como o próprio comunismo é retratado como um “terror” ou, ainda, como a guerra. Esta foi uma estratégia utilizada para combater as ideologias contrárias, a fim combater esta doutrina, exemplo disso pode ser encontrado em: “O discurso do general Newton Cavalcanti”, de 10 de outubro de 1937, e “Os padres e o atual momento do país”, do dia 26 de abril de 1942.

“O discurso do general Newton Cavalcanti”¹⁵⁵ é uma matéria que se inicia na primeira página da edição do dia 10 de outubro de 1937 e continua na página 3 desta mesma edição. Esta matéria trata da reprodução da carta do general Cavalcanti em homenagem às vítimas da tentativa de tomada do poder pelos comunistas, em 1935. Iniciou falando do plano comunista para o país e no decorrer do texto salienta a necessidade de todos os brasileiros iniciarem uma guerra contra este sistema, como uma demonstração de amor e civismo.

Com uma certeza pois, de que nossos mártires não foram esquecidos, como uma demonstração palpitante de que o civismo e o amor ao Brasil ainda crepitam intangíveis entre nós, como uma homenagem sagrada aos que souberam morrer, à dôr e ao desespero dos que ficaram sem amparo e sem felicidade, eu, em nome do EXERCITO NACIONAL, convido-vos povo do Brasil e juramos, perante Deus e os homens, que havemos, de hoje para o futuro, desencadeará uma guerra sem tréguas e de morte ao COMUNISMO.

Posição semelhante foi encontrada no artigo, de 26 de abril de 1942, intitulado “Os padres e o atual momento do país”¹⁵⁶, o autor afirmava que, apesar de não ser favorável à guerra, ela serve para despertar o sentimento nacionalista na população, quando chama todos os brasileiros para uma guerra contra o comunismo, como uma demonstração de amor e civismo. Esta matéria faz comentários a respeito da carta dirigida pelo padre Pedro Maciel Vidigal ao general Francisco José Pinto, que fala das ações do arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta: “não amamos a guerra que é a mais terrível calamidade, que pode cair sobre os povos. Mas deste medonho flagelo Deus sabe sacar reais benefícios [...]. Esse despertar dos brios nacionalistas é um sintoma que enche de contentamento o coração brasileiro”. A guerra, portanto, auxiliaria na honra da pátria brasileira.

¹⁵⁴ Nem nazismo nem comunismo. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 24 mai. 1942.

¹⁵⁵ O discurso do general Newton Cavalcanti. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 10 out. 1937.

¹⁵⁶ Os padres e o atual momento do país. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 26 abr. 1942.

Outro conflito bastante destacado no jornal *A Cruzada* foi a Segunda Guerra Mundial, dando ênfase para a participação do Brasil neste conflito mundial. Todavia, a respeito dessa guerra, a posição é unânime: defendeu-se claramente a entrada do Brasil na Guerra. Entre as principais justificativas, têm-se que é uma atitude patriótica, sendo um dever enfrentar a atual situação do Brasil. O artigo “Apêlo coletivo dos bispos de Pernambuco aos reservistas”¹⁵⁷ fala aos jovens reservistas que se eles forem convocados devem aceitar servir o país, pois é algo feito para o bem da pátria. Continua afirmando que, nesse momento de crise no mundo e no Brasil, é preciso agir pensando sempre no bem da pátria, sendo, evidentemente, a Igreja importante escola de patriotismo.

Ao falar especificamente sobre a atitude do governo brasileiro em entrar na guerra a favor dos Aliados, têm-se que um dos principais motivos para a declaração de Getúlio Vargas foi os torpedeamentos na costa sergipana, episódio conhecido pela historiografia.

Iniciada em 1939, a Segunda Guerra passou a ter um valor significativo para os aracajuanos a partir de 1942, graças às investidas dos U-boots. Desde então, as perdas navais brasileiras cresceram de modo assustador. O Ministro Oswaldo Aranha foi categórico ao redigir a Declaração de Guerra do Brasil: “não há como negar que a Alemanha (Itália) praticou contra o Brasil atos de guerra, criando uma situação de beligerância que somos forçados a reconhecer na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania e da nossa segurança e da América” (ARAS; CRUZ, 2012, p.88).

Em relação a este importante evento ocorrido na costa sergipana – atual Praia dos Naufragos, em homenagem às vítimas desses torpedeamentos –, Lina Maria Brandão de Aras e Luiz Antônio Cruz (2012, p.87) defendem que, como o Brasil possuía uma rota importante para os países Aliados, houve o interesse por parte dos navios alemães em obstruí-la. Estes autores também apontam que os ingleses e norte-americanos haviam encontrado no subsolo brasileiro uma variedade de minérios que eram essenciais para a indústria bélica dos Aliados, e os países do Eixo consideravam vital cortar essas linhas de suprimentos. Nesse sentido, a presença dos navios alemães na costa brasileira demonstrava que a Alemanha nazista sabia desse comércio exterior.

“Nobre atitude do Governo brasileiro”, publicada no dia 30 de agosto de 1942¹⁵⁸, é uma reprodução de uma circular do governo brasileiro dirigida às missões diplomáticas brasileiras na América, e trouxe que foi uma atitude de simples protesto contra a violação ocorrida na costa sergipana. Ao defender a postura do governo, fala que se tratou de uma atitude que honra a

¹⁵⁷ Apêlo coletivo dos bispos de Pernambuco aos reservistas. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 19 jul. 1942.

¹⁵⁸ Nobre atitude do Govêrno Brasileiro. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 30 ago. 1942.

história gloriosa do Brasil: “é digna e nobre, porque defende a dignidade e a soberania deste povo, que ‘não teme a própria morte’, pela liberdade da pátria”.

Ainda em “O Brasil em Guerra”, publicada no dia 30 de agosto de 1942¹⁵⁹, trata da decisão do governo em relação à Segunda Guerra Mundial. Este argumento foi ao encontro dos apelos da população brasileira pós-torpedeamentos dos navios pelos alemães, já que este evento mexeu com a imaginação da população brasileira, em especial da população sergipana. Assim, Aras e Cruz (2012) salientam a variedade de medos que atingiram a população. Ao falar sobre os vários medos que estes eventos desencadearam nos sergipanos, afirma-se que,

Medo do submarino, medo da morte, medo do sofrimento, medo da escuridão, medo do mar, medo da solidão, medo de morrer de fome, medo da loucura, medo de violência, medo do desconhecido, medo da guerra, medo de não enterrar seus parentes, medo do inimigo adentrar a boca da barra, medo de invasão à praia, medo do amanhã, medo de embarcações estranhas, medo de espíões, medo da multidão raivosa, medo de aviões, medo da escuridão, medo de estrangeiros, medo dos forasteiros, medo dos estudantes, medo de ser convocado, medo de perder seus parentes na Itália, medo do quinta-coluna, medo da cavalaria, medo de luzes noturnas, medo do diabo, medo da guerra e medo do fim do mundo (ARAS; CRUZ, 2012, p.91).

Esta última matéria traz, ainda, o debate sobre o fato de o governo brasileiro ter adotado a posição de neutralidade em relação a este conflito mundial, mas aos poucos foi tomando uma decisão, ou seja, primeiro declarou apoio aos Estados Unidos e em seguida rompeu as relações diplomáticas com os países do eixo. A respeito do princípio da neutralidade que o Brasil adotou, Lina Aras e Luiz Cruz (2012) afirmam que, na verdade, o Brasil já vinha ferindo tal princípio desde o início da guerra, pois assinou acordos secretos de cooperação militar com os Estados Unidos: “neles, o País se comprometeu em alimentar a indústria bélica aliada com seus minérios e, em contrapartida, os marines americanos cederiam armas navais e auxiliariam na segurança costeira” (ARAS; CRUZ, 2012, p.87).

No entanto, apenas com o ataque aos navios na costa sergipana é que Vargas entrou em guerra, visando com isso defender a integridade territorial do país. Os discursos de Getúlio Vargas sobre este fato sempre salientaram que os brasileiros precisavam manter a união em nome da pátria.¹⁶⁰ Outro exemplo dessa postura foi encontrado em “A palavra do Ministro da Guerra”¹⁶¹, que é a reprodução de um texto publicado originalmente no jornal *A União*, trazendo o discurso do general Eurico Gaspar Dutra, Ministro de Guerra de Getúlio Vargas. Aqui fala da

¹⁵⁹ NASCIMENTO, José Amado. O Brasil em Guerra. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 30 ago. 1942.

¹⁶⁰ Palavras do ministro da guerra sobre o dever dos brasileiros. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 30 ago. 1942.

¹⁶¹ A palavra do Ministro da Guerra. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 11 out. 1942.

necessidade da união nacional nesse momento em que a guerra bateu às portas do Brasil. Assim, “se ela era um objetivo do regime, agora é uma imposição da honra nacional”.

Em “Brasil, pátria querida, jamais serás humilhado”, publicado no dia 13 de setembro de 1942,¹⁶² de autoria de Antônio Conde Dias, fala-se sobre a entrada do Brasil na guerra, destacando que foi ao lado dos Estados Unidos e que este é um país amigo. Discorre, ainda, sobre as relações iniciais que o Brasil tinha com os países do Eixo, tendo se afastado destes no início de 1942. Por fim, destacou que o Brasil acabou declarando guerra à Alemanha e a Itália.

A defesa por parte do jornal *A Cruzada* fica evidenciada em diversas matérias, tal como em “A Guerra e nós”, do dia 13 de setembro de 1942¹⁶³. Aqui percebeu-se a relação entre os católicos e a entrada do Brasil na guerra, destacando o caráter anticristão do nazismo e afirmando que os católicos são os que mais entendem a posição do Brasil. Então, apesar de condenar a prática da guerra, a matéria salienta a necessidade de defender os brasileiros desses países nazifascistas, justificando, portanto, seu interesse na defesa do país.

Interessa notar que todo o discurso destes intelectuais cristãos em favor da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial está em consonância com a postura da Igreja Católica nacional, destacado no corpo do jornal *A Cruzada*. Exemplo disso foi a matéria intitulada como “A posição da Igreja no momento atual”, publicada no dia 11 de setembro de 1942¹⁶⁴. Este texto traz uma declaração do episcopado nacional diante da situação que vive o Brasil, assim, afirmou que os bispos e arcebispos estão convictos de que a culpa do Brasil ter entrado na guerra é dos agressores. Justamente por isso, a Igreja se colocou como guia espiritual do povo, bem como buscou avivar no clero e nos fiéis a consciência da mais absoluta justiça da causa e dos compromissos da hora grave que o país vem passando.

A matéria intitulada “Defesa do Brasil”, publicada no dia 21 de março de 1943¹⁶⁵, diz que cabe aos brasileiros ficarem do lado das autoridades, de modo que toda oposição feita é vista como um grave delito. Esse texto, de autoria desconhecida, falou ainda que as pessoas devem ofertar tudo a pátria e trabalhar para a união dos povos. Por fim, a guerra é caracterizada como um “estado transitório e anormal, a que nos arrastaram contra a nossa própria vontade”.

Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, nem sempre a guerra é defendida como uma alternativa viável no discurso do jornal *A Cruzada*. Em algumas matérias, foi possível identificar um discurso de críticas e combate à guerra e ao uso da violência física, tais

¹⁶² DIAS, Antônio Conde. Brasil, pátria querida, jamais serás humilhado! *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 13 set. 1942.

¹⁶³ A Guerra e nós. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 13 set. 1942.

¹⁶⁴ A palavra de Igreja no momento atual. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 11 out. 1942.

¹⁶⁵ Defesa do Brasil. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 21 mar. 1943.

como: “Armamentismo e Guerras”, publicada no dia 14 de agosto de 1938¹⁶⁶, de autoria do padre J. Cabral, “Comentários”, de 04 de setembro de 1938¹⁶⁷, escrito por Antonio Conde Dias, “Se os homens tivessem juízo”, do dia 14 de março de 1943¹⁶⁸, de autoria desconhecida e “O trabalho e a Igreja”, publicada no dia 29 de agosto de 1943¹⁶⁹.

Em “Armamentismo e Guerras”, J. Cabral faz uma crítica a guerra e ao uso de armas, associando-as aos problemas da pobreza das populações, já que o dinheiro gasto com as armas poderia ser utilizada para outros fins na sociedade. Dessa forma, afirmou-se que as guerras ocasionam ruínas, seja de ordem física ou moral. Ao questionar o aspecto positivo da guerra, fala que “a grande conflagração de 1914 e 1918, encheu o mundo de destroços e por pouco não causou a destruição da obra civilizadora dos séculos passados”. Muito próximo dos argumentos retirados dessa matéria tem-se em “Comentários” a ideia de que os conflitos existentes na Europa chamaram atenção para a necessidade de a paz reinar nesses países. Sendo esta paz, portanto, o oposto da guerra.

No ano de 1942 – ano da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial – o jornal *A Cruzada* não trouxe críticas à guerra, muito pelo contrário. Contudo, no ano de 1943, já foram identificadas algumas referências negativas aos conflitos armados. Exemplo disso é a matéria intitulada “Se os homens tivessem juízo”, publicada no dia 14 de março de 1943. Aqui fez uma reflexão sobre os principais resultados da Primeira Guerra Mundial para os países envolvidos, destacando entre outras coisas: o número de mortos, os gastos dos governos, bem como as consequências para a humanidade dos conflitos iniciados em 1914. Diante disso, alerta para o fato de que se as pessoas soubessem o que o referido conflito causou no início do século XX não estariam vivendo o segundo conflito mundial. Desse modo, classificou a Segunda Guerra Mundial como “uma catástrofe muito mais pavorosa, sem dúvida, do que essa em que há vinte e cinco anos foi o mundo submergido”.

Ainda nesta matéria há uma crítica explícita a guerra ao salientar os problemas que ela leva para a população. Nesse sentido, a população mundial que viveu uma guerra passou por grandes sacrifícios, pois ela vai além das trincheiras ao levar seus horrores para toda a sociedade. Assim,

podemos avaliar a imensidade dos sacrifícios impostos ao mundo por uma guerra, que já não se faz apenas nas trincheiras, nas linhas de frente, mas, ao contrário, leva seus horrores ao recesso (sic) dos países, abatendo-se indistintamente sobre toda a

¹⁶⁶ CABRAL, J. Armamentismo e Guerras. *A Cruzada*, Aracaju, p.5, 14 ago. 1938.

¹⁶⁷ Comentários. *A Cruzada*, Aracaju, p.4, 04 set. 1938.

¹⁶⁸ Se os homens tivessem juízo. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 14 mar. 1943.

¹⁶⁹ O trabalho e a Igreja. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 29 ago. 1943.

população, recordando o que custou em vidas humanas, em dinheiros e bens a calamidade de 1914.

Em “O trabalho e a Igreja” (1943) consta que diferentemente do que se imagina o Papa e os membros da Igreja não são favoráveis à Segunda Guerra Mundial, muito pelo contrário, eles acreditam na paz e em um mundo de concórdias. Dessa forma, o Papa “repeliu ‘a absurda e monstruosa calúnia’ de que a Santa Sé desejou esta guerra, e preveniu os ouvintes contra a destruição privada que classificou de ‘fundamento da estabilidade da família’”. Apesar dessa afirmação do jornal, notou-se que o que ocorreu no discurso do jornal foi de encontro a estas afirmações, negando uma completa aproximação entre a fala do Papa e o discurso da guerra, pois, em alguns momentos, os conflitos armados são valorizados pelos intelectuais responsáveis pela produção deste periódico, diferentemente da posição do Papa a respeito deste assunto.

3.2.2 Guerra e/ou conflitos armados na percepção dos intelectuais vinculados aos ideais progressistas (1965-1970)

Durante o período que correspondeu a Ditadura Civil-Militar foi possível identificar uma modificação na forma como o discurso da guerra apareceu, seja com relação à sua frequência no jornal ou com relação ao texto em si. Todavia, o tema da guerra continuou existindo, o que mudou foi a forma como ele se apresentou, pois, na maioria das vezes, tem-se um discurso contrário à guerra e à violência, com algumas poucas exceções. Quando essa exceção acontece, está sempre relacionada à necessidade de barrar o comunismo da sociedade brasileira. Exemplo disso foi encontrado em “O papa vai à ONU”, publicada na edição dos dias 24 e 25 de julho de 1965¹⁷⁰, de autoria de Dom Luciano Cabral Duarte. Esta matéria, inicialmente, buscou tratar da participação do Papa em um evento da ONU (Organização das Nações Unidas), no entanto, o texto acabou sendo levado para outra análise, destacando assuntos como guerra e comunismo.

Dom Luciano Duarte destacou a guerra como um exemplo típico da ausência da paz. A simples palavra já carregava para as pessoas não somente do Brasil, mas de todo o mundo, um grande significado, representa dor e sangue, segundo ele. Em seguida, o religioso destacou que se somente a palavra causa medo, quais seriam as consequências de uma guerra total ¹⁷¹, já que

¹⁷⁰ O papa vai a ONU. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 24 e 25 jul. 1965.

¹⁷¹ O conceito de Guerra total surge no contexto da Doutrina de Segurança Nacional. Aqui acredita-se que a guerra define a condição humana e deve servir para preparar o indivíduo para agir, sendo um exemplo a guerra que foi declarada entre o Brasil e o comunismo: “que guerra é essa que os regimes militares invocam como sua razão de ser e como norma de sua política? O qualificativo mais frequentemente empregado é ‘total’: estamos engajados

agora o homem dispõe de tecnologia suficiente para “aniquilar a humanidade, e destruir totalmente a civilização”.

Segundo Duarte, o papa afirmou que a guerra não é a solução para nada, pelo contrário, pois ao invés de não resolver um problema surgem diversos outros. E, para ele, a solução estaria no diálogo e na negociação honesta e leal. Entretanto, apesar de em primeiro lugar buscar a paz de Cristo para o mundo, o religioso afirmou que o Papa sabe que algumas situações desleais e agressivas só podem ser resolvidas se mostrar para o opositor que a sua força é enfrentada e pode ser vencida com a força.

Nesse cenário, Dom Luciano defendeu que os comunistas são um exemplo de inimigo que deve ser derrotado pela força. Como destaca Luciana de Lima Pereira (2008, p.100), a Igreja Católica via o comunismo como destruidor da cristandade e, também, como sinônimo de guerra, vendo, dessa maneira, este sistema como um “concorrente”, apesar de não ser uma religião. Assim, a matéria afirma que,

a linha do Papa, na realidade, é outra. Em primeiro lugar, é a paz de Cristo, fundada na justiça e na liberdade, que ele deseja ver instaurada no mundo, em segundo lugar, o Papa não é o ingênuo que alguns podem pensar. Ele sabe demais que, às vezes, a única maneira de se fazer um adversário desleal e agressivo recuar para a linha branca do diálogo e do acordo é mostrar-lhe que sua força é enfrentada e pode ser vencida pela força. [...] A paz não será a capitulação dos ingênuos, diante da inescrupulosa comunista.

“O papa vai a ONU” citou como exemplo o caso do Vietnã e acrescentou ainda que os milhares de americanos que estavam sendo mortos nesses conflitos não estavam morrendo em vão, pois “o comunismo não é apenas uma teoria, uma doutrina com ângulos sedutores. Ele é também uma máquina monstruosa de implantação de uma ditadura implacável no mundo inteiro”.

É interessante perceber como Dom Luciano destacou a necessidade que o mundo está em ter paz, mas ao falar em comunismo o discurso mudou completamente, já que para combatê-lo se fazia necessário o uso da força física. E, em consequência disso, colocou a interferência dos Estados Unidos como algo necessário para eliminar o comunismo no Vietnã. Fala ainda que “é de uma hipocrisia comovente a programação das rádios de Moscou, de Pequim, da Alemanha comunista todas as noites em português protestando contra os norte-americanos no Viet Nam [sic] ou em São Domingos”.

No entanto, enquanto nessa matéria o uso da violência é justificado, o que predomina nesse momento é uma negação da violência. “Mundo Renovado pela Revolução do Espírito”,

numa guerra ‘total’. Não porque o desejemos, mas tal é a guerra que o comunismo nos impõe” (COMBLIN, 1978, p. 33).

de 14 e 15 de agosto de 1965¹⁷², é uma publicação de autoria desconhecida que buscou fazer uma reflexão sobre o papel do cristianismo no mundo desde a Idade Média. O principal aspecto salientado no texto é a busca que a Igreja fez pela paz e pela liberdade dos indivíduos. Em meio a esta temática, notou-se a forma como a Igreja nega a violência, pois “a Igreja não tem abolido os males do mundo por decreto. O Cristianismo não recorre a processos violentos, procura reformar de dentro para fora, primeiro o coração, depois os atos que dele procedem”. Com isso, diferente do período do Estado Novo, houve nesta matéria uma negação da violência por parte da Igreja Católica.

horas, perante a tropa tur- ...

Buscar, primeiramente, o Reino de Deus, é caminhar para um mundo melhor. O Reino de Deus é de amor, justiça e liberdade.

A liberdade foi inaugurada no mundo com o Cristianismo vivido, profundamente, pelos indivíduos, famílias e grupos. Nem o martírio afastou os cristãos de sua fé. Depois, de três séculos, quando o Cristianismo começou a ser praticado pelas nações, estas nações mudaram suas leis íniquas.

A liberdade ainda seria desconhecida na terra, se a Mensagem do Evangelho não tivesse sido transmitida. Se Cristo não tivesse vindo ao mundo. Não foi sem causa que o Cristianismo foi conhecido, nos primeiros séculos, “religião dos escravos”.

Eles aceitavam o Evangelho não somente porque era redenção espiritual como a esperança de liberdade.

Nem sempre estômagos saciados significam fraternidade entre os homens. Corações cheios de Deus au-

tentificam sempre fraternidade e o melhor caminho para um mundo sem famintos. O Cristianismo é a religião do amor. O amor é doação. Há corpos famintos porque os homens não são saciados da fome de suas almas, seus corações estão vazios. É do coração que saem frutos bons e maus. (Mateus, 15, 19).

Mulheres e crianças não tinham direito algum, na antiguidade, até que apareceu o Cristianismo. Pelo casamento pagão, a mulher passava do poder paterno para o poder do marido.

Nas mulheres bíblicas, principalmente, do Novo Testamento, transfigurou-se o sexo feminino, tão vilipendiado no mundo selvagem, bárbaro ou no período clássico da Grécia e Roma.

A Igreja confiou à mulher a missão de educar o marido e filhos com amor e dedicação.

Criando o estado das virgens deu-lhe um vasto campo de ação a serviço da humanidade.

O trabalho corporal que o paganismo desprezava; era obrigação de escravo e indigno de um cidadão, o Cristianismo proclamou-o: — serviço de Deus.

O trabalho realiza a missão que Deus nos confiou no alvorecer do mundo — dominal a terra.

O trabalho nos alcança prêmio celestial, enquanto, dá prosperidade aos povos.

O trabalho é a primeira fonte de riqueza.

Os eremitas e monges, desde os primeiros séculos da Idade Média, ensinaram ao mundo a cultivar a terra. Vejamos como os Missionários organizam suas Missões entre os indígenas.

A Igreja condena todo sistema de economia que se baseie na ganância desen-

freada e na exploração do mais fraco. A Igreja não tem programa econômico, nem se prende a sistema determinado.

Ela não concorda com lucros máximos e salários mínimos. Todos os sistemas econômicos devem ser impregnados dos princípios de justiça e caridade é o que defende a Igreja.

A Igreja nada fez pelo mundo?

Confronte-se o direito de guerra, durante o paganismo e na idade cristã.

No paganismo, as cidades eram destruídas, os homens eram trucidados, as mulheres e crianças levados à escravidão.

Sob a influência do Cristianismo, o direito de guerra tornou-se muito mais suave: força armada contra força armada.

Os civis são poupados; os

prisioneiros não devem ser mortos nem escravizados; os feridos deverão ser hospitalizados.

Nem a filosofia, nem a cultura artística e literária, nem o poder do governo, são capazes de suplantar a Igreja nesta missão. Só o Cristianismo tem força de nos refrear na tendência nata para o mal.

E os cristãos são uma minoria no mundo, mas, mesmo assim, suas idéias fermentam no mundo inteiro.

Os princípios da civilização cristã alcançam até nações pagãs.

As idéias de liberdade, a união entre as nações nunca foram objetivo dos povos antes do cristianismo.

Estas idéias vieram depois dele. Nasceram com ele. E todas estas virtudes aumentaram no mundo, na proporção que o mundo se fizesse cristão. Ou que pelo menos,

a minoria cristã do mundo for autenticamente evangélica.

Todos exigem da Igreja, tudo, mas, nem todos dão tudo à Igreja para que ela realize um mundo de justiça e paz.

A Igreja não tem abolido os males do mundo por decreto. O Cristianismo não recorre a processos violentos, procura reformar de dentro para fora, primeiro, o coração, depois os atos que dele procedem.

Ele tem a mensagem da revolução do espírito e não do espírito de revolução.

Regenerados os corações no espírito da caridade e justiça, não tardarão a desaparecer as instituições desumanas. A palavra de Jesus Cristo: “Meu reino não é deste mundo”. Quer dizer: eu não transformo as instituições humanas, no estilo dos legisladores e estadistas. Eu quero, por outra, melhorar o mundo, pela reforma dos homens, pelo coração, pelo espírito.

“Evangélizar é civilizar”.

Mundo Renovado Pela Revolução do Espírito

Mons. João Moreira Lima

Figura 11

Matéria do jornal *A Cruzada* – Mundo Renovado pela Revolução do Espírito. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 14 e 15 ago. 1965.

Fonte: Biblioteca Epifânio Dória

No editorial do exemplar publicado nos dias 14 e 15 de agosto de 1965, intitulado “Cristianismo e coexistência”¹⁷³, tem-se que a Igreja Católica repugna todo tipo de violência. Defendeu que o cristão deveria dar ao mundo uma resposta cristã, ou seja, tranquila, de paz, de confiança e baseada no diálogo. Entretanto, esta afirmação não significa que haja uma ausência da luta no cristianismo, pois enquanto existir maldade e injustiça sobre o mundo é preciso que estes males sejam denunciados e combatidos; porém, deve-se evitar o radicalismo.

Enquanto a matéria “O papa vai a ONU”, de autoria de Dom Luciano Cabral Duarte, fala da possibilidade do uso da guerra e da violência física no combate ao comunismo, em

¹⁷² Mundo Renovado pela Revolução do Espírito. *A Cruzada*, Aracaju, p.8, 14 e 15 ago. 1965.

¹⁷³ Cristianismo e coexistência. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 14 e 15 ago. 1965.

“Basta de Guerras! Nunca mais guerras!”, publicada na edição de 9 e 10 de outubro de 1965¹⁷⁴, traz comentários sobre a participação do Papa no referido evento da Organização das Nações Unidas. Diferente da interpretação de Duarte, aqui foi salientada a necessidade que o mundo precisa da paz e como esta é incompatível com a corrida às armas. Houve ênfase dada a este evento no jornal *A Cruzada*, o discurso do Papa foi publicado na íntegra com o título “Íntegra do discurso de Paulo VI na ONU”¹⁷⁵.

Ainda sob influência da posição adotada pela hierarquia da Igreja, tem-se a matéria intitulada “Paulo VI: Guerra do Viet-nam ameaça equilíbrio mundial”, publicada no dia 22 de janeiro de 1966¹⁷⁶, de autoria desconhecida. Aqui falou sobre um pronunciamento do Papa no qual chama atenção para a necessidade da paz no mundo, bem como demonstrou preocupação com a situação do Vietnã. Afinal de contas, o Papa Paulo VI alertou para o problema dos conflitos e guerrilhas que existiam naquele contexto, que, nas palavras da matéria “infestam quase toda a face da terra”¹⁷⁷.

Na matéria intitulada como “Papa concretizará apelos feitos em favor da paz”, publicada no dia 24 de setembro de 1966¹⁷⁸, reproduz a íntegra de uma nova encíclica – *Christi Matri Rosari* – produzida pela Igreja Católica. O novo documento foi um apelo pela paz, onde o Papa pede o encerramento da guerra do Vietnam o quanto antes, pois acredita ser um caso ainda com possibilidades de resolução. Há aqui mais um exemplo da aproximação do discurso dos intelectuais responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada* e a hierarquia da Igreja.

Nas matérias há algo que gira em torno da necessidade de paz, sendo esta o oposto da guerra. Nesse cenário, “Em torno da guerra do viet-nam” salientou o papel do Papa na tentativa de trazer paz ao mundo em meio a este conflito, de modo que este enviou cartas para os líderes dos países que estão nele envolvidos. Entretanto, apesar de negaram a guerra como um recurso violento foi possível também identificar uma postura contrária aos comunistas dessa região. Em “Quanto durará a guerra do Vietnam?” afirmou que apesar de os comunistas do Vietnã quererem que os Estados Unidos se retirem de lá para iniciar os procedimentos de paz, fala que eles não querem isso de fato. Nesse sentido, salienta que diferente do que se imagina a maioria

¹⁷⁴ Basta de Guerras! Nunca mais guerras! *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 9 e 10 out. 1965.

¹⁷⁵ Íntegra do discurso de Paulo VI na ONU. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 9 e 10 out. 1965.

¹⁷⁶ Paulo VI: Guerra do Viet-nam ameaça equilíbrio mundial. *A Cruzada*, Aracaju, p.10, 22 jan. 1966.

¹⁷⁷ Ainda sobre o conflito no Vietnã têm-se outras matérias, tais como: “Em torno da guerra do viet-nam” do dia 12 de fevereiro de 1966¹⁷⁷ assinada por Monsenhor Luciano Duarte, “Para quer presente de natal: Paz para o vietname” publicada no dia 24 de dezembro de 1966¹⁷⁷, “Quanto durará a guerra do Vietnam?” de 21 de janeiro de 1967¹⁷⁷, “A longa marcha dos Vietcongs” publicada na edição do dia 28 de janeiro de 1967¹⁷⁷ escrita por Richard Gordon, “Que esperanças de paz há no Vietnam?” de 11 de fevereiro de 1967¹⁷⁷, assinada por L.S. Essas matérias denunciam sempre a violência existente nesse conflito.

¹⁷⁸ Papa concretizará apelos feitos em favor da paz. *A Cruzada*, Aracaju, p.3, 24 set. 1966.

da população do Vietnã do Sul não apoia os comunistas, e deram o consentimento para a presença dos norte-americanos. Dessa forma, nessa região a população civil sofre com “atos de terror levados a cabo pelos comunistas nas chamadas zonas pacíficas do Vietnã do Sul”.

Ainda a esse respeito, há uma referência à quantidade de vítimas que essa guerra tem causado, levando sempre em consideração todos os lados envolvidos. Essa perspectiva apareceu em “A longa marcha dos Vietcongs”, ao afirmar que nessa guerra somente durante um ano morreram mais de 75 mil soldados.

Foi encontrada ainda uma referência direta à Ideologia de Segurança Nacional nas matérias do jornal *A Cruzada*. Na matéria – “Esperança Vã”, publicada no dia 17 de junho de 1967¹⁷⁹, afirmava-se que os comunistas têm tentado criar sindicatos como uma forma de combater o regime vigente no país, no entanto, declarou que isso não será levado adiante, pois as Forças Armadas seguem a Lei de Segurança Nacional,

Não pensem, falsos líderes que terão mais vez de jogar empregados contra patrões, ricos contra pobres, com a conhecida e hipócrita política da igualdade. [...] e o nosso governo não está tão alheio como se imagina. Aí estão as Forças Armadas para qualquer movimento e em qualquer setor seguindo o que determina a Lei de Segurança Nacional. Esperar o contrário é uma esperança vã.

Referência semelhante foi identificada em “AI-14 somente para casos de Guerra Revolucionária ou subversiva”, publicada em 13 de setembro de 1969¹⁸⁰, de autoria desconhecida. Esta publicação fala do Ato Institucional número 14 e após trazer a íntegra deste ato fala sobre a importância da Lei de Segurança Nacional e como ela definiu a guerra psicológica e a guerra revolucionária. Nesse sentido, esta última seria “o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da nação”. Portanto, ao concluir, falou que não houve a criação da pena de morte com este Ato Institucional, apenas ela foi estendida às guerras internas, sendo a guerra psicológica e revolucionária ou subversiva.

Foi identificado no editorial do dia 26 de julho de 1969¹⁸¹ – “A conquista” –, um texto que fala sobre a chegada do homem à lua. Entretanto, quando analisada percebeu-se que também havia uma crítica implícita ao uso da violência e da ausência da paz na sociedade. O Papa afirmou que o mundo vem passando por avanços significativos em relação à tecnologia, sendo que esta possibilitou, inclusive, a ida do homem à lua. Todavia, teme que estes avanços sejam utilizados contra o próprio povo. Assim, “por cúmulo da coincidência, a nação que se

¹⁷⁹ Esperança vã. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 17 jun. 1967.

¹⁸⁰ AI-14 somente para casos de Guerra Revolucionária ou subversiva. *A Cruzada*, Aracaju, p.1, 13 set. 1969.

¹⁸¹ A conquista. *A Cruzada*, Aracaju, p.2, 26 jul. 1969.

notabiliza pelo extraordinário feito e manda mensagem de paz é a mesma que está envolvida em guerras”.

Diante do que foi analisado, percebeu-se que, durante o período que correspondeu a Ditadura-civil-militar, a guerra é majoritariamente tratada como algo negativo. Parte dos cristãos foi influenciada pela posição do Papa diante desse assunto, tendo como referência os pedidos de paz para o mundo que este vem fazendo. Dessa forma, distanciou-se fundamentalmente daquilo que foi identificado no período do Estado Novo, havendo lá um misto de posicionamentos.

Importa salientar, ainda, que o discurso do jornal *A Cruzada* esteve sempre em diálogo com o posicionamento da hierarquia da Igreja, seja na defesa ou mesmo na crítica da guerra. Mais que isto, os argumentos utilizados estão sempre voltados para o campo religioso. Por fim, destaca-se que há ainda uma estreita relação com o ideário anticomunista e a forma como o comunismo é combatido é retratado como um “terror totalitário” pelo jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar uma análise comparativa dos discursos anticomunistas existentes em um jornal católico durante o período de duas ditaduras brasileiras: Estado Novo e Ditadura Civil-Militar. Com esse objeto foi desenvolvida uma análise a partir de eixos temáticos que se mostraram recorrentes no discurso do jornal *A Cruzada*, utilizando como fonte não só o próprio periódico, mas também processos e documentos encontrados no Arquivo da Comissão Estadual da Verdade e do Arquivo da Cúria Metropolitana, bem como as leis de segurança nacional existentes no Brasil. Foi também fundamental para o desenvolvimento da presente pesquisa a utilização de conceitos importantes, como: anticomunismo, ideologia, intelectuais, nacionalismo e conservadorismo.

Constatou-se que durante o período que correspondeu ao regime ditatorial iniciado em 1964, os intelectuais responsáveis pela produção do jornal *A Cruzada* se aproximaram de ideias mais progressistas, fazendo com que existisse no periódico um misto entre conservadorismo e progressismo, aspecto bastante evidenciado nas fontes. Tal posição foi atribuída à filiação ao Concílio Vaticano II, que levou a Igreja Católica a se preocupar com as questões sociais. Estes aspectos ficaram evidentes no primeiro capítulo que objetivou tratar da trajetória deste jornal católico e da relação com a Igreja Católica nacional e local.

Os outros capítulos apresentaram a divisão por temas, que foram criados a partir da análise das matérias de cunho político-ideológico do jornal. Especificamente, no segundo capítulo tratou-se do ideário nacional destes intelectuais, compreendendo a forma como o nacionalismo foi utilizado como uma justificativa para se posicionar contra o comunismo. Identificou-se uma mudança significativa durante os períodos aqui estudados, sendo que, no período do Estado Novo, o discurso esteve muito próximo das ideias de Plínio Salgado e do integralismo, sendo este colocado como uma opção viável para os católicos. Na década de 1960, por sua vez, o discurso esteve muito próximo dos militares, os quais foram vistos como um dos responsáveis pela nacionalidade do Brasil.

O terceiro capítulo tratou da guerra, dando ênfase para a forma como esta foi vista durante as duas ditaduras brasileiras. Tal como o nacionalismo, a ideia da guerra e/ou conflitos armados foram sensivelmente modificados na análise comparativa desenvolvida. Enquanto nas décadas de 1930 e 1940, ela chega a ser defendida como uma opção possível para combater os comunistas e zelar pela nação, na década de 1960 encontrou-se praticamente apenas referências negativas aos conflitos, dando ênfase para a necessidade de o mundo ter paz. Essa posição

político-religiosa foi influenciada, não é possível esquecer, pelo discurso do chefe supremo da Igreja Católica.

Ao refletir sobre o pensamento progressista identificado no discurso do jornal, pensou-se em tratar da atuação política dos envolvidos na produção do semanário católico *A Cruzada*, compreendendo as consequências da propagação do discurso anticomunista e buscando discutir em que medida esse progressismo atingiu as manifestações de oposição ao regime militar instaurado em 1964. Entretanto, com a análise das fontes, foi possível concluir que as manifestações existentes foram diferenciadas e adaptadas à época. Afinal, estes intelectuais se limitaram a uma oposição nas páginas do jornal, não participando de manifestações nas ruas de oposição aos militares.

Diante desse cenário, foi preciso pensar o que esteve por traz dessa situação e como ela foi manifestada no jornal aqui trabalhado, afinal os sujeitos que atuaram na confecção do jornal durante a Ditadura Civil-Militar apresentaram tendências mais progressistas. No entanto, percebeu-se no discurso do jornal um misto de posicionamentos, pois, enquanto em algumas matérias há uma crítica as ações dos militares, em outros momentos foi identificada uma aproximação da denominada “Revolução” de 1964.

Esse fato pode ser explicado por se tratar de um grupo de intelectuais que estão à frente de um jornal católico de vertente conservadora, apesar dos traços progressistas. Todavia, mesmo não participando ativamente das manifestações nas ruas de oposição, no discurso do jornal ficou clara a defesa feita da classe estudantil do estado, grupo com importante atuação política de enfrentamento no pós-golpe.

A respeito de ser um grupo com traços progressistas, deve-se lembrar que esses religiosos estiveram sempre muito próximos da hierarquia da Igreja, obedecendo-a sempre. Dessa forma, qualquer oposição feita aos conservadores era feita com algumas ressalvas, atuando sempre de maneira discreta e com forte tendência conciliadora. Assim, pode-se pensar a atuação política destes intelectuais cristãos relacionada a essa necessidade de dialogar com a hierarquia da Igreja Católica, como já foi mencionado anteriormente. Sendo este, provavelmente, o motivo deste grupo responsável pela produção do jornal *A Cruzada* não ter ido de encontro às ideias desenvolvidas pelo governo autoritário iniciado em 1964, apesar de questionar alguns aspectos destes governos.

Não foi identificada nenhuma ação política nas ruas por parte destes intelectuais, mas foi possível notar no discurso do jornal algumas referências ao apoio dado à classe estudantil do estado que se manifestou no período que correspondeu à Ditadura Civil-Militar. Nesse

sentido, como bem chama atenção Dantas (1997), em Sergipe foi a classe estudantil aquela que mais se movimentou em oposição à ditadura.

Em Sergipe houve, ainda, uma parcela dos católicos que participaram de um enfrentamento aos militares mais evidenciado, mas este grupo não é o mesmo responsável pela produção do jornal. Assim, diferentemente do posicionamento destes intelectuais de *A Cruzada*, tem-se como exemplo a atuação de católicos dentro da Ação Popular (AP) em Sergipe. Portanto, como expoentes da oposição, destacaram-se as figuras de Dom José Vicente Távora, padre Joaquim Antunes de Almeida e Dom José Brandão de Castro, nomes centrais para se pensar a resistência feita por católicos ao golpe em Sergipe.

Para refletir sobre a continuidade desta pesquisa acadêmica, pensamos na possibilidade de ampliar o *corpus* documental, selecionando uma série de jornais católicos brasileiros, utilizando, para tanto, a metodologia da história serial. O interesse foi despertado à medida que o próprio jornal *A Cruzada* dialoga em suas páginas com vários jornais católicos e leigos do Brasil, reproduzindo matérias desses periódicos. Nas palavras de José D'Assunção Barros (2012, p.205), esta metodologia pode ser entendida como uma análise que busca analisar os documentos para além de uma perspectiva singular, mas que busca compreendê-los como uma parte de uma cadeia de fontes do mesmo tipo, possibilitando uma abordagem em conjunto.

Por fim, é possível refletir sobre a possibilidade de utilizar o presente objeto de pesquisa para discutir a relação entre presente e passado. O comunismo e o anticomunismo tiveram um papel fundamental no cenário nacional e internacional de todo o século XX, tendo, inclusive, ressonâncias até os nossos dias. É interessante notar que os dois golpes aqui analisados tiveram a ameaça comunista como um importante argumento político, seja com o plano Cohen ou o pavor as reformas de base propostas por João Goulart. Nesse sentido, a propaganda foi uma importante ferramenta para a demonização da atuação dos comunistas o que reforçou um imaginário anticomunista, que acompanharia a história política do país pelos cinquenta anos seguintes.

Este anticomunismo surgido com mais intensidade no Brasil ainda na década de trinta, auxilia na compreensão do período e do contexto estudado. Isso porque ele possibilitou pensar as motivações ou justificativas para a deflagração tanto do Estado Novo como da Ditadura civil-militar. Ainda é interessante notar que o Jornal *A Cruzada* é uma ferramenta para entender o pensamento de uma parcela do clero conservador sergipano desse momento, sendo um importante instrumento e produto de doutrinação de fiéis.

Para além da luta contra o suposto perigo comunista, foi possível notar também que tanto no passado como no presente, a posição do indivíduo interfere na forma como o discurso

é percebido. Ou, em outras palavras, o discurso ideológico acaba sendo influenciado pela posição que o indivíduo ocupa na sociedade. Assim, tanto no contexto histórico estudado como nos dias atuais haverá sempre duas formas (ou mais) de interpretar os acontecimentos. O jornal *A Cruzada* apresenta um discurso que se aproxima mais de uma posição conservadora, mas a forma como este vai ser visto depende bastante da posição ideológica do indivíduo. Aqueles mais vinculados a grupos conservadores veem de uma forma diferente, por sua vez, daqueles vinculados a grupos mais progressistas.

REFERÊNCIAS

Fontes

Atividades de membros da Igreja Católica. SNI, AC_ACE_12242_80, 03 de março de 1980. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de faculdade. SNI, ASV_ACE_3937_82, 31 de março de 1969. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Ovídio Valois Correia. SNI, ASV_ACE_4536_82, 29 de setembro de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

Registro de antecedentes. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

SNI, ASV_ACE_3271_82, 23 de março de 1976. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

JORNAL A CRUZADA. Aracaju: 1937-1970.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Quod Apostolici Muneris*. (Sobre o Socialismo e o Comunismo). Petrópolis: Vozes, 1951.

_____. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. In: DE SANCTIS, Antonio (org.). Encíclicas e documentos sociais. São Paulo: Edições LTR, 1972.

LIVRO DO TOMBO DA CÚRIA DIOCESANA DE ARACAJU. Aracaju, n.1, 03 de junho de 1949.

PIO XI, Papa; Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. In: *Cartas Encíclicas*. Rio de Janeiro: ABC, 1938.

BRASIL, Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. Brasília, DF, março de 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF, setembro de 1969.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro BRASIL, Lei nº 38, de 04 de abril de 1935. Define crimes contra a ordem e Política Nacional. 1935, Rio de Janeiro- RJ, abril de 1935.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF, dezembro de 1978.

BRASIL, Lei de 1983, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF, dezembro de 1983.

Livros, artigos, teses, dissertações e monografias

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul. Militares e Política, n.º 9 (jul.-dez. 2011), p. 64-82.

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE JUNIOR, Péricles Morais de. *Sob o olhar diligente do Pastor: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

BANDEIRA, L. A. Moniz. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de Toledo (org.). *1964: visões críticas do golpe. Democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BARRETO, Raylane Andreza D. Navarro. *Os padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, *Os padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)*. 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em educação São Cristóvão, 2004a.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. Os Padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933). *Revista Educação em Questão*. Natal-RN, v. 21, p. 135-158, 2004b.

BARROS, José D' Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história, *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007a.

BARROS, José D' Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. *História Social*, Campinas, n. 13, p. 7-21, 2007b.

BARROS, José D'Assunção. A história serial e a história quantitativa no movimento dos Annales. *História Revista*, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan./jun. 2012.

BARTH, F. Grupo étnico e suas fronteiras. In.: POUTIGNAT, Philippe, STREIFFERNART, J. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BEIRED, José Luis Bendicho. Os Intelectuais e a Direita autoritária no Brasil. *Revista Estudios sociales*, Argentina, v.33, 2007.

BICUDO, Hélio. *Lei de Segurança Nacional: leitura crítica*. São Paulo: Paulinas, 1986.

BLOCH, Marc. Por uma história comparada das sociedades europeias. In: *História e historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998. p.119-150.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 1, p. 47-64, 2014.

CARDOSO, Célia Costa. Armas da vigilância política: “segurança nacional” e “guerra revolucionária”. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa. (org). *Ditaduras: Memória, violência e silenciamento*. Salvador: Editora da EDUFBA, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 117-140, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CRUZ, José Vieira da. *Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985*. 2012. 526 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, Salvador, 2012.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão. A guerra submarina na costa sergipana (1942-1945). *Navigator*. Rio de Janeiro, v. 8, p.85-100, 2012.

DANTAS, Ibarê. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

DANTAS, Ibarê. *História de Sergipe República (1889-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

ENNES, M.; MARCON, F. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 16, n. 35, p. 274-305, 2014.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FICO, Carlos. Versões e contraversões sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Jackson de. *A reacção do bom senso: contra o demagogismo e a anarquia militar*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

FILHO, João Roberto Martins. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. [online], vol.23, n.67, p.39-50, 2008.

FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964: discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

FRANCO, José Eduardo. *Dicionário dos Antis: História da Cultura Portuguesa em negativo*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais, Caderno 12, 2 vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HEINZ, Flavio. *História Social de Elites* (org.). São Leopoldo-RS: Editora Oiko, 2011.

HEINZ, Flavio. *Por outra história das elites* (org.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo Desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLLANDA, Cristina B. *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KUNHAVALIK, José Pedro. Introdução. In: *Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. 2009. 279 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LIMA, Fernanda Maria Vieira Andrade. *Contribuição de Dom Luciano José Cabral Duarte ao Ensino Superior Sergipano (1950-1968)*. 2009. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

LIMA, Marcelo Pereira; RUST, Leandro Duarte. Ares pós-modernos, pulmões iluministas: Para uma epistemologia da História Comparada. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, junho de 2008.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Revista Diálogos Latinoamericanos*, v.5, p.40-56, 2002.

MORAES, André Luís Silva. *Entre lobos e cordeiros: a visão da igreja católica sobre a prostituição em Aracaju na década de 50 através do jornal 'A Cruzada'*. 2009. 52 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, UFS, 2009.

MORAIS, Gizelda. *Dom Luciano José Cabral Duarte: relato biográfico*. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Rupturas e continuidade na ditadura brasileira: A influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MATTO, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FVG: Edipucrus, 2013, p. 9-32.

MOTTA, Rodrigo de Sá. A ditadura nas universidades: repressão modernização e acomodação. *Revista Ciência & Cultura*. Ano 66, outubro de 2014, p. 21-26

OLIVEIRA, Cristiane. O discurso do excesso sexual como marca da brasilidade revisitando o pensamento social brasileiro das décadas de 1920 e 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.21, n.4, p.1093-1112, out.-dez. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Livros, 2015.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 2, 2010, p. 15-37.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

PEREIRA, Luciana de Lima. “*A Igreja Católica em “tempos mundanos”*”: A luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a história comparada da América Latina”. *Revista de História*, São Paulo: USP, n° 153, p. 11-33, 2005.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. *Conservadorismo à brasileira: sociedade e elites políticas na contemporaneidade*. 2015. 273 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*. S. Paulo, 10 (2): 25-35, outubro de 1998.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O ano mágico. In: *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Humanistas Publicações, vol.22, n.44, pp. 463-488, 2002.

SÁ, Rozendo de Aragão; LINHARES, Ronaldo Nunes. *A Imprensa em Sergipe: notas sobre o Jornal “A Cruzada”*. In: ENCONTRO NACIONAL DE IMPRENSA, 7, 2009, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontrosnacionais-1/encontrosnacionais/7oencontro20091/A%20imprensa%20em%20Sergipe%20notas%20sobre.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

SALES, Tatiana Silva. *As falanges da Boa Imprensa: o jornal 'A Cruzada' em Sergipe, 1918 a 1969*. 2005. 96 f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2005.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Novos caminhos da fé: a peregrinação da JUC à Divina Pastora em 1958*. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/index.php/dr/article/download/19064/11326>. Acesso em: 01 mai. 2016.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Severino Vicente da. *Entre o Tigre e o Capiberibe: Os limites do progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife*. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. *Década de 1930-Os anos de incertezas: A origem da primeira Lei de Segurança Nacional*. 2006. 136 f. Monografia (Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo) – Programa de Pós-Graduação do Cefor/CD, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento, Brasília, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In SIRINELLI, J-F; RIOUX, J-P (Orgs.) *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa; 1998.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOUZA JUNIOR, Edvaldo Vieira de. *Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Camara: Apontamentos sobre Eclesialidade e política no discurso e prática das CEBs em Salvador e Recife (1964 A 1985)*. 2016. 315f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2016.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. Brasília: EdUnb, 1998.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 1930*. São Paulo: DIFEL, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n. 11, 1993.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, H.; WOODWARD, K. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Anexos

ANEXO A – Atividades de membros da Igreja Católica

012242 80

SECRETO

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
INFORME Nº007 /119 /ARJ/80

502
Parecer no processo de
1 de 1979.
Em 22/10/80
por [illegible]

DATA : 16 JAN 80
ASSUNTO : ATIVIDADES DE MEMBROS DA IGREJA CATÓLICA
DIREÇÃO : A-2
ÁREA :
PAÍS :
DIF. ANTERIOR :
DIFUSÃO : AC/SNI
ANEXO :

TRATAMENTO ESPECIAL
ARJ 02-211 P. 1/1580

1 - O Presidente da CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL-CNBB, Dom JOSÉ IVO LORSCHHEITER, teve negada audiência solicitada ao Papa em novembro de 1979, quando se realizava o concílio ordenado por JOÃO PAULO II. Todos os assuntos tratados nesse concílio permaneceram sob sigilo pontifício, causando especulações no seio do clero que o Papa exigiu moderação dos progressistas, atitude já notada no comportamento de alguns.

2 - É crescente a animosidade entre o Presidente da CNBB com o Núncio Apostólico, Dom CARMINE ROCCO, devido, principalmente, à sagração de Bispo Dom MANOEL PESTANA - atualmente na Diocese de Anápolis - e de outros prelados que não pugnam na linha progressista do clero.

3 - O Bispo de BRASÍLIA, Dom JOSÉ NEWTON DE ALMEIDA BAPTISTA PEREIRA teve negada pelo Vaticano sua passagem para a cota compulsória, recebendo ordem no sentido de permanecer na função por mais tempo. Idêntico procedimento teria ocorrido com o Bispo da Diocese de CAMPOS, pelo mesmo motivo.

A ala conservadora da igreja sente a necessidade imperiosa de que um Bispo de características, pelo menos "moderada", substitua Dom NEWTON, na Arquidiocese de BRASÍLIA, tendo sugerido o nome de Dom LUCIANO CABRAL DUARTE, a fim de equilibrar a atuação dos progressistas da CNBB. O Núncio Apostólico, cuja opinião tem grande peso nas negociações feitas pelo Vaticano, poderá ser sensível a essa ideia.

4 - O franciscano LEONARDO BOFF já estaria punido pela Congregação para

SECRETO

BRÁGICA 02/78

Figura 12

Atividades de membros da Igreja Católica. SNI, AC_ACE_12242_80, 03 de março de 1980. Página 6. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

ANEXO B – Ovídio Valois Correia

SNI SDRH
 SNI AC 11 BSB
 AC/ASV NR 9704/72 N 09 261030(72)

DOS. N.º 20.952

RECEBIDO 02
 RECEBIDO

LDB/B
 5830/72 OVIDIO VALOIS CORREIA, FIL O V C ET OLIVIA BATISTA V C.,
 NASC 08 JUL 27, MORENO/PE, IDT Nº 25985/RGN, DE 02 AGO 49, BEL
 EM TEOLOGIA PELA FAC DE TEOL N S. ASSUNCAO DA PONT. UNIV/SP (53/56)
 , ATUAL COORD DE AREA DE HUMANIDADES DO INST FIL E CIENC HUM DA UF/SE
 EX PESQUISADOR SOCIAL DO SESI, DSI/MEC INFORMOU QUE CONSTA NA AREA -
 SEGURANCA QUE O NOMINADO E' CONTRA A REVOL 64 E FOI DESACONSELHADO
 PELO MAGNIFICO REITOR DA UF/SE PARA INTEGRAR LISTA SEXTUPLA PARA V.
 REITOR. INFORME A-3 PROCEDENTE SCS/SE O IDENTIFICAM COMO TENDO
 TENDENCIA ESQUERDISTA. ESTA COGIT PARA V REITOR DO INST DE FIL. E
 CIENC HUM DA UF/SE. SOLICITO FINEZA INFORMAR O QUE CONSTA SOBRE
 O NOMINADO CONFIRMANDO A VERACIDADE DO QUE HA' REGISTRADO SOBRE
 ELE COMPROVADO E CIRCUNSTANCIADAMENTE.

CEL ANGELO CH DA AC/SNI.

 TR OP XYY EM 261010HRS
 RC OP +? ZPS DT E HR ACIMA

A.S.V. : 1
 PROTOCOLO N.º 467
 EM 26, 09, 72

Figura 13

Ovídio Valois Correia. SNI, ASV_ ACE_4536_82, 29 de setembro de 1972. Página 3. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE

ANEXO C – Registro de antecedentes de João Cardoso do Nascimento Junior

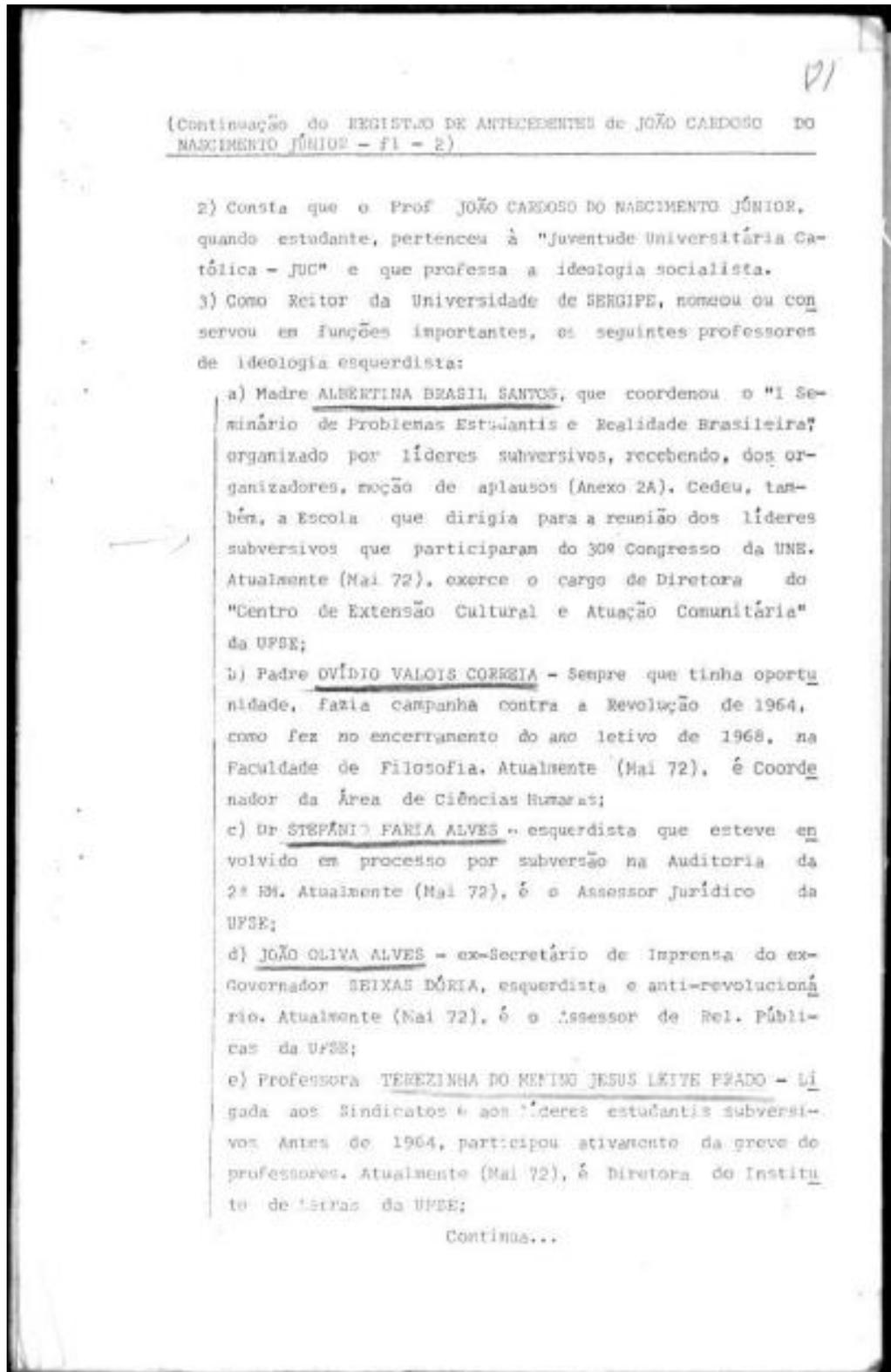


Figura 14

Registro de antecedentes de João Cardoso do Nascimento Junior. SNI, AC_ACE_59182_72, 08 de junho de 1972. Página 2. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar, Aracaju/SE.

ANEXO D – Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de Faculdade

31

CONFIDENCIAL



FICHA INDIVIDUAL

1. Nº	2. DATA: 06/03/69
3. NOME: LUIZA MARIA GONÇALVES	
4. FILIAÇÃO: Antônio Deusdedit Gonçalves e Maria Luiza Gonçalves	
5. DATA DO NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE: Brasileira	
7. NATURALIDADE: Minas Gerais	
8. PROFISSÃO: Jornalista e Professora da cátedra "Antropologia Cultural", da Faculdade de Assistência Social - Dirige o Jornal "A Cruzada", órgão da Diocese.	
9. ESTADO CIVIL: Solteira	
10. INSTRUÇÃO: Superior	
11. RESIDÊNCIA: Praça Fausto Cardoso, 328 - Edifício São Carlos - apt. 801 - Aracaju/Sergipe	

CONFIDENCIAL

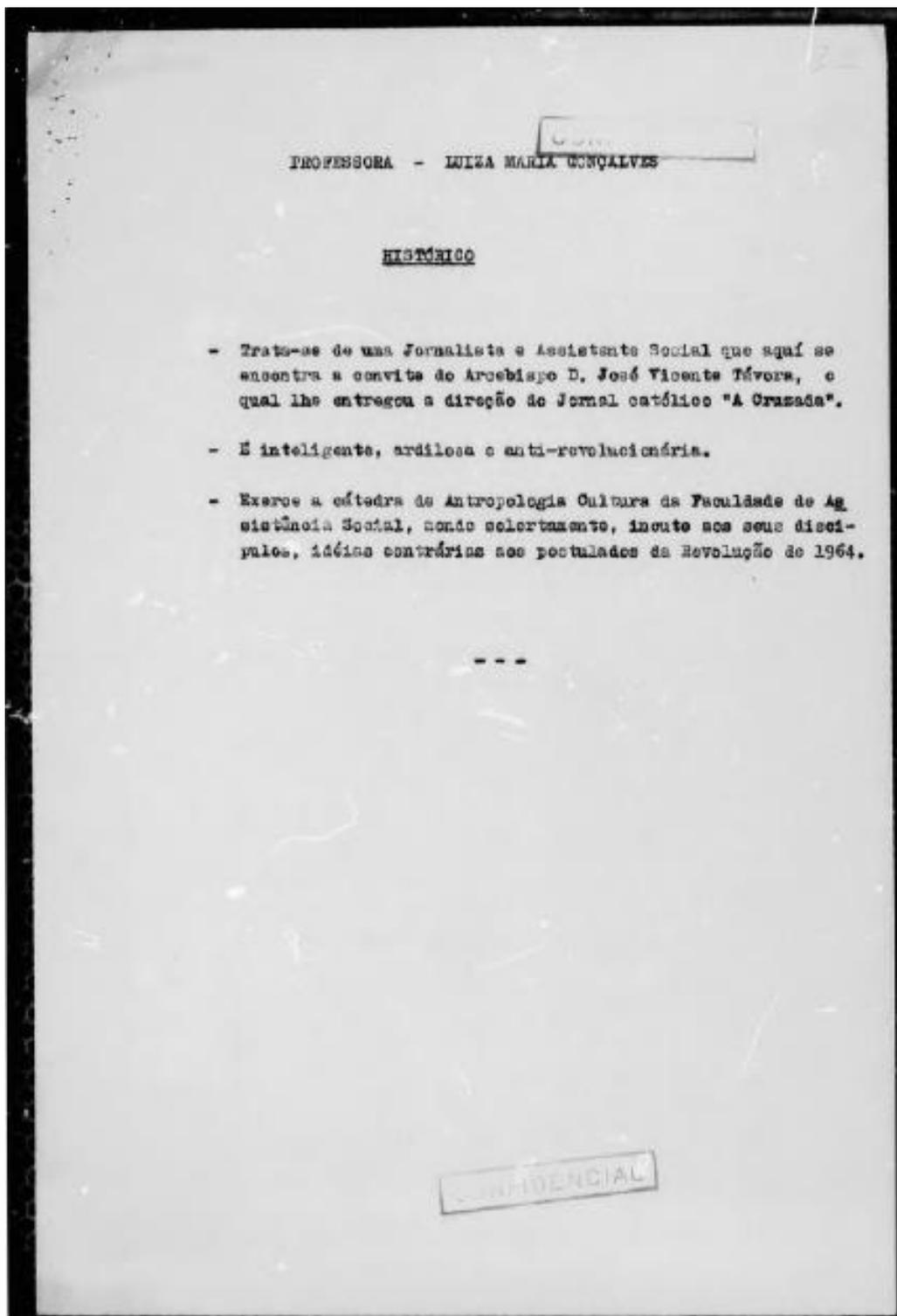


Figura 15

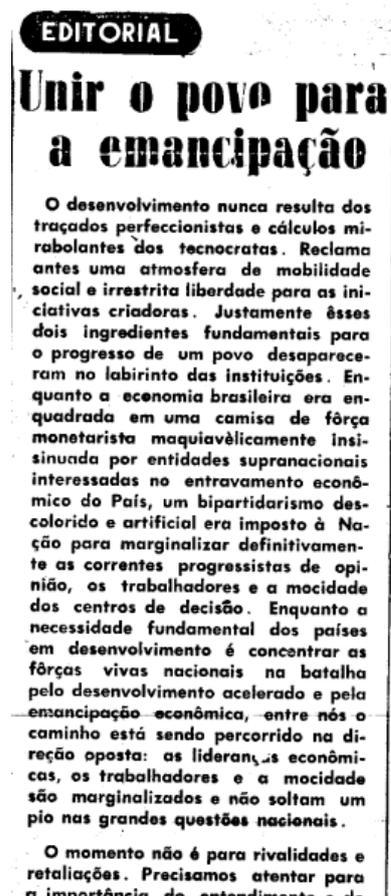
Encaminha fichas individuais de professores, reitores e diretores de faculdade. Páginas 31-32. SNI, ASV_ ACE_3937_82, 31 de março de 1969. Arquivo da Comissão Estadual da Verdade – Jornalista Paulo Barbosa de Araújo. Localizado na avenida Augusto Maynard, 321, 2º andar

MESTRADO			
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO E CONTÉUDO DE DOCUMENTO			
Nome do Jornal: A Cruzada	Local: Aracaju	Ano: 1944	Nº398
Título do artigo: Propaganda camuflada			
Data: 30/04/1944			
Página inicial: 1 Página final: 1			
Descrição sumária (conteúdo): Começa falando que existe nesse momento muita propaganda camuflada, ou seja, que se mostra as coisas de maneira positiva, quando na verdade não são. Em seguida vai falar como o comunismo russo faz uso dessa propaganda camuflada com a defesa que vem fazendo com relação ao nazismo. Assim, apesar do comunismo se mostrar como algo bom na verdade seria uma “doutrina perversa, falha, mentirosa que se fundou alicerçada no sangue e no odio”.			
Referência: Propaganda camuflada. <i>A Cruzada</i> , p.1, 30 abr. 1944.			
Palavras-chave (5): Comunismo. Igreja Católica. Nazismo. Rússia.			
Imagem (copiar e colar):			
<p>Propaganda camuflada</p> <p>Nesta guerra tremenda que ha cinco anos vem ensanguentando o mundo estão se operando transformações em quase todos os sectores de atividades.</p> <p>Nestes períodos de transição historica urge o maior cuidado na aceitação das novas modalidades de vida que surgem a cada instante. Ha, com efeito, uma propaganda sutil, continua persistente de idéas e doutrinas cada qual mais deletéria e nociva. E esta propaganda vem quase sempre camuflada, esvaziada de roupagens vistosas e aparentemente inócuas.</p> <p>Desvirtuam-se os fatos e os acontecimentos dando lhes sempre um aspeto simpático.</p> <p>E' o que acontece com o comunismo, por exemplo. A invasão da Russia e a reação que esta ofereceu, a sua participação na luta ao lado das nações unidas, as vitorias espetaculares de seus exercitos, são coisas que colocaram a grande nação em um angulo muito simpático. Mas não devemos esquecer que somente temos de comum com a Russia o inimigo que combatemos.</p> <p>Por maior que seja o ardor dos seus combatentes ou o valor dos seus soldados não quer isto dizer que o comunismo russo deve ser copiado por nós. Lambriemo-nos de que o Comunismo é uma doutrina perversa, falha, mentirosa que se fundou alicerçada no sangue e no odio. A fachada colorida que a propaganda camuflada nos apresenta não passa de uma casca vistosa que esconde dentro de si miasmas da decomposição.</p> <p>Estejamos prevenidos. O estrepito dos exercitos russos não nos deve abalar o senso das realidades. E estas são bem diferentes das que nos pintam estes comunistas disfarçados que se espalham por toda parte.</p> <p>Nunca esqueceremos a parte importantissima que aquele povo tomou no esmagamento total dos sanguinarios exercitos hitleristas, mas igualmente nunca esqueceremos que se admiramos o povo, rejeitamos in totum o cruelo credo politico que eles adotam.</p> <p>Vitima de um acidente o Sr. Bispo de Natal</p> <p>No dia 19 do mês que hoje se finda, o exmo. Sr. Bispo de Natal — R. G. do Norte — foi vitima de terrivel accidente de automovel que por pouco não lhe roubou a vida.</p>			
MESTRADO			
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO E CONTÉUDO DE DOCUMENTO			

Nome do Jornal: A Cruzada	Local: Aracaju	Ano: 1965	Nº 1412
Título do artigo: Uma evidência infeliz envolve arcebispo brasileiro			
Data: 17 e 18/07/1965			
Página inicial: 4 Página final: 4			
Descrição sumária (conteúdo): Fala sobre, supostamente, o arcebispo de Diamantina fazer dois comentários graves em um encontro com mulheres para a organização da marcha da família com Deus e pela liberdade. O primeiro comentário é que a igreja estava sendo penetrada pelo comunismo, a partir das ideias do concílio, nesse sentido, afirma que os conciliares são homens desinformados das ideias comunistas. E a segunda é que o próprio concílio foi organizado mediante uma manobra comunista. No entanto, a matéria deixa claro que não é essa a intenção.			
Referência: Uma evidência infeliz envolve arcebispo brasileiro. <i>A Cruzada</i> , p.4, 17 e 18 jul. 1965.			
Palavras-chave (5): Comunismo. Igreja Católica. Marcha da Família com Deus e pela Liberdade.			
Imagem (copiar e colar):			
<h2>Uma Evidência Infeliz Envolve Arcebispo Brasileiro</h2>			
<p>Causou a maior estranheza o noticiário de jornais do Rio e São Paulo, segundo os quais o Arcebispo de Diamantina Dom Geraldo Sigaudo haveria feito, numa reunião de mulheres organizadoras da marcha da família por Deus e pela liberdade, na capital paulista, entre outras coisas, duas afirmações por demais graves, partindo de um bispo católico:</p> <p>1.º) O comunismo está penetrando na Igreja, através do Concílio, pois a grande maioria dos padres conciliares, é constituída de homens "desinformados" das táticas comunistas.</p> <p>2.º) O próprio concílio Vaticano II, foi convocado por João XXIII, mediante uma manobra comunista.</p> <p>Essas incríveis alegações foram desmentidas posteriormente, pelo Arcebispo de Diamantina.</p> <p>De qualquer maneira, pode-se afirmar, com absoluta segurança, que esse não é o pensamento nem dos</p>			
<p>Padres Conciliares — Arcebispos, Bispos, preladados e Superiores de Ordens Religiosas em todo mundo — nem do Santo Padre, o Papa Paulo VI.</p> <p>Afinal, essa história está muito parecida com outra que nos vem de São Francisco da Califórnia, nos Estados Unidos. Ali, dirigentes internacionais, representantes de crenças religiosas, com mais de dois bilhões de adeptos, em todo o mundo, uniram suas vozes, num apêlo a favor da paz mundial. O Papa Paulo VI enviou sua bênção à magna reunião de católicos, protestantes, judeus, hindus, budistas, muçulmanos e gregos ortodoxos cristãos. Um arcebispo sirio foi o portador da bênção papal (De O Globo, Rio — 27.6.65).</p> <p>Enquanto isso um grupo isolado — Testemunhas de Cristo Contra O Comunismo — acusou aquela reunião de estar infiltrada de comunismo (o mesmo jornal, na mesma notícia).</p>			
<p>Vem muito ao caso divulgar, como palavra de equilíbrio, em questões dessa natureza, o que declarou, há poucos dias, o Cardeal Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo:</p> <p>Em pronunciamento divulgado na imprensa paulista classifica de "ridículas" as críticas que desejam apresentar a Igreja como aliada de extremismos de direita ou de esquerda, "como atrelada ao capitalismo liberal ou associada ao comunismo, comprometida com classes, partidos, facções e sistemas econômicos e políticos, proceda de quem proceder essa injuriosa afirmação". Adverte ainda Dom Agnelo: — Não devemos confundir a integridade da doutrina com a conservação do seu revestimento passageiro; a revelação das verdades eternas e imutáveis das escolas teológicas e filosóficas; o essencial com o acidental".</p>			

MESTRADO

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO E CONTEÚDO DE DOCUMENTO

Nome do Jornal: A Cruzada	Local: Aracaju	Ano: 1968	Nº 1528
Título do artigo: Unir o povo para a emancipação			
Data: 20/01/1968			
Página inicial: 2 Página final: 2			
Descrição sumária (conteúdo): Inicia falando que o desenvolvimento ocorre a partir da existência da mobilidade social e da irrestrita liberdade. Assim, enquanto o país é controlado por entidades supranacionais temos um bipartidarismo artificial e imposto a nação para marginalizar as correntes progressistas. Afirma ainda que, ao contrário do que deveria ocorrer, os trabalhadores, a mocidade e as lideranças econômicas não opinam nas grandes questões nacionais. É preciso dialogar e abrir o regime para os sentimentos populares. Por fim, salienta que a liberdade é fundamental para a existência humana, nesse sentido, ideias generosas e progressistas são fundamentais para o desenvolvimento do país.			
Referência: Unir o povo para a emancipação. <i>A Cruzada</i> , p.2, 20 jan. 1968.			
Palavras-chave (5): Democracia. Igreja Católica. Progressismo.			
Imagem (copiar e colar):			
 <p>EDITORIAL</p> <h2>Unir o povo para a emancipação</h2> <p>O desenvolvimento nunca resulta dos traçados perfeccionistas e cálculos mirabolantes dos tecnocratas. Reclama antes uma atmosfera de mobilidade social e irrestrita liberdade para as iniciativas criadoras. Justamente esses dois ingredientes fundamentais para o progresso de um povo desapareceram no labirinto das instituições. Enquanto a economia brasileira era enquadrada em uma camisa de força monetarista maquiavêlicamente insinuada por entidades supranacionais interessadas no entravamento econômico do País, um bipartidarismo descolorido e artificial era imposto à Nação para marginalizar definitivamente as correntes progressistas de opinião, os trabalhadores e a mocidade dos centros de decisão. Enquanto a necessidade fundamental dos países em desenvolvimento é concentrar as forças vivas nacionais na batalha pelo desenvolvimento acelerado e pela emancipação econômica, entre nós o caminho está sendo percorrido na direção oposta: as lideranças econômicas, os trabalhadores e a mocidade são marginalizados e não soltam um pio nas grandes questões nacionais.</p> <p>O momento não é para rivalidades e retaliações. Precisamos atentar para a importância do entendimento e de</p>			

O momento não é para rivalidades e retaliações. Precisamos atentar para a importância do entendimento e de uma convivência mais fraternal dentro das fronteiras do País, mesmo porque a consolidação do desenvolvimento nacional e a realização das reformas necessárias são objetivos transcendentais às forças de cada grupo ou facção. Os tempos mudaram de maneira irreversível e precisamos dar à política um conteúdo mais pragmático para a concretização de metas sócio-econômicas inadiáveis. A insistência em esquematismos ideológicos de qualquer natureza irá envenenando o ambiente cada vez mais e dentro de pouco tempo estaremos enterrados outra vez. Vamos dialogar intensamente com todos os setores esclarecidos da população brasileira e abrir as comportas do regime aos sentimentos populares de todos os quadrantes do País. Se a liberdade é universalmente uma condição essencial à existência humana, em nosso País uma atmosfera de conagração social e encorajamento às idéias generosas e progressistas representa o ponto de aplicação mais importante para a retomada do desenvolvimento em bases atualizadas e realistas, a fim de que a civilização brasileira realize nos tempos atuais os sonhos republicanos de Tiradentes.